



Relatório e Contas 2016

AC, Águas de Coimbra, EM

ÍNDICE

- 04 Mensagem do Conselho de Administração
- 06 Governo da Sociedade

Relatório de Gestão

- 10 Direção de Administração Geral
- 31 Direção Financeira e Comercial
- 40 Direção de Planeamento e Exploração de Sistemas
- 54 Direção de Operação e Manutenção de Infraestruturas
- 63 Gabinetes de Assessoria ao Conselho de Administração
 - Gabinete de Apoio
 - Gabinete de Comunicação e Imagem
 - Gabinete de Sistemas de Informação

Demonstrações Financeiras

- 77 Situação económica e financeira
- 88 Situação perante a Segurança Social
- 89 Artigo 62º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto
- 90 Proposta de aplicação de resultados
- 91 Demonstrações financeiras
- 111 Relato da execução orçamental
- 114 Execução do plano plurianual de investimentos
- 118 Deliberação do Conselho de Administração
- 119 Certificação e Parecer do Fiscal Único



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Do exercício do ano de 2016 destaca-se a consolidação e reforço da situação económica e financeira da AC, Águas de Coimbra, EM, que apresenta um resultado líquido positivo de 1.384.342,58 €.

Para este resultado contribuiu, essencialmente, o facto de se terem reduzido significativamente os custos com a água comprada à empresa fornecedora, a Águas do Centro Litoral, tendo a AC pago o volume de água que efetivamente entrou na sua rede de abastecimento, e não conforme o critério dos caudais mínimos que consta no contrato de fornecimento subscrito entre o Município de Coimbra e a sociedade Águas do Mondego, S.A., em 30 de dezembro de 2004.

O reforço dos resultados financeiros ficou a dever-se, ainda, ao crescimento do número de clientes de água e de saneamento e aos resultados positivos das ações de combate às perdas de água.

Ao nível dos investimentos, tendo a AC, Águas de Coimbra, EM uma taxa de atendimento à população do concelho de Coimbra que é quase total, com um serviço de abastecimento de água que chega a 100% dos utilizadores e um serviço de drenagem de águas residuais que já atinge os 97% de cobertura, servindo 83.084 clientes, ao nível da realização de infraestruturas a empresa manteve o foco na extensão da rede de saneamento, na instalação de redes de drenagem de águas pluviais e nas intervenções de manutenção e modernização dos sistemas.

No total, decorreram, considerando o desenvolvimento plurianual de alguns projetos, 20 empreitadas, destacando-se que todas as obras concluídas em 2016 não tiveram quaisquer trabalhos a mais, não ultrapassando os valores das adjudicações iniciais.

Atendendo às recomendações do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2010), a AC, Águas de Coimbra, EM reforçou a atuação ao nível da sustentabilidade infraestrutural do seu património. A equipa de trabalho de Gestão de Ativos e Património procedeu à inventariação rigorosa dos ativos e avaliou o seu estado de conservação, definindo uma metodologia de vigilância permanente do estado das infraestruturas, de modo a planear adequadamente as intervenções de conservação, reparação ou substituição, otimizando o seu ciclo de vida.

A inovação ao nível dos produtos e serviços continua a ser uma linha orientadora da estratégia da AC, Águas de Coimbra, EM que, em 2016, avançou para a implementação de um sistema de telemetria (leitura remota de contadores). Numa primeira fase deste projeto, deu-se início à instalação de 6600 contadores, com o objetivo de possibilitar maior rigor nas leituras e controlo das perdas de água, prestando um melhor serviço aos clientes.

Ao nível organizacional, o Conselho de Administração manifestou-se empenhado na implementação das melhores práticas de gestão, tendo renovado a certificação do Sistema de Gestão de Qualidade da AC, que cumpre com os requisitos da norma mais recente, a NPENISO9001:2015.

Sublinha-se que a AC, Águas de Coimbra, EM continua a ser considerada a empresa melhor posicionada do setor da água, no Índice Nacional de Satisfação de Clientes - ECSI Portugal, relativo ao ano de 2016, mantendo a posição alcançada em 2015, 2014, 2013, 2012, 2011 e 2009. O reconhecimento público da qualidade dos serviços prestados por esta Empresa Municipal continua a ser um motivo de orgulho para toda a equipa que, dia a dia, constrói estes resultados.

Finalmente, regista-se uma palavra de agradecimento aos clientes e fornecedores da Empresa, aos nossos colaboradores, aos órgãos sociais, designadamente à Mesa da Assembleia Geral, ao Fiscal Único e ao nosso Acionista, o Município de Coimbra, a quem agradecemos a confiança e o espírito de colaboração, fatores que têm constituído um incentivo determinante para o bom desempenho da AC, Águas de Coimbra, EM.

O Conselho de Administração da AC, Águas de Coimbra, EM,

Presidente,

Victor Manuel Carvalho dos Santos

Administrador,

José Maria Ferreira Nunes

Administrador Não Executivo,

José Manuel Gonçalves

GOVERNO DA SOCIEDADE

Missão, Visão, Estratégia, Valores e Política da Qualidade

Missão

Na Águas de Coimbra temos por missão assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.

Visão

Ambicionamos ser uma referência nacional na prestação de serviços de excelência aos clientes e na adoção de práticas inovadoras no setor das águas.

Linhas estratégicas

Para cumprir a missão e alcançar a visão da Águas de Coimbra, entendemos adotar as seguintes linhas de atuação estratégica:

- Prestar serviços de excelência aos clientes: disponibilizar água de qualidade com recurso a serviços que vão ao encontro das necessidades e expectativas dos clientes, orientando-os para a simplificação de procedimentos e relacionamento próximo.
- Desenvolver práticas inovadoras: criar e desenvolver melhores práticas no âmbito da gestão do negócio e da sua operacionalização.
- Garantir a sustentabilidade da empresa: aumentar o volume de negócios pela diversificação de serviços e aumento de escala, incrementar a eficácia e eficiência operacional e gerar valor para as partes interessadas.

Valores

Os colaboradores da Águas de Coimbra regem a sua atuação por elevados padrões de conduta. A cultura organizacional desta Empresa Municipal resulta dos princípios e valores que aqui se apresentam:

- Ética: atuamos com transparência, equidade, honestidade, respeito e lealdade.
- Espírito de equipa: privilegamos o diálogo, a partilha e a cooperação entre nós. Promovemos o estabelecimento de parcerias com organizações envolventes para alcance de benefícios mútuos.
- Excelência: consideramos que com um elevado nível de exigência quanto ao nosso desempenho podemos alcançar a total satisfação dos nossos clientes e a melhoria

continua. A superação, ambição, exigência e criatividade são determinantes para a excelência.

- Liderança: assumimos o papel de agentes de mudança no setor da água, envolvendo todos os elementos da organização numa atitude de ambição e referência, tendo como visão a descoberta de novas oportunidades.
- Serviço público: atuamos com transparência e rigor, comprometidos com a sustentabilidade do recurso que exploramos e com a satisfação das necessidades da comunidade que servimos.

Ao adotarmos este conjunto de valores, pretendemos reforçar os laços de confiança com os nossos clientes, com o acionista, com os fornecedores e outros parceiros da sociedade envolvente.

Política da Qualidade

- Fortalecer a relação com os clientes pela satisfação das suas necessidades e expectativas;
- Disponibilizar serviços de excelência e adotar práticas inovadoras no setor;
- Dar atenção aos trabalhadores; orientar, motivar e desenvolver o seu potencial;
- Estabelecer relações de parceria mutuamente benéficas;
- Contribuir para a sustentabilidade e educação ambiental;
- Cumprir os requisitos estatutários e regulamentares aplicáveis, os requisitos da Norma ISO 9001 e melhorar continuamente o desempenho e a eficácia do sistema de gestão.

A AC, Águas de Coimbra, EM

Empresa Municipal constituída em 24 de maio de 2003, cujo capital social é detido pela Câmara Municipal de Coimbra, na sua totalidade. A Empresa dá continuidade à atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra (SMASC), que, por sua vez, sucederam aos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC).

A AC, Águas de Coimbra, EM tem por objeto prestação de serviços públicos essenciais, de abastecimento de águas e drenagem de águas residuais e pluviais, à população do concelho de Coimbra.

Órgãos Sociais

São órgãos sociais da AC, Águas de Coimbra, EM,

ASSEMBLEIA GERAL	
Representante da CMC	Manuel Augusto Soares Machado
Presidente da AG	Martim Ramiro Portugal Vasconcelos Ferreira
Vice-presidente da AG	André Gonçalo Dias Pereira
Secretário da AG	Fernando de Matos Soares de Carvalho
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente do CA	Victor Manuel Carvalho dos Santos
Administrador	José Maria Ferreira Nunes *
Administrador não executivo	José Manuel Monteiro Gonçalves
FISCAL ÚNICO	
Efetivo	Daniel Martins Geraldo Taborda

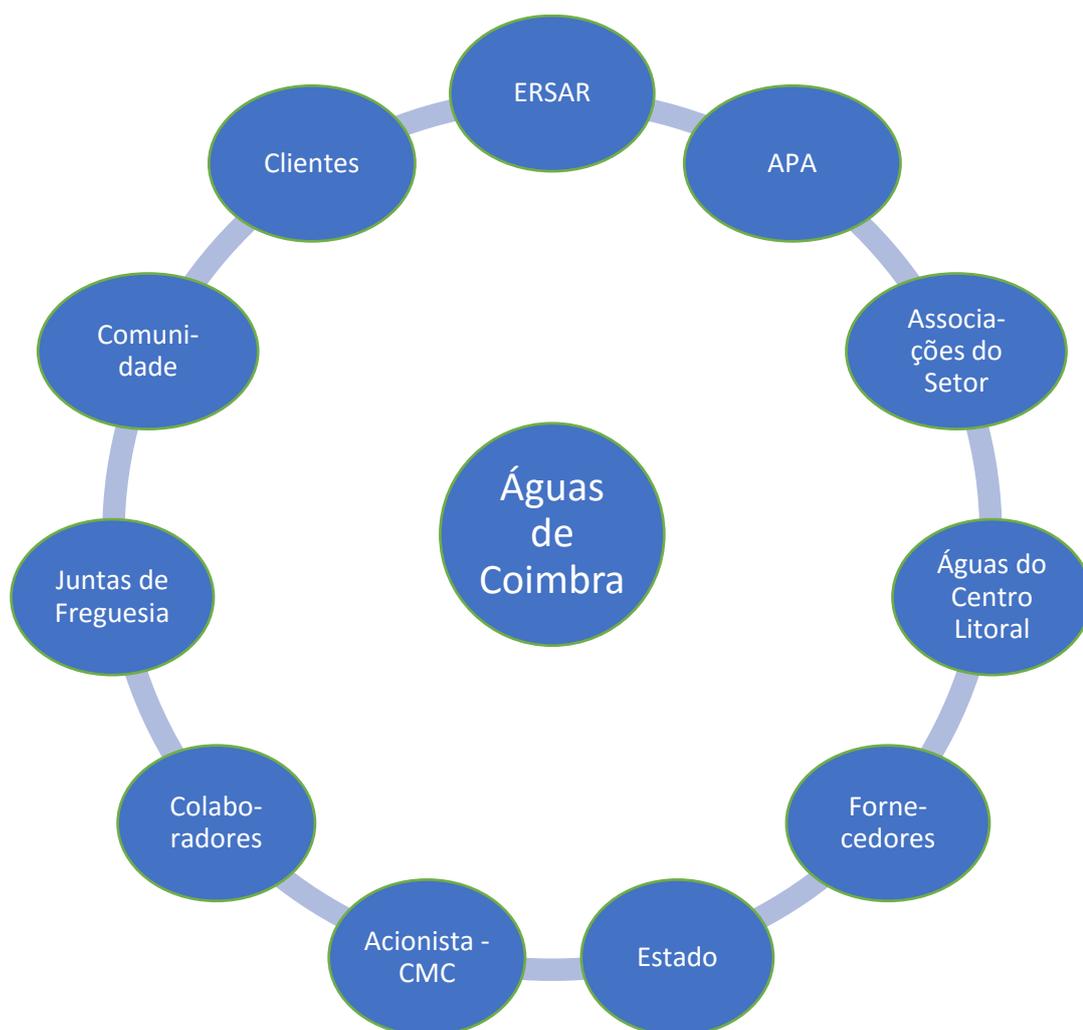
*Designado para integrar o Conselho de Administração, na Assembleia Geral da AC, EM de 25 de janeiro de 2017.

Estrutura Orgânica

O Modelo de Governação da AC, Águas de Coimbra, EM tem como órgão superior de gestão o Conselho de Administração, cuja atividade é apoiada por quatro gabinetes de assessoria: Gabinete de Apoio, Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Sistemas de Informação e Museu da Água. Existem quatro Direções - Administração Geral; Financeira e Comercial; Operação e Manutenção de Infraestruturas e Planeamento e Exploração de Sistemas - que reportam diretamente ao CA e que superintendem nos Serviços, Setores e Equipas das respetivas áreas organizacionais.

Partes Interessadas

Sendo uma empresa que presta serviços públicos essenciais à comunidade, com uma responsabilidade social e ambiental relevante, o envolvimento com as partes interessadas é fundamental para a prossecução do seu objeto social, no cumprimento da sua missão. Os diversos *stakeholders* encontram-se representados na figura seguinte.





DIREÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL (DAG)

A DAG superintende diretamente nos serviços de Administração e Gestão de Pessoas (SAGP), Desenvolvimento Humano e Apoio Social (SDHAS), Desenvolvimento Organizacional (SDO) e na Equipa de Expediente Geral e Arquivo (EEGA), assegurando, ainda, a assessoria e apoio jurídico à empresa.

No contexto das funções que lhe estão cometidas pelo Modelo de Governação em vigor na AC, EM, designadamente, de dirigir e controlar a gestão de recursos humanos, assegurando o cumprimento da legislação do setor; de dinamizar a realização de estudos e propostas de promoção do desenvolvimento do clima organizacional; de dialogar com as estruturas representativas dos trabalhadores; de garantir a assessoria jurídica do Conselho de Administração e da empresa; de definir os princípios orientadores da gestão documental; de assegurar o expediente geral e arquivo definitivo da empresa; de promover a divulgação, junto dos trabalhadores, no âmbito da comunicação interna, das orientações do Conselho de Administração e de informações, esclarecimentos legais e orientações adotadas sobre gestão de recursos humanos, a DAG promoveu e coordenou as ações que foram desenvolvidas pelos respetivos serviços e equipas, como adiante se pormenorizará.

Antes, porém, cumpre destacar sinoticamente algumas das ações mais relevantes levadas a cabo na área da DAG ao longo do ano que passou. Começando pelos recursos humanos deram-se os primeiros passos no domínio do desenvolvimento e da monitorização da gestão do conhecimento; incrementaram-se, na sequência, ainda, das ações de melhoria, formas da organização do trabalho, visando o aumento da produtividade, através do trabalho em

equipas pluridisciplinares e na polivalência para assegurar a máxima flexibilidade na repartição do trabalho dentro da equipa; fomentou-se a transferência de autonomia para as equipas, por forma a melhor organizarem e determinarem o seu trabalho. No campo da responsabilidade social proliferou o acolhimento, o apoio e a gestão dos estágios curriculares e profissionais, no desenvolvimento de inúmeros protocolos com diversos estabelecimentos de ensino. Conseguiu-se o equilíbrio entre as admissões e a saída de pessoas. Acentuou-se, com a concretização de várias iniciativas, a importância da comunicação interna na esfera dos recursos humanos.

No capítulo da formação há que realçar o elevado nível de eficácia e de satisfação conseguidos, sendo de relevar igualmente, na área do SDHAS, a promoção da vigilância da saúde dos trabalhadores e o acompanhamento psicossocial que vem sendo desenvolvido no sentido do bem-estar e, concomitantemente, do melhor desempenho no trabalho.

Por último, no que concerne ao SDO, é de assinalar, com elevado apreço, o conseguido reconhecimento de que o Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) da AC cumpre com os requisitos da norma NPENISO9001:2015, renovando-se a sua certificação por mais um ciclo de três anos.

Por outro lado, são notórios a eficácia e o êxito na área da segurança, nas suas duas vertentes, a da Coordenação de Segurança e a da Higiene e Segurança do Trabalho relativa aos Colaboradores da AC.

Na vertente da Coordenação de Segurança foram garantidas as responsabilidades inerentes à Coordenação de Segurança na Fase de Projeto (CSP) e à Coordenação de Segurança em Obra (CSO). Se dúvidas houvesse quanto às vantagens da opção de criação do serviço interno de segurança, nas duas vertentes apontadas, estariam aquelas completamente dissipadas. Foi uma aposta ganha!

Quanto à Gestão Ambiental uma palavra para as medidas e iniciativas desenvolvidas neste horizonte, com ênfase para o iniciado procedimento relativo à certificação energética do edifício sede da AC e à candidatura de financiamento de três identificadas medidas de eficiência energética do mesmo.

Uma derradeira referência ao Laboratório de Contadores e ao trabalho de reparação que proficuamente desenvolve, mormente na prestação de serviço para o exterior, e ao trabalho de reorganização do Arquivo Geral, quer no aspeto documental propriamente dito, quer na redistribuição e redefinição do espaço a que está adstrito.

Serviço de Administração e Gestão de Pessoas (SAGP)

O SAGP, ao longo do ano de 2016, desenvolveu inúmeras atividades inerentes ao bom funcionamento do serviço e prossecução dos interesses da AC.

No ano transato, ocorreram três admissões que tiveram como objetivo colmatar necessidades permanentes ao nível de recursos humanos na AC, mais concretamente na DOMI e DFC, para o preenchimento de dois lugares para categoria de “auxiliar” e de um para a de

“administrativo”. Os auxiliares admitidos exercem a função “ajudante de água e saneamento” e o administrativo exerce a função de “administrativo de atendimento ao público presencial e telefônico”.

Em 2016, registaram-se, também, quatro saídas de trabalhadores, por motivos diversos: aposentação (1), cessação de contrato (1) e falecimento (2).

No final de 2016, o número de colaboradores da AC, EM era de 271.

Apesar das contratações realizadas ao longo dos últimos anos colocarem maioritariamente os trabalhadores afetos ao regime privado, é ainda bastante notória a diferença entre o número de trabalhadores dos diferentes regimes (*gráfico 1*).

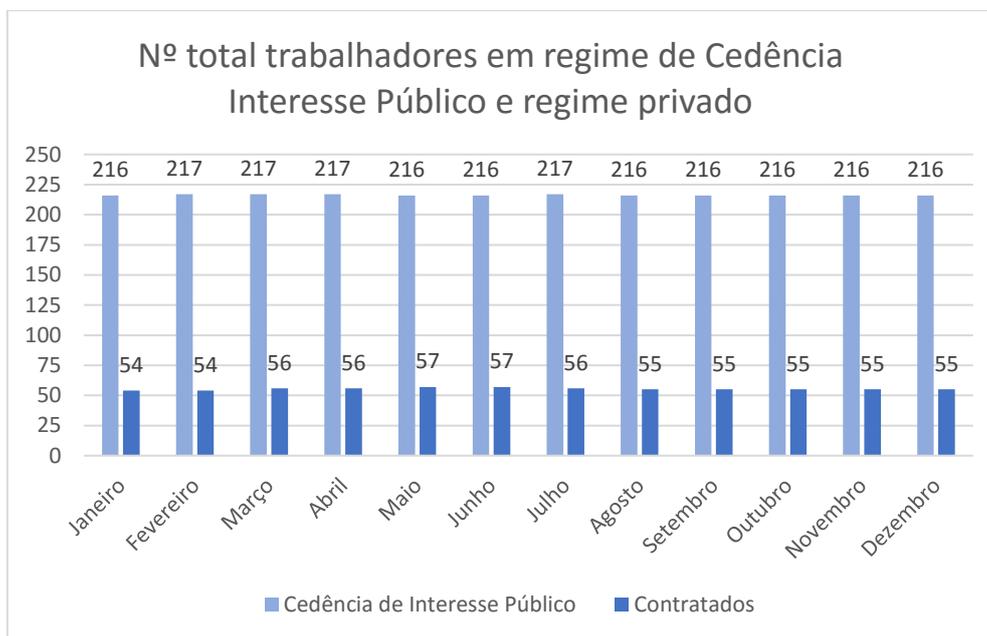


Gráfico 1

A evidente diferença no número de trabalhadores afetos a cada um dos regimes em vigor na AC, EM verifica-se também relativamente ao seu género (gráficos 2 e 3).

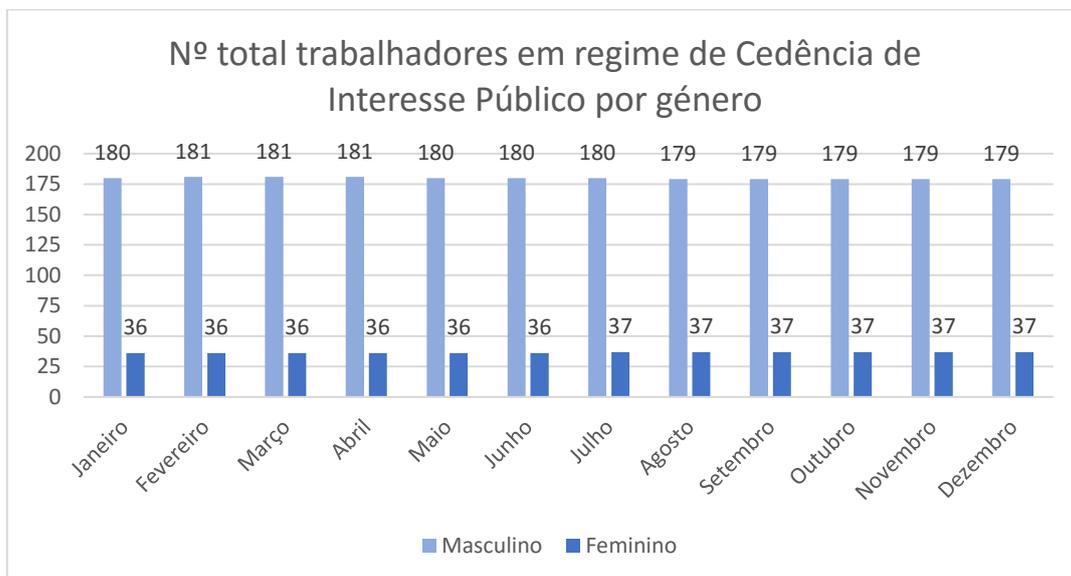


Gráfico 2

Esta diferença, devido a um menor número de trabalhadores, tem menor expressão naqueles que se encontram no regime privado.

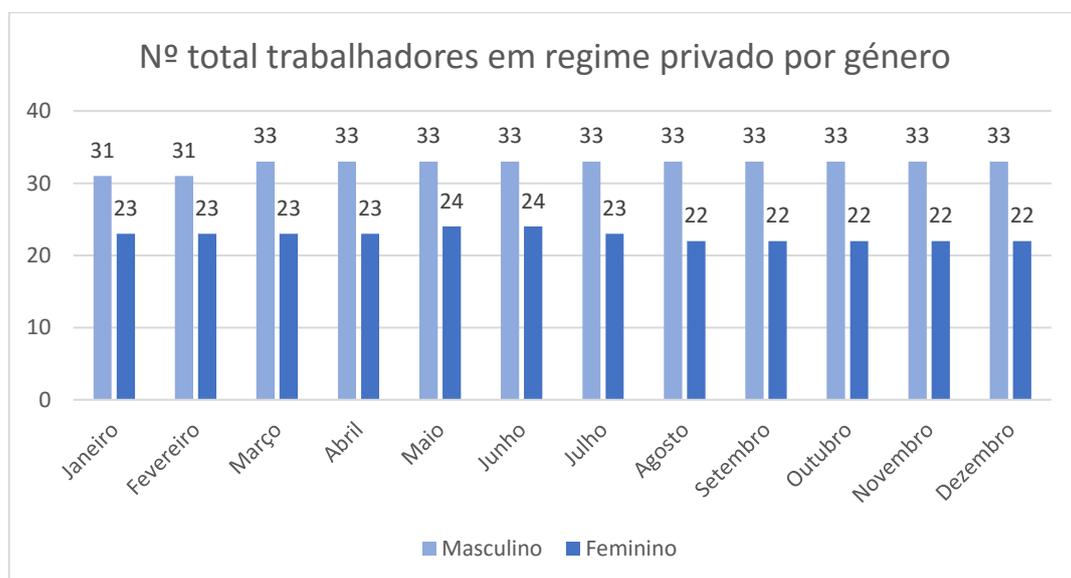


Gráfico 3

Verificando o exposto no gráfico anterior, que demonstra a distribuição dos trabalhadores da AC, EM por faixa etária e género, verifica-se que a maioria dos trabalhadores se encontram entre os 51 e os 66 anos. A experiência e conhecimento dos trabalhadores que estão nesta faixa etária constituem fatores de aprendizagem para os restantes.

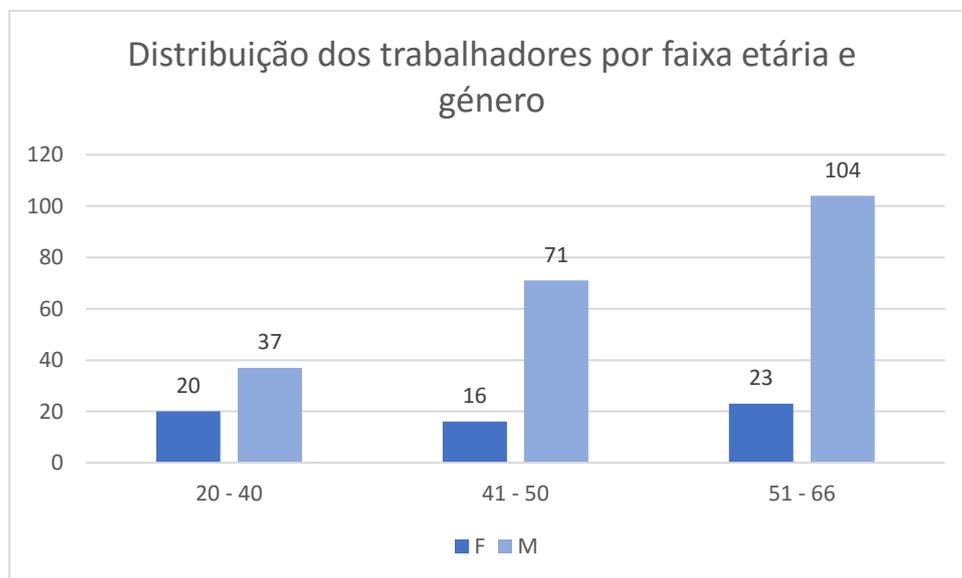


Gráfico 4

A distribuição dos trabalhadores, de acordo com o seu género, por categorias e analisando o gráfico 5, demonstra que os homens desempenham funções mais operacionais. Já nas restantes categorias, com funções maioritariamente administrativas, acaba por se verificar um maior equilíbrio na sua distribuição.

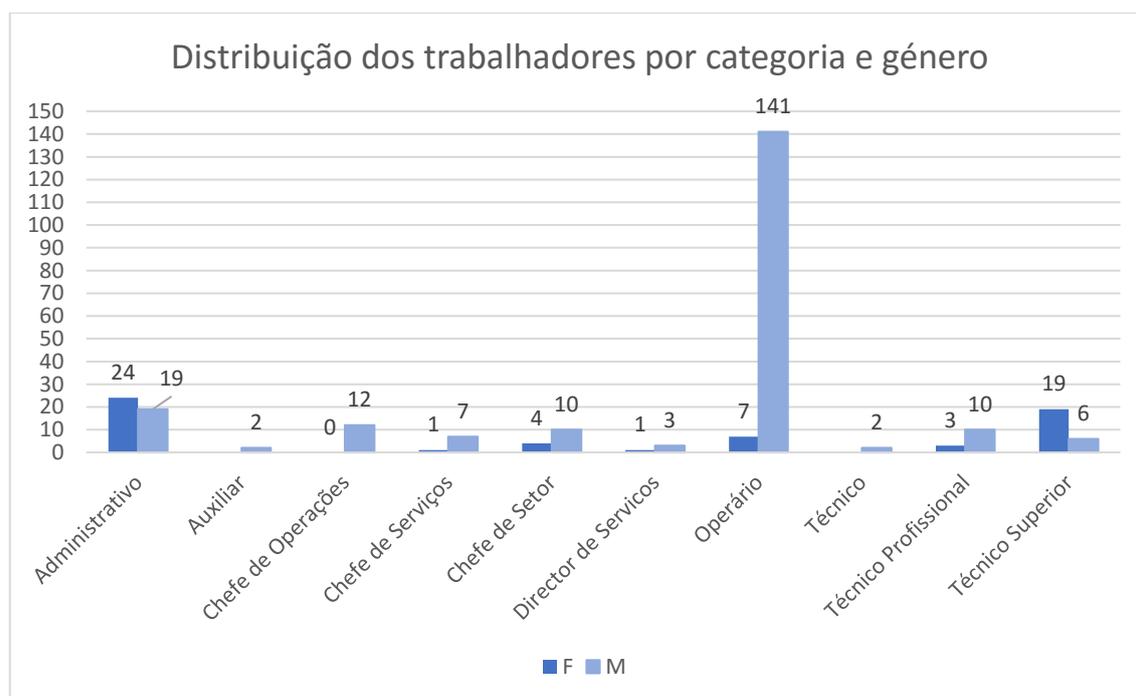


Gráfico 5

A mobilidade funcional, tal como outras, é uma política que a AC, EM tem implementado nos últimos anos e este período não foi exceção. Sempre com objetivo de otimizar os recursos humanos disponíveis, aumentar a sua polivalência e ainda gerir os níveis de motivação e satisfação dos mesmos, durante o ano de 2016 registaram-se oito processos de mobilidade. O valor médio mensal da taxa de absentismo, no ano de 2016, de acordo com os valores apresentados no gráfico 6, fixou-se nos 5.93%. Os valores apresentados têm um considerável impacto na produtividade dos trabalhadores bem como no desempenho e resultados da AC, EM. Na base destes valores estão, essencialmente, ausências por doença prolongada, por assistência a familiares, por licença parental e ainda por acidente de trabalho.

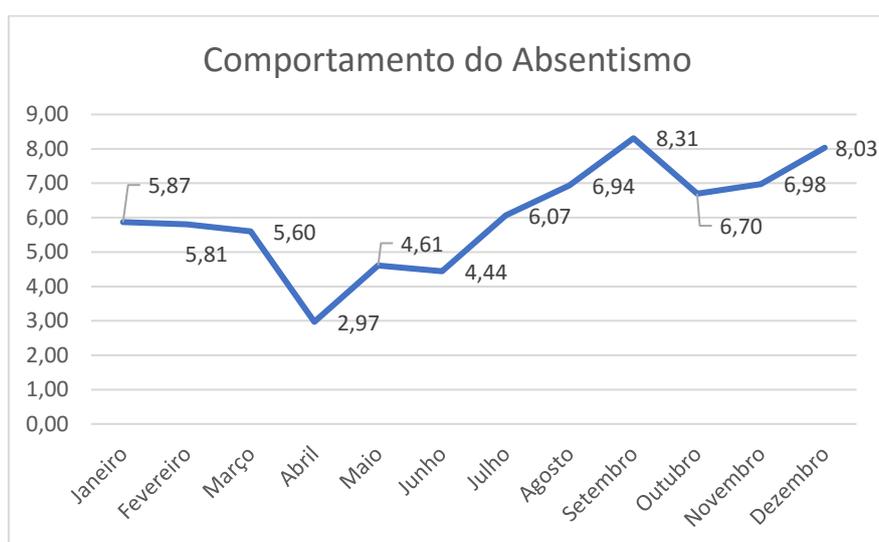


Gráfico 6

O trabalho suplementar realizado na AC, EM ao longo do ano de 2016, a que se deve recorrer, maioritariamente, para fazer face a trabalhos imprevistos ou previamente autorizados, que se realizam pontualmente e que são indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços, apresentou um valor médio mensal de 113.3 horas. Analisando o gráfico 7, verifica-se que março foi o mês que apresentou o valor mais elevado e abril o que apresentou um valor mais baixo.

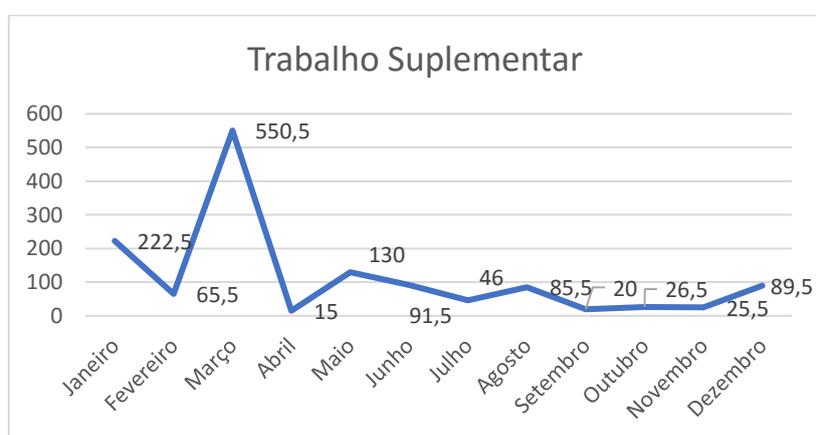


Gráfico 7

Os valores totais das retribuições mensais pagas aos trabalhadores, com um considerável impacto no orçamento da empresa, apresentam diferentes valores ao longo do ano. Esta variação mensal deve-se, em parte, aos dados apresentados anteriormente, ou seja, fatores como o número de trabalhadores, categoria e outros. No gráfico 8 são visíveis as referidas variações, sendo o mês de junho, em que há o pagamento do subsídio de férias, o que apresenta um valor mais elevado e o de setembro o mais baixo.

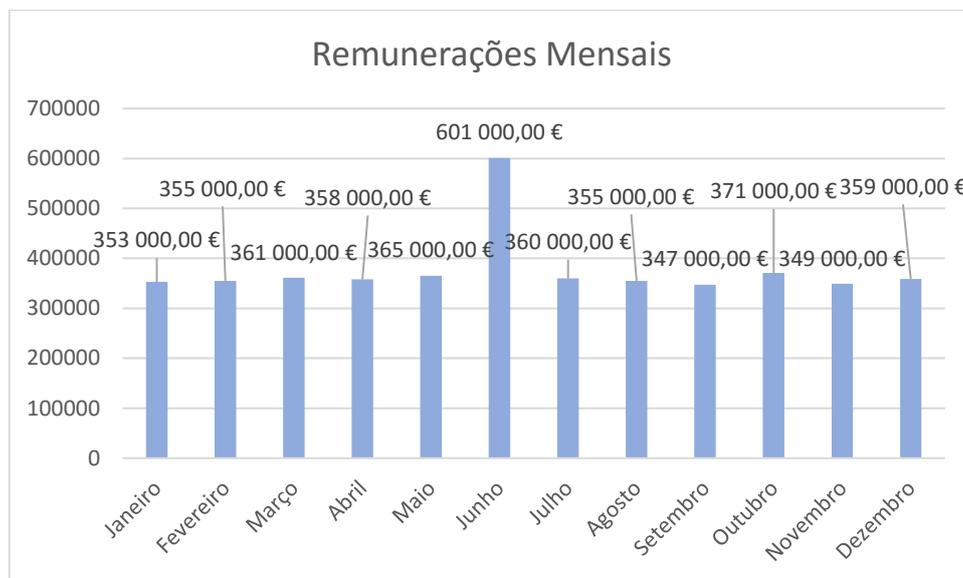


Gráfico 8

Em 2016, tal como no ano anterior, foi aplicado o Sistema de Avaliação de Desempenho da Águas de Coimbra (SIADAC). Foram assim definidos, entre avaliador e avaliado, os respetivos objetivos e competências a avaliar neste processo, estando previsto ter os seus resultados até ao final do primeiro semestre de 2017.

As ações de comunicação interna constituem, também, uma parte essencial da estratégia de comunicação da AC, que complementa a política de recursos humanos exercida pelo SAGP. O propósito da comunicação interna é o de conseguir envolver o universo de colaboradores no espírito da missão, da visão e dos valores da organização. A motivação de cada colaborador não está apenas dependente de variáveis materiais, mas também de fatores intangíveis, como o reconhecimento, a valorização pessoal e o sentido de pertença à cultura organizacional da empresa que o acolhe.

Serviço de Desenvolvimento Humano e Acompanhamento Social (SDHAS)

No quadro dos objetivos e prioridades traçadas no Plano de Atividades de 2016 para SDHAS passamos a apresentar, sumariamente, as ações desenvolvidas, bem como os resultados alcançados.

Formação e desenvolvimento

As ações desenvolvidas procuraram promover os conhecimentos e as competências dos trabalhadores, de forma atualizarem os aspetos técnicos e a melhorarem os resultados operacionais nas várias áreas da empresa.

Neste âmbito, as atividades foram desenvolvidas procurando promover a adequação das competências e satisfação dos colaboradores. Assim, as ações tiveram como preocupação concretizar a formação identificada como necessária, quer na modalidade de formação intraempresa, quer na modalidade interempresa.

Em relação a esse objetivo registou-se uma execução de 95,5% da formação identificada como necessária para este ano. Esta percentagem é o resultado do número de cursos e ações de formação realizadas sobre o número de cursos e ações de formação identificadas no período. Neste período foram identificados 45 cursos e ações de formação, dos quais se realizaram 43.

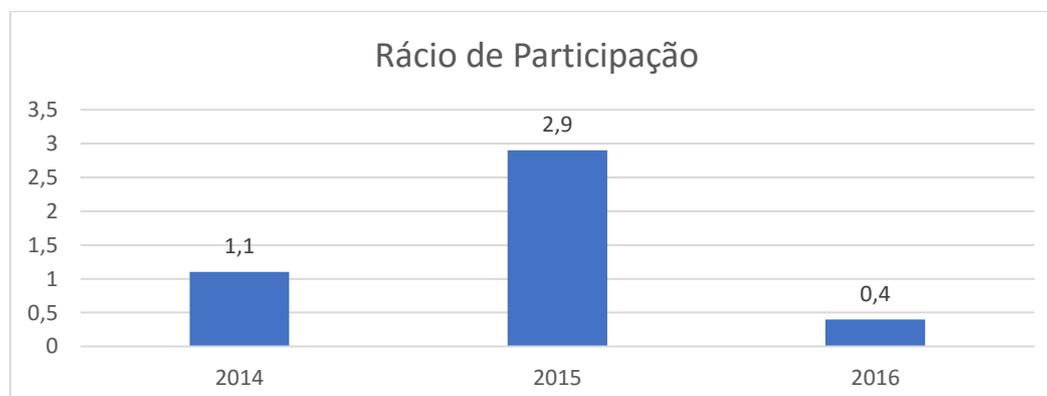
No ano em análise a percentagem de trabalhadores que participaram em formação rondou os 25%. Dito de outra forma, a AC proporcionou formação a quase $\frac{1}{4}$ dos trabalhadores. Outro indicador que poderemos mencionar é o "Rácio de participação". Este indicador é o cálculo entre o número de participações de trabalhadores em formação sobre o número médio de trabalhadores. Este ano o número de participações foi de 99 e o número médio de trabalhadores foi 272, pelo que o "Rácio de Participação" se situou em 0,4.

No que concerne à avaliação da satisfação e a eficácia da formação poderemos adiantar que os resultados se situaram em valores extremamente satisfatórios. Em relação ao primeiro, numa escala de 1 a 4, a média das avaliações atingiram o valor de 4, ou seja, "Muito Bom". Quanto ao outro indicador - "eficácia da formação", as chefias dos colaboradores que participaram nos cursos de formação, classificaram em média a avaliação como "muito significativa", num quadro vai de eficácia "reduzida", "significativa", "muito significativa" e "total". Ora, este resultado de eficácia da formação de "muito significativa", permite-nos concluir que os cursos avaliados cursos tiveram um impacto muito positivo e proveitoso no desempenho dos trabalhadores.

Para complementar a informação acima, adiantaremos alguns indicadores da *formação e desenvolvimento*, reportados aos últimos 3 anos, que traduzem o percurso neste âmbito.

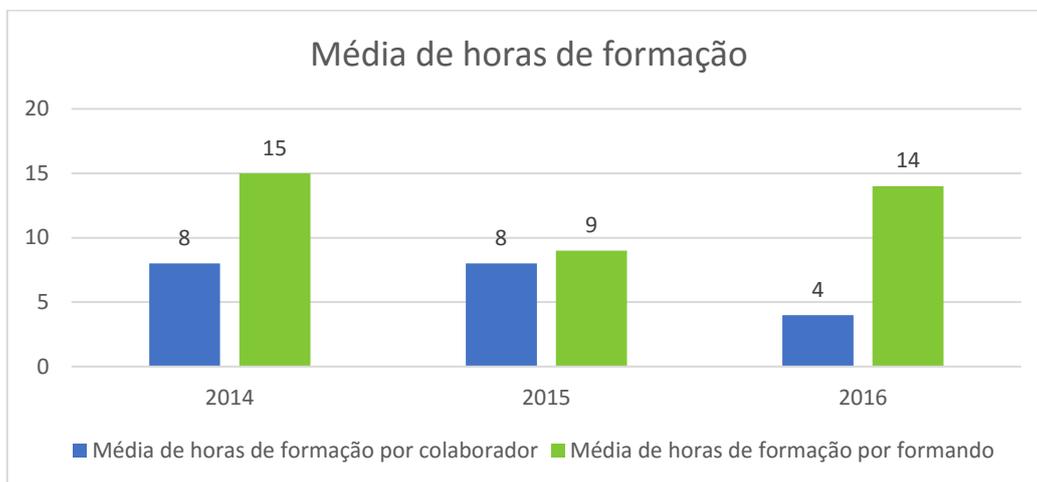
INDICADORES de FORMAÇÃO	2014	2015	2016
Percentagem de trabalhadores que participaram em formação	55,8%	93,6%	24,3%
Rácio de participação	1,1	2,9	0,4
Média de horas de formação por trabalhador	8h	8h	4h
Média de horas de formação por formando	15h	9h	14h
Rácio de horas formação Intraempresa/Interempresa	2,7	0,7	0,4
Média da avaliação da eficácia da formação	3 - Muito significativo	3 - Muito significativo	3 - Muito significativo
Média da avaliação da satisfação da formação	4 - Muito Bom	4 - Muito Bom	4 - Muito Bom
Taxa de formação em dinheiro	0,34%	0,40%	0,19%
Percentagem de horas de formação obrigatória (> 10%)	43,2%	43,1%	99,58%
Nº de participações em formação	282	774	99
Nº total de trabalhadores em formação	149	248	66
Nº horas de formação obrigatórias (35h de formação obrigatórias para 10% dos trabalhadores)	935	928	952
Nº total de horas de formação	2162	2151	956
Nº de cursos/ações	40	51	43
Nº de horas dos cursos	370	434	464

De seguida apresentamos alguns gráficos que procuram expor a evolução destes indicadores. O primeiro, diz respeito ao “Rácio de Participação” dos trabalhadores em formação. Mostramos que, nos últimos três anos, em média, os trabalhadores participaram quase uma vez e meia em cursos ou ações de formação.



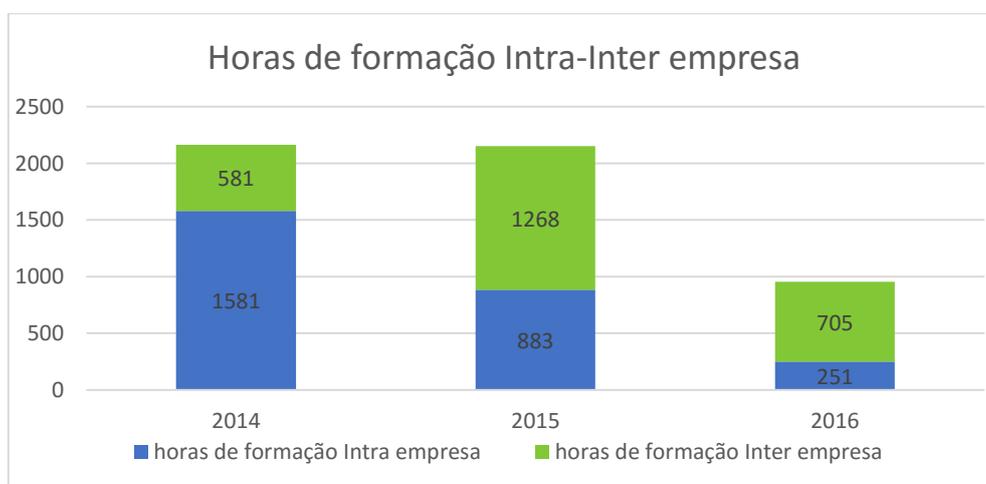
O gráfico seguinte mostra a relação entre as horas de formação por colaborador e as horas de formação por formando.

Os números revelam, este ano, um decréscimo entre as horas por colaborador e as horas por formando, uma vez que o número de trabalhadores abrangidos foi menor que nos anos anteriores.



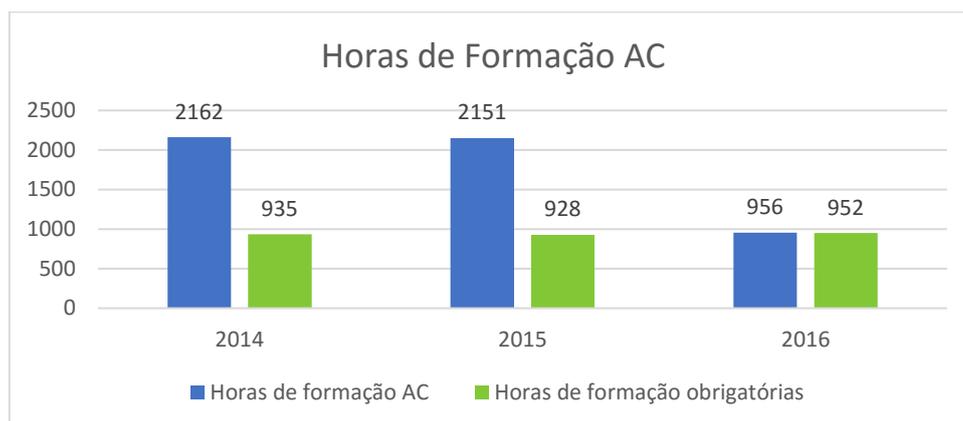
O terceiro gráfico refere-se à soma das horas das duas formas da organização da formação – Intra e Interformação, nos últimos três anos.

Da análise verifica-se que, no ano de 2016, realizaram-se quase mil horas de formação, valor abaixo do que se registou nos últimos dois anos. Comparativamente aos últimos dois anos poderemos dizer que existe uma quebra, a qual resulta, essencialmente, do facto de ter existido uma diminuição da realização da formação na modalidade intraempresarial. Quanto aos valores relativos ao número de horas de formação na modalidade interempresarial, estes, apresentam-se dentro da média dos dois anos anteriores.



Por último, o último gráfico demonstra o cumprimento de uma disposição do Código o Trabalho, que institui, grosso modo, que 10% dos trabalhadores tenham que cumprir 35 horas de formação anuais.

Ao longo dos anos a Águas de Coimbra tem cumprido essa disposição, conforme se pode observar no gráfico abaixo. Neste é apresentado, nos últimos três anos, uma coluna onde se indica o número de horas exigíveis e uma outra coluna com o número de horas de formação realizadas.



Saúde e acompanhamento social

Nesta área o SDHAS tem vindo a orientar a sua atividade para a promoção da vigilância da saúde dos trabalhadores, organizando o Programa de Prevenção Social e Saúde - medicina do trabalho, medicina preventiva e curativa, contribuindo para o bem-estar físico, mental e social do trabalhador. O outro foco tem sido preocupação para a orientação social e apoio a colaboradores em situação de maior debilidade, de forma a aumentarem as suas condições psicossociais, promovendo um melhor desempenho no trabalho.

Procurou-se, assim, relativamente ao primeiro ponto, assegurar as consultas de Medicina do Trabalho aos colaboradores da AC, EM para as quais foi necessário desenvolver as atividades habituais de organização, nomeadamente, atualização do ficheiro clínico dos trabalhadores; preparação dos atos administrativos para a realização dos exames médicos aos trabalhadores selecionados; emissão de Fichas de Aptidão Médica e encaminhamento para a realização dos exames complementares de diagnóstico, de acordo com os riscos associados à função desenvolvida. Neste ano foram realizadas no conjunto das três modalidades 261 consultas, distribuídas da seguinte forma:

Consultas de Medicina Trabalho		
Periódicas	Ocasionais	Admissão
211	49	1

No campo da Saúde foram, ainda, asseguradas consultas de medicina geral aos trabalhadores da AC, EM que entenderam recorrer a este apoio que a empresa, gratuitamente, disponibiliza. Como se pode verificar pelo número de consultas prestadas, indicadas no quadro abaixo, este é um benefício claramente usufruído pelos trabalhadores da empresa e que se reverte, também, num benefício para a própria empresa. Desta forma, reduzem-se os tempos de ausência dos trabalhadores e melhora-se a vigilância médica, o que contribui, necessariamente, para uma menor taxa de absentismo.

Consultas de Medicina Geral		
Curativa	Preventiva	Receitas
397	6	193

Na área do serviço social o trabalho desenvolve-se em duas vertentes: uma no âmbito do Atendimento Social/Atendimento 1ª Linha e a outra dirigida ao Acompanhamento Social – Atendimento de 2ª linha.

No Atendimento Social, o Técnico de Serviço Social visa a avaliação diagnóstica da situação apresentada pelo trabalhador, procurando encontrar uma resposta imediata quando não é necessário um acompanhamento continuado. Já no Acompanhamento Social ou Atendimento de 2ª linha, procura-se apoiar os trabalhadores na adoção de estratégias que permitam mobilizar os seus recursos e as suas potencialidades, contribuindo para a progressiva emancipação e transformação social, com vista ao seu desenvolvimento pessoal e social, procurando solucionar um problema, ou conjunto de problemas, identificados.

Assim, este ano, a atividade de Atendimento Social permitiu que fossem realizados 182 atendimentos a 154 colaboradores, dos quais 7 foram encaminhados para Acompanhamento Social/2ª linha.

Atendimento Social		
Nº colaboradores	Nº Atendimentos	Nº encaminhamentos para Acompanhamento Social
154	182	7

Atendendo ao “tipo de atendimento” podemos adiantar que os 182 atendimentos foram distribuídos da seguinte forma:

Tipos de Atendimento Social		
Entrevistas	Visitas domiciliárias (baixas superiores a 15 dias)	Diligências
153	7	22

As respostas dadas aos 182 pedidos de atendimento foram da seguinte ordem:

Atendimento Social - Resposta Imediata					
Pedido de informação	Pedido de apoio na interpretação de documentos oficiais	Pedido de apoio no preenchimento de impressos	Outros pedidos	Averiguação da situação socioeconómica e familiar	Nº encaminhamentos para Acompanhamento Social
22	0	4	28	121	7

No que concerne ao Acompanhamento Social ou Atendimento de 2ª linha, como acima se referiu, foram a objeto de apoio 7 trabalhadores. As ações prenderam-se com intervenções do seguinte tipo:

Acompanhamento Social - ações			
Entrevistas	Diligências	Encaminhamentos para técnicos/instituições	Visitas domiciliárias
32	31	0	5

De acordo com a tipologia definida foram identificadas as seguintes problemáticas sociais aos 7 trabalhadores referidos (note-se que em alguns casos são atribuídas mais do que uma problemática por indivíduo):

Acompanhamento Social - Problemáticas Sociais						
Alcoolismo	Toxicod dependência	Doença Psiquiátrica	Doença Prolongada	Violência Doméstica	Conflitos Familiares	Endividamento
5	0	2	1	0	0	1

Foi, ainda, desenvolvido o trabalho inerente ao controlo de alcoolemia o qual, por força dos resultados, gerou a intervenção no âmbito do apoio social em apenas dois casos. Estes resultados traduzem um resultado extremamente positivo, uma vez que a percentagem de testes aleatórios negativos se situou em 99,5%.

Alcoolemia			
N.º Testes	Testes negativos	Testes positivos	Diagnóstico
400	398	2	2

Acidentes de trabalho

De seguida passamos a apresentar alguns dados e indicadores dos Acidentes de Trabalho na Águas de Coimbra (os indicadores não incluem informação referente aos acidentes no percurso).

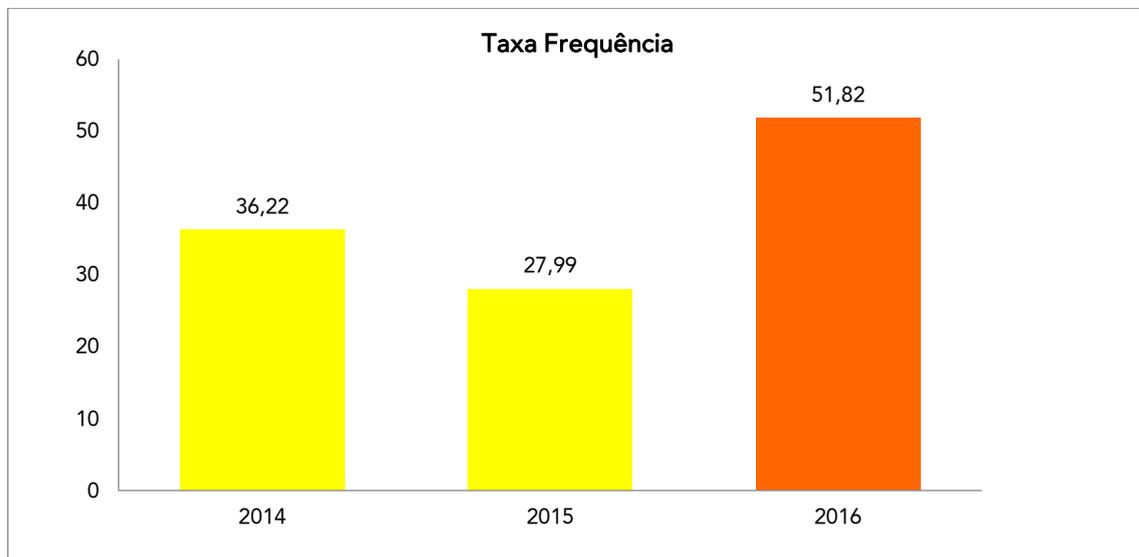
Assim, a Taxa de Frequência, que calcula o nº acidentes trabalho com baixa sobre o nº de horas trabalhadas, atingiu, este ano, os 51,82 acidentes por milhão de horas trabalhadas. Verificou-se um acréscimo do nº de acidentes no trabalho - 25 acidentes, mais 12 do que no ano anterior, o que se veio a traduzir nos valores deste indicador. Tomando como referência

a escala da Organização Mundial de Saúde, a TF regista valores considerados como “maus” à luz desta hierarquia.

	2014	2015	2016
Nº de AT com baixa superior a 1 dia	17	13	25
Nº de horas de trabalho	469405	465584	482470
Taxa de Frequência	36,22	27,99	51,82

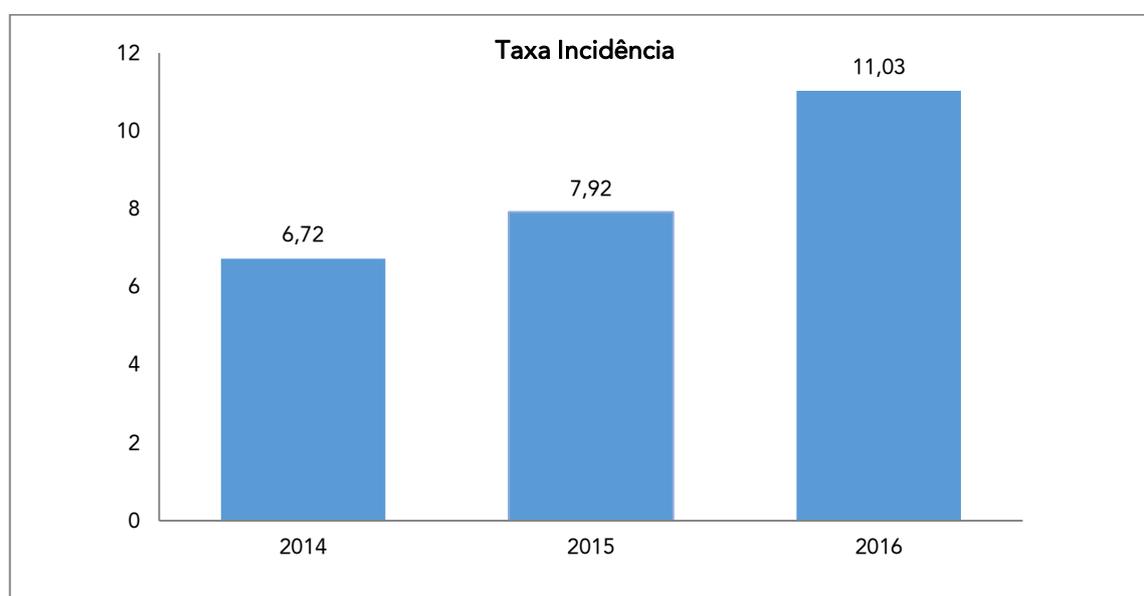
Avaliação da Taxa de Frequência (OMS)

Bom	Médio	Mau	Muito mau
<20	20-40	40-60	> 60



O indicador seguinte - Taxa de Incidência, mede o nº de acidentes que ocorrem em cada 100 trabalhadores. O valor deste ano (11,03) apresenta uma tendência acentuada de subida em relação aos últimos anos. Registe-se que esta Taxa está ligeiramente acima dos 10 acidentes por cada 100 trabalhadores, pelo que deve ser tomado em apreciação.

	2014	2015	2016
Nº de acidentes no trabalho (não inclui acidentes de trajeto)	18	21	30
Nº médio de trabalhadores	268	265	272
Taxa de Incidência	6,72	7,92	11,03

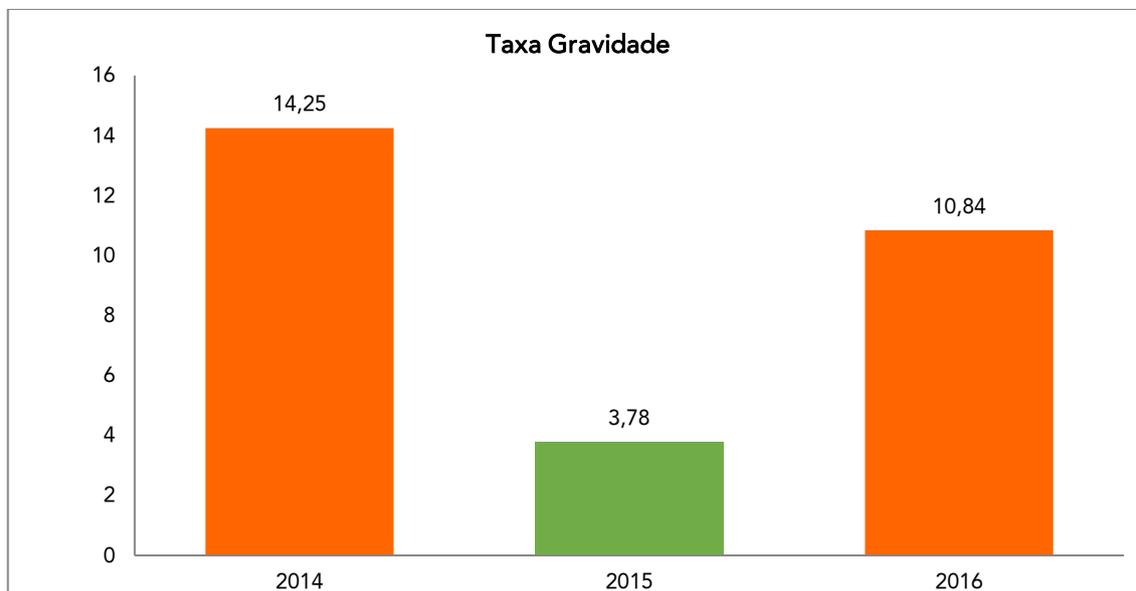


Por último apresentamos os resultados referentes à Taxa de Gravidade, que é o indicador que associa o número de dias perdidos por acidente em cada 10 mil horas de trabalho. Este indicador situou-se nos 10,84 o que é um resultado considerado como "Mau" pela OMS. Contudo, e atendendo que a variação tem sido muito apreciável, dever-se-á verificar se nos próximos anos a tendência se mantém ou se altera para valores como os que se registaram em 2015.

	2014	2015	2016
Nº de dias de trabalho perdidos	822	181	628
Nº de horas de trabalho	469405	465584	482470
Taxa de Gravidade	14,25	3,78	10,84

Avaliação da Taxa de Gravidade

Bom	Médio	Mau	Muito mau
<5	5-10	10-20	> 20



Em síntese, pelo que acima ficou descrito, dever-se-á, se possível, reforçar o acompanhamento aos trabalhos e aos trabalhadores da AC, apostando na melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho, para que uma maior cultura de segurança se consolide na Águas de Coimbra.

Serviço de Desenvolvimento Organizacional (SDO)

Na área da Qualidade, em 2016, o objetivo principal passava pela manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) visando sua transição para a versão 2015 da norma NPENISO9001. Para isso, para além das atividades de dinamização do SGQ, foi efetuado um trabalho mais profundo de atualização para responder aos novos requisitos da norma. Desse modo, no que diz respeito a alterações introduzidas pela nova norma, podemos destacar: uma maior integração com a Gestão da Empresa; a introdução do Contexto Organizacional; um maior ênfase na abordagem por processos, a introdução da Gestão de Risco (processos, Partes Interessadas, etc.) e a introdução da gestão do Conhecimento Organizacional.

Relativamente à dinamização do SGQ destaca-se a realização do programa de Auditorias, o controlo metrológico dos equipamentos de medição, a elaboração de nova documentação e de novas edições de documentos já em vigor, o acompanhamento das não conformidades e das ações decorrentes, o apoio na implementação de várias ações de melhoria.

Relativamente ao programa de auditorias, em 2016, foi realizada uma auditoria interna a todo o SGQ, que também serviu de preparação para a auditoria de renovação e transição, realizada em dezembro de 2016, sendo a entidade certificadora a SGS.

Como resultado deste trabalho, o SGQ da AC, EM obteve a certificação, cumprindo com os requisitos da norma NPENISO9001:2015, e renovando a sua certificação por mais um ciclo de três anos.

Relativamente ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) foi elaborado o Relatório de Acompanhamento da Execução do PGRCIC relativamente ao ano de 2015.

A área da segurança encontra-se dividida em duas vertentes: a da Coordenação de Segurança e a da Higiene e Segurança do Trabalho relativa aos colaboradores da AC, EM.

Na vertente da Coordenação de Segurança foram garantidas as responsabilidades inerentes à Coordenação de Segurança na Fase de Projeto (CSP) e à Coordenação de Segurança em Obra (CSO).

No âmbito da CSP foram elaborados, para cada projeto colocado a concurso, os respetivos Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e as Compilações Técnicas para um total de 20 projetos, a que acresce a elaboração da documentação de segurança relativa a uma prestação de serviço.

Foram também avaliadas as propostas dos concorrentes na vertente da Segurança e Ambiente, no âmbito de concursos públicos de empreitadas.

No que diz respeito à CSO, esta tem como objetivo acompanhar as empreitadas na vertente da segurança e saúde, promovendo e verificando o cumprimento dos requisitos legais, de modo a garantir a segurança dos trabalhadores em obra e promovendo uma correta organização e gestão da obra.

Nesse sentido, foram asseguradas todas as responsabilidades do Dono de Obra e da Coordenação de Segurança em Obra, nomeadamente, a aprovação do desenvolvimento do

PSS em obra, a análise e validação dos planos de sinalização temporária, o acompanhamento dos trabalhos através de visitas à obra, a participação nas reuniões de obra e elaboração da respetiva ata, as comunicações com a Autoridade para as Condições de Trabalho, bem como a aprovação da Compilação Técnica da Obra, no final dos trabalhos. Na tabela seguinte encontram-se de forma resumida alguns dos dados relativos a esta atividade.

Coordenação de Segurança Obra			
Nº de Obras	Nº de Visitas	Nº de Reuniões	Nº de Obras acompanhadas em Período de Garantia
24	392	67	7

O resultado ao nível de visitas a obras resulta da reafetação interna de um colaborador do Serviço às tarefas de Acompanhamento de Obras, que permite um maior acompanhamento dos trabalhos, bem como libertar as Técnicas de SST para outras tarefas de maior complexidade técnica.

As constatações resultantes destes acompanhamentos são apresentadas na tabela seguinte:

Regularidades	Irregularidades	Melhorias identificadas
8006	89	1

No desenvolvimento das empreitadas foi também garantido o acompanhamento ambiental, de acordo com o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição de cada obra.

As atividades desenvolvidas ao nível da Segurança no Trabalho visam garantir condições de segurança aos colaboradores da AC, EM através da implementação das regras de segurança relativas aos trabalhos realizados e aos equipamentos e máquinas utilizados, de modo a eliminar ou reduzir a exposição aos perigos e aos riscos associados. A este nível é dada prioridade ao acompanhamento ao nível da segurança dos trabalhos realizados pelos colaboradores da AC. Este acompanhamento, efetuado no terreno, permite a sensibilização direta dos colaboradores mais expostos a riscos, bem como, verificar o cumprimento dos procedimentos de segurança definidos. Neste âmbito, foram efetuados os trabalhos apresentados na tabela seguinte:

N.º de Trabalhos Acompanhados por tipo de Risco								
Sem risco Elevado	Risco Elevado	Risco 1	Risco 2	Risco 3	Risco 4	Risco 1 + 4	Risco 2 + 4	Total
65	86	11	18	13	28	15	1	151

Risco 1 – trabalhos em profundidade/movimentação de terras a mais de 1,2m de profundidade; Risco 2 – trabalhos em espaços confinados a mais de 1,8m; Risco 3 – trabalhos em altura a mais de 1,8m; Risco 4 – Trabalho na via pública numa extensão superior a 5m

As constatações resultantes destes acompanhamentos são apresentadas na tabela seguinte:

Regularidades	Irregularidades	Melhorias identificadas
2415	81	14

Foram realizadas ações de sensibilização de segurança no trabalho, tendo em conta os postos de trabalho e a melhoria das condições de SST, abrangendo um total de 45 formandos. Estas ações incidiram na sensibilização inicial de acolhimento, aplicável a novos colaboradores, que mudaram de função, estagiários, prestadores de serviço, entre outros, num total de 15 ações. Ainda ao nível da segurança destacam-se ainda as seguintes ações: verificação dos meios de combate e extinção de incêndios; manutenção das centrais de deteção de incêndio, verificação periódica das caixas de 1ºs socorros; verificação dos equipamentos anti queda; elaboração de especificações técnicas para diversas aquisições ao nível da segurança, nomeadamente, EPI e EPC; investigação das causas dos acidentes de trabalho, no sentido de proceder à sua identificação e eliminação; verificação do cumprimento das recomendações médicas.

Foi também efetuado o controlo, ao nível da segurança, dos prestadores de serviço que desenvolvem atividade em instalações da AC, EM de modo a garantir o cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança. Nesta área, foram verificadas e acompanhadas 13 prestações de serviços comunicadas pelas diversas unidades orgânicas da AC.

Foi ainda assinalado o dia internacional da segurança, através da realização de duas ações de sensibilização por parte de Técnicos do ACT. Esta data marcou também o arranque da consulta a todos os trabalhadores da AC sobre questões de Segurança e Saúde no Trabalho. Da análise dos dados recolhidos foi elaborado um relatório contendo informação pertinente em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho.

Na área do Ambiente, foram efetuadas as atividades relacionadas com a Gestão Ambiental da AC, EM. Assim, foram efetuadas as comunicações regulares às Entidades Oficiais, das quais se destacam as relativas à produção de resíduos e dos gases fluorados à Agência Portuguesa do Ambiente e também a declaração simplificada para a gestão das embalagens de serviço utilizadas no Museu da Água à Sociedade Ponto Verde. Também como requisito legal foi dada resposta ao inquérito do INE às Empresas - Gestão e Proteção do Ambiente IEGPA, relativo ao ano de 2015.

Relativamente à gestão de resíduos foi revisto o Procedimento Geral, tendo sido o mesmo implementado. Nesta área foram desencadeados quatro procedimentos concursais, nomeadamente a contratação do serviço de recolha e encaminhamento de vários resíduos, o serviço de encaminhamento de garrafas de cloro, o serviço de gestão dos resíduos hospitalares e dos WC e o serviço de limpeza e manutenção dos separadores de gordura e de hidrocarbonetos. Foi ainda celebrado novo acordo PROU (Produtor de Óleos Usados) entre a Sogilub e a AC.

De modo a dar cumprimento ao Decreto-Lei nº 68-A/2015, de 30 de abril e ao Decreto-Lei nº 118/2013 de 20 de agosto, foi desencadeado o procedimento concursal para a realização de uma auditoria energética à AC e à certificação energética do edifício principal, tendo sido, também, efetuado o registo da AC, EM no portal da DGEG.

Foi efetuada uma candidatura ao Aviso 21 do Fundo da Eficiência Energética, com o objetivo de financiamento das três medidas de eficiência energética que foram identificadas.

Foi ainda revisto o Procedimento Geral da Avaliação dos Aspetos Ambientais, tendo-se iniciado a identificação dos Aspetos Ambientais associados à AC, EM.

No que diz respeito ao Laboratório de Contadores, qualificado pelo IPQ como reparador e instalador de contadores de água potável fria, cuja principal missão consiste na reparação e controlo metrológico dos contadores, os principais números da atividade encontram-se na tabela seguinte:

Entrados	Ensaiaados	Aprovados	Abatidos
9784	5594	5157	2916

Foram ainda realizados dois ensaios para avaliação do estado de funcionamento do contador (aferição), a pedido de clientes da AC, EM.

No ano de 2016, foi dada continuidade à prestação de serviços de reparação e controlo metrológico de contadores a entidades externas, com a realização de trabalhos a oito entidades gestoras, incluindo a realização de aferições. Na tabela seguinte apresentam-se os números referentes a estas atividades:

Contadores reparados e verificados	Contadores Aferidos
253	2

Em 2016, foram ainda realizados ensaios a contadores de água para avaliar o seu estado de funcionamento a 482 contadores, de quatro (4) entidades gestoras.

No mês de dezembro realizou-se a auditoria ao Laboratório de Contadores pelo Instituto Português da Qualidade, para efeitos de manutenção da qualificação.

Equipa de Expediente Geral e Arquivo (EEGA)

Arquivo Geral

No âmbito das funções atribuídas à equipa de Arquivo Geral, no ano de 2016, verificaram-se 96 requisições de documentos para consulta e 63 devoluções de documentação requisitada. Foram prestadas concomitantemente, inúmeras informações urgentes, solicitadas via telefone, ou via correio eletrónico, com origem sobretudo, no Posto de Atendimento da Loja do Cidadão.

Relativamente a remessas de documentos enviadas para arquivo, foram recebidas 197 unidades documentais (caixas, dossiês e pastas). Diariamente, foi rececionada, avaliada, triada, ordenada e arquivada, toda a documentação produzida no setor de atendimento ao público (contratos e atualizações contratuais), correspondente a uma média de 80 documentos/dia.

Foram realizados dois autos de eliminação de documentos, com prazos de conservação ultrapassados.

Implementaram-se medidas de conservação e preservação documental numa dupla vertente: corretiva e preventiva:

- ✓ Higienização e reacondicionamento de documentos com indícios de degradação acentuada (operação em curso);
- ✓ Higienização regular das áreas de depósito, implementando uma nova rotina de limpeza;
- ✓ Reorganização pontual de documentação com vista à preservação de espécies documentais mais frágeis ou objetivando a agilização do processo de pesquisa e disponibilização de documentos.

Foi planificado, coordenado e concretizado o esvaziamento de um depósito de arquivo, envolvendo a mudança de sete estantes e respetivo acervo documental. Esta ação insere-se na reestruturação e reorganização em curso, do arquivo, visando a unificação e reabilitação dos diversos depósitos de documentação.



DIREÇÃO FINANCEIRA E COMERCIAL (DFC)

Perspetiva comercial

Qualidade do serviço prestado

Iniciámos o recurso às novas tecnologias de leitura dos contadores de água, nomeadamente ao sistema de telemetria, de forma a gerir e garantir o correto processamento de faturação com menores custos e melhor prestação de serviço ao cliente.

Volumes de água e de água residual faturados a clientes

No ano de 2016, houve um crescimento ligeiro do número de clientes (+229 clientes) face ao ano anterior, contrariando a estabilização observada em 2015, relativamente ao ano de 2014. Os volumes de água e de água residual faturados, em 2016, aumentaram, respetivamente, 0,97% e 1,72%, em comparação com os observados em 2015.

Atendimento e comunicação aos clientes

Promovemos, com sucesso, nova campanha para adesão dos clientes à fatura eletrónica e ao pagamento de faturas por débito direto. Em 31 de dezembro de 2016, o número de aderentes à fatura eletrónica ascende a 9.098, ou seja, 11% do total de clientes. Por sua vez, o número de clientes que pagavam por débito direto correspondia, também no final de 2016, a 47% do total.

Concentramos o atendimento presencial na Loja do Cidadão, garantindo um horário alargado de atendimento aos clientes, indo ao encontro da vontade manifestada por estes ao longo dos últimos anos.

Desenvolvemos uma campanha de atualização do cadastro de clientes, tendo especial atenção à inserção do número de contribuinte (NIF), contactos telefónicos e endereços de correio eletrónico, permitindo um contacto mais estreito e rápido.

Controlo da cobrança da dívida

Demos continuidade à política de controlo apertado da dívida, mediante a interrupção do fornecimento de água e conseqüente levantamento do contador quando persistia a situação de incumprimento. Também incrementamos a comunicação entre a AC, EM e o Serviço de Execuções Fiscais do Município de Coimbra, garantindo informação atualizada e a execução da dívida dos clientes com maior celeridade.

Perspetiva económica e financeira

Volume de negócios:

Consequência do ligeiro crescimento do número de clientes de água e do número de utilizadores do serviço de saneamento, observamos que o volume de negócios, em 2016, (vendas mais prestações de serviços) teve um aumento de 1,97% face ao ano de 2015.

Custo das mercadorias vendidas

Compra de água à Águas do Centro Litoral:

O custo da água comprada, em 2016, diz respeito, apenas, à quantidade efetivamente entrada no sistema de abastecimento de água "em baixa", enquanto que, em 2015 e anos anteriores, esse custo correspondia aos caudais mínimos constantes no contrato de fornecimento subscrito entre o Município de Coimbra e a sociedade Águas do Mondego, S.A., em 30 de dezembro de 2004. Assim, para uma faturação do fornecedor "em alta" (AdM e AdCL) de 8.096.392,45 € em 2015, apresentamos, em 2016, na compra de água à sociedade Águas do Centro Litoral - AdCL um custo de 6.291.782,48 €. A diminuição de custos daqui resultante foi de 1.804.609,97 €.

Fornecimentos e serviços externos

Encargo de recolha e tratamento de efluentes

Em 2016 esse custo não sofreu alteração significativa. Não obstante o custo unitário ter crescido em relação ao ano anterior, houve uma ligeira redução nas quantidades faturadas pela AdCL. Em 2016 foi faturado um volume de 9.852.036m³ de efluente (821.003m³/mês) e em 2015 o custo registado dizia respeito a 10.129.290m³, correspondente ao caudal mínimo constante no contrato de recolha de efluentes, subscrito entre o Município de Coimbra e a sociedade Águas do Mondego, S.A., em 30 de dezembro de 2004.

Comissões de cobrança de faturas

Por diminuição dos custos unitários, merecem referência as comissões de cobrança das faturas de água e tarifas conexas. A seleção, após desenvolvimento de concurso público para o efeito, de novos "brokers de cobrança ", fez diminuir, significativamente, o custo das respetivas comissões.

Os fornecimentos e serviços externos apresentam, no seu conjunto, uma redução de 4%.

Em consequência do exposto, a rentabilidade das vendas e prestações de serviços, inferior a 1%, em 2015, atingiu, em 2016, a percentagem de 5,56%.

Ao nível de indicadores económicos e de produtividade salientamos:

- ✓ O *cash flow* operacional-EBITDA (sem os subsídios à exploração) regista o valor de 6.176.705 euros.
- ✓ O valor acrescentado bruto (VAB) apresenta o montante de 11.097.892 euros.
- ✓ O indicador volume de negócios/ nº médio de trabalhadores é, em 2016, de 91.497 euros;
- ✓ O rácio vendas e prestações de serviços / gastos com pessoal é de 4,34.

Os indicadores financeiros revelam também uma situação positiva, como se demonstra, com uma liquidez geral de 2,84, uma autonomia financeira de 79,85% e solvabilidade de 3,96.

Quadro Indicadores comerciais, de produtividade, económicos e financeiros:

	2016	2015	2014
Comerciais:			
Clientes de água (n.º)	83 084	82 855	82 860
Água faturada (m3)	9 998 519	9 902 005	9 763 445
Utilizadores da rede de saneamento (n.º)	80 047	79 594	79 585
Água residual faturada (m3)	9 489 616	9 328 810	9 239 736
Produtividade:			
Volume de emprego (nº de efetivos médio anual)	272	265	267
Valor acrescentado bruto (VAB) (€)	11 097 892	9 085 941	8 222 324
VAB / Gastos com pessoal	1,93	1,67	1,51
VAB / nº médio anual de efetivos (€)	40 801	34 287	30 795
(Vendas + Prestações de Serviços) / Gastos com pessoal	4,34	4,47	4,37
(Vendas + Prestações de Serviços) / nº médio de efetivos (€)	91 497	92 099	89 373
Económicos:			
Rentabilidade das vendas e prestações de serviços	5,56%	0,66%	0,37%
Rentabilidade dos capitais próprios	2,22%	0,26%	0,14%
Rentabilidade do ativo	1,77%	0,19%	0,11%
EBITDA – Cash flow operacional c/subsídios à exploração (€)	6 183 921	4 937 064	5 185 205
EBITDA – Cash flow operacional excluindo subsídios à exploração (€)	6 176 705	4 417 380	5 174 534
Financeiros:			
Liquidez geral	2,84	1,79	2,32
Solvabilidade	3,96	2,91	3,6
Autonomia financeira	79,85%	74,45%	78,26%
Grau de cobertura do imobilizado por capitais permanentes	1,21	1,16	1,17

Serviço Comercial (SCOM)

No ano de 2016 continuámos a responder às diversas solicitações presenciais e telefónicas dos nossos clientes, sendo de destacar os 96 868 contatos efetuados no Posto de Atendimento na Loja do Cidadão, tipificados conforme o quadro que apresentamos seguidamente:

ATENDIMENTOS PRESENCIAIS	
Celebração de contratos	7 805
Esclarecimentos de faturação	9 050
Pagamento de faturas	58 956
Pedidos de pagamento por débito direto	2 939
Prestação de informações diversas	9 527
Requisição do serviço de vazamento de fossas sépticas	86
Requisições de serviços diversos	4 469
Rescisão de contratos	4 036
Total	96 868

No que concerne à movimentação de contadores continuámos a dar resposta, com a maior celeridade possível, às solicitações dos clientes.

Acresce que, no final do ano de 2016, demos início à implementação de um sistema de telemetria (leitura remota de contadores) que abrange, numa primeira fase, cerca de 6600 contadores e que permitirá maior rigor nas leituras e controlo das perdas de água, prestando um melhor serviço ao cliente. Neste contexto, estamos a substituir os contadores para acoplarem a tecnologia exigida.

Apresentamos os seguintes dados relativos ao ano de 2016:

MOVIMENTAÇÃO DE CONTADORES	2015	2016	Varição
Levantamentos	3 201	3 153	-1,50%
Substituições	4 833	5 557*	14,98%
Colocações	4 633	4 451	-3,93%
Cortes por dívida	5 158	5 375	4,21%
Religações após pagamento	4 192	4 068	-2,96%
Levantamentos por dívida	1 265	1 074	-15,10%
Total	23 282	23 678	1,70%

*Dos quais 2336 foram substituídos no âmbito da implementação do sistema de telemetria.

No que diz respeito ao controlo da cobrança da dívida, temos atuado, em articulação com o Serviço de Execuções Fiscais da Câmara Municipal de Coimbra, para assegurarmos em tempo útil a minimização das situações de incumprimento, em prol da boa saúde financeira da Empresa.

Relativamente à evolução do número de clientes da AC, EM e ao volume de água faturada, apresentamos os seguintes quadros:

Nº de clientes de água e saneamento

ANO	2014	2015	2016
Clientes de água (n.º)	82 860	82 855	83 084
Estado*	339	324	323
Autarquias	588	595	604
Instituições **	179	189	206
Comércio, Indústria e Serviços	7 448	7 397	7 374
Domésticos	74 306	74 350	74 577
Utilizadores da rede de saneamento (n.º)	79 585	79 594	80 047

* Escolas Públicas do Ensino Básico e Secundário, Hospitais e Centros de Saúde e Restantes Serviços Públicos;

** Instituições Particulares de Solidariedade Social.

ÁGUA FATURADA POR TIPO DE CLIENTE (m ³)	2014	2015	Var. 15/14	2016	Var. 16/15
Estado	1 034 187	970 854	-6,12%	990 960	2,07%
Autarquias	303 799	315 755	3,94%	291 169	-7,79%
Instituições	166 324	162 306	-2,42%	193 443	19,18%
Comércio, Indústria e Serviços	1 325 977	1 376 254	3,79%	1 421 504	3,29%
Domésticos	6 933 158	7 076 836	2,07%	7 101 443	0,35%
Total	9 763 445	9 902 005	1,42%	9 998 519	0,97%
Volume de efluente faturado	9 239 736	9 328 810	0,96%	9 489 616	1,72%

O número de clientes servidos pela rede de abastecimento de água, ascendeu, no final de 2016, a 83 084, verificando-se um crescimento em relação ao ano anterior (82.855). O número de utilizadores da rede de drenagem de águas residuais cifrava-se em 80 047, ou seja, 96,34% dos clientes de água, valor que traduz o excelente índice de cobertura da rede pública de drenagem de águas residuais.

Em relação ao volume de água faturada em 2016 (9.998.519 m³), constatamos um aumento de 1 % em relação ao ano anterior (mais 96.514 m³), contrariamente à tendência decrescente que se tem verificado na generalidade das Empresas do setor.

O volume de águas residuais faturado, em 2016, ascendeu a 9.489.616 m³ (+1,72 %).

No âmbito da atividade do Serviço Comercial destacamos, ainda, os seguintes dados relativos ao ano de 2016:

- ✓ A emissão de 992 315 faturas;
- ✓ Ao nível do controlo das cobranças, emitimos 72 115 avisos de corte, 8 944 avisos de dívida e 4 950 certidões de dívida;
- ✓ Efetuámos 466 153 leituras de contadores instalados, com periodicidade bimestral;
- ✓ Rececionámos e tratámos 445 reclamações escritas, proporcionando, aos clientes, um prazo médio de resposta de 11 dias;
- ✓ Continuamos ainda a dedicar especial atenção aos clientes que se deparam com excesso de consumo de água, face a deficiências nas canalizações interiores. Em 2016, foram registados 419 processos de roturas;

No ano de 2016, com o intuito de facilitar o relacionamento do cliente com a AC, EM foi incentivada a utilização do Balcão Digital, local onde o cliente pode, comodamente instalado na sua residência, tratar da generalidade dos assuntos com a Empresa e aceder remotamente às suas faturas e dados contratuais.

Temos vindo a incentivar a adesão à fatura eletrónica e ao débito direto, meios de faturação e cobrança mais cómodos para o cliente, com vantagem sob o ponto de vista ambiental.

Assim, no último trimestre de 2016, despoletámos uma campanha de adesão à fatura eletrónica e débito direto, com o escopo social de angariação de fundos para a Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Por último, destacamos, novamente, o galardão atribuído à AC, EM, ao nível da satisfação dos clientes. A Empresa continua a ser considerada a empresa melhor posicionada do sector da água, no Índice Nacional de Satisfação de Clientes - ECSI Portugal, relativo ao ano de 2016, mantendo a posição alcançada em 2015, 2014, 2013, 2012, 2011 e 2009.

O modelo de avaliação ECSI (*European Customer Satisfaction Index*) foi aplicado a vários sectores de serviços: Águas, Banca, Comunicações, Transportes de Passageiros, Gás, Combustíveis e Seguros.

Serviço de Contabilidade, Aprovisionamento e Património (SCAP)

Em 2016, destacamos as seguintes atividades desenvolvidas pelo SCAP, decorrentes dos princípios e regras orientadoras constantes da Norma de Controlo Interno em vigor, na AC, EM para este Serviço.

Ao nível do aprovisionamento:

- ✓ Atualização e monitorização do relatório de boas práticas em vigor - Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC), na área da aquisição de bens e serviços (contratação pública);

- ✓ Concretização do Plano de Compras 2016, com o enfoque nos acordos de fornecimento de bens e serviços, tendo como objetivo essencial, por um lado, a redução de custos diretos das aquisições e por outro, o aumento da eficiência na execução das atividades administrativas;
- ✓ Contratualização com a Ano - Sistemas de Informática e Serviços, Lda., para utilização de plataforma eletrónica de contratação pública, no âmbito das aquisições de empreitadas, bens e serviços, por via eletrónica;
- ✓ Qualificação e avaliação de fornecedores da Águas de Coimbra, relativa ao período compreendido entre 01/07/2015 e 30/06/2016, realizada no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, na vertente Qualidade – ISO: 9001: 2008;
- ✓ Realização de inventários trimestrais, para controlo e aferição das necessidades de reaprovisionamento;
- ✓ Abate de bens de inventário em estado obsoleto e/ou sem valor de uso, depositados no Estaleiro de Eiras, com o valor contabilístico de 20.715,88€.

No património:

- ✓ Identificação dos ativos fixos tangíveis administrativos passíveis de serem etiquetados e a sua associação à aplicação de gestão – Microsoft Navision.
 - a) Identificação de bens;
 - b) Atualização de localizações físicas;
 - c) Alocação a centros de custo;
 - d) Registos fotográficos;
 - e) Etiquetas identificativas.
- ✓ Transferência para ativos fixos tangíveis em curso, dos terrenos com contrato promessa de compra e venda, ainda sem registo de escritura na conservatória do registo predial;
- ✓ Transferência para ativos fixos tangíveis, das obras em curso, por empreitada e por administração própria, fechadas em 2016;
- ✓ Registo em ativos fixos tangíveis, de infraestruturas transferidas pela Câmara Municipal de Coimbra em 2016.
- ✓ Registo de alienações e abates nos seguintes grupos de ativos fixos tangíveis:
 - a) Edifícios e outras construções;
 - b) Equipamento básico;
 - c) Equipamento de transporte;
 - d) Equipamento administrativo;
 - e) Outros ativos fixos tangíveis.

Ao nível contabilístico e de gestão:

- ✓ Organização e submissão, no âmbito do POSEUR (Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), de toda a informação processual relativa aos procedimentos de contratação pública;
- ✓ Recolha e submissão da documentação relativa aos pedidos de pagamento, bem como prestação de toda a informação complementar solicitada pela Autoridade de Gestão para validação de despesa;
- ✓ Coordenação do projeto "Portugal 2020", com elaboração de candidaturas ao Ciclo Urbano da Água e Fundo de Eficiência Energética, assim como análise de outros avisos passíveis de apresentação de candidatura;
- ✓ Definição de variáveis económico-financeiras para elaboração de Estudo de Viabilidade Financeira (EVF), no âmbito das candidaturas ao POSEUR – Ciclo Urbano da Água - Aviso n.º POSEUR-12-2016-38;
- ✓ Elaboração de relatórios de gestão, trimestrais, para informação e aprovação pelo Conselho de Administração, Assembleia Geral, ROC e Município de Coimbra;
- ✓ Recolha e tratamento de informação de natureza económica e financeira, para a construção de indicadores de desempenho no abastecimento de água e no serviço de águas residuais, nos termos do definido pela ERSAR;
- ✓ Resposta aos inquéritos do Instituto Nacional de Estatística, de carácter obrigatório;
- ✓ Cumprimento de todas as obrigações de carácter fiscal do período.



DIREÇÃO DE PLANEAMENTO E EXPLORAÇÃO DE SISTEMAS (DPES)

Assentando a sua atuação nas linhas estratégicas que orientam a gestão da AC,EM, a DPES, como unidade orgânica responsável principalmente pelos processos de exploração, planeamento, construção e aquisição de infraestruturas, dos sistemas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, estabeleceu como prioridades, em 2016, a realização de ações para a prestação de serviços de excelência aos clientes, para o desenvolvimento de práticas inovadoras, e para garantir a sustentabilidade da empresa numa perspetiva de curto, médio e longo prazo, seguindo as diretivas nacionais definidas no PENSAAR 2020 (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020).

Consequentemente, ao nível da realização de infraestruturas, e atendendo à cobertura praticamente total do concelho de Coimbra com distribuição pública de água, e muito elevada ao nível do saneamento (97%), as prioridades continuaram a ser:

- A reabilitação e maior setorização das redes de distribuição de água, para maior eficácia no combate às perdas de água e para a garantia da qualidade da água fornecida;
- A ampliação do serviço público de drenagem de águas residuais de modo a servir a grande maioria da população do concelho de Coimbra. Reabilitação de coletores com problemas de funcionamento e a separação da rede de drenagem nas zonas ainda com sistema unitário;

- Realização de intervenções de drenagem de águas pluviais, para melhoria do funcionamento da rede hidrográfica municipal, com principal incidência nas zonas urbanas. Reabilitação de sistemas de drenagem de águas pluviais com problemas de desempenho hidráulico.

No âmbito destas prioridades foram realizadas várias empreitadas que se descrevem mais em detalhe na parte relativa ao SFMO, bem como diversos projetos e procedimentos de contratação pública, que permitem o avanço de empreitadas e prestações de serviços para o ano de 2017.

Alguns dos trabalhos desenvolvidos foram divulgados em congressos técnico-científicos, para divulgação das melhores práticas da empresa a diversos níveis, com apresentação oral nos eventos referidos dos seguintes artigos:

- ENASB 2016 - Encontro de Engenharia Sanitária e Ambiental, com o tema "O combate às afluências indevidas e caudais de infiltração em redes de drenagem de águas residuais domésticas no concelho de Coimbra";
- Seminário Mike da DHI 2016, com o tema "A experiência da Águas de Coimbra com o MIKE URBAN"

Equipa de Apoio ao Planeamento e Exploração (EAPE)

Durante ano de 2016, na área de competências da EAPE, foram desenvolvidas várias atividades de planeamento e apoio aos projetos de infraestruturas e à exploração dos sistemas, que são descritas a seguir, bem como de participação num conjunto de projetos e iniciativas que contribuem para a empresa responder aos desafios de modernização do setor, na busca de uma maior eficácia na sua atuação. A implementação da Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) é um destes projetos em que a DPES e a EAPE deram o seu apoio, na sequência da sua implementação que vem já desde 2012, conforme descrito na parte do Gabinete de Apoio.

Planeamento e exploração

Foi dada continuidade à atualização dos Planos Gerais de Distribuição e Drenagem de Águas do concelho de Coimbra, tendo sido reformulados quatro Planos de Drenagem, nomeadamente os Planos de Drenagem da Bacia da Ribeira da Copeira, da Bacia da Ribeira da Bica, da Bacia da Ribeira da Solum e da Bacia da Zona Central da Cidade e dois Planos de Distribuição, nomeadamente os Planos dos Sistemas de Abastecimentos de Água Alto dos Barreiros/Cruz dos Morouços/Cernache e Ingote-Alto dos 5 Reis. Para todos estes Planos foram desenvolvidos os modelos de simulação, identificados os principais problemas e analisadas e propostas soluções.

A EAPE apoiou o trabalho de redução de perdas de água no sistema de abastecimento e aflúências indevidas no sistema de drenagem de águas residuais, destacando-se:

- ✓ Elaboração do Plano da campanha de medição de caudais residuais domésticos nos SAR de Vila Pouca de Cernache, Cartaxos/Anagueis, Vil de Matos, Arzila, Lagoa Macrófitas de Arzila, Andorinha, S. Silvestre e Cabouco, e apoio na campanha de medição de caudais residuais domésticos nos SAR de Conraria e Torres do Mondego;
- ✓ Colaboração na análise e elaboração de pareceres relativos às propostas de metodologia de cálculo dos caudais residuais domésticos a serem faturados pela entidade gestora do sistema "em alta";
- ✓ Elaboração de relatório e peças desenhadas com os pressupostos necessários para a conceção de um projeto de execução para a instalação de uma comporta no canal Pentagonal a jusante da EEAR Casa do Sal II;
- ✓ Análise da adequabilidade dos diâmetros dos caudalímetros dos pontos de entrega da AdCL aos caudais atuais e identificação de zonas com maior índice de roturas nos ramais. Essa análise permitirá remodelar ramais com problemas recorrentes.

A EAPE representou a AC, EM no grupo de trabalho do Projeto CENTAUR (*Cost Effective Neural Technique for Alleviation of Urban Flood Risk*). Este projeto, que engloba outras seis entidades europeias, enquadra-se nos projetos do programa H2020 - *Water Innovation: Boosting its value for Europe*, no qual se pretende criar uma abordagem inovadora para controlo em tempo real de redes de drenagem de águas pluviais com o objetivo de reduzir o risco de inundações em áreas urbanas. Coimbra é uma das cidades na qual será executado um teste-piloto ao sistema em desenvolvimento pelo Projeto CENTAUR. No âmbito deste Projeto a EAPE contribuiu principalmente com a colaboração na instalação na rede de drenagem da AC, EM de novos sensores de nível e caudalímetros e na monitorização das suas leituras, no apoio à instalação de comporta na Alameda Júlio Henriques, e no controlo e registo da afetação de recursos humanos e equipamentos ao Projeto;

Realizou ainda a monitorização da Telegestão, detetando situações anómalas e propondo correções ao DOMI na gestão das bombagens nas estações elevatórias e dos níveis de água nos reservatórios.

Qualidade da Água

O Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), previa a realização de 414 amostras em torneiras de consumidores, nas três Zonas de Abastecimento existentes – Boavista, Olhos de Fervença, Quinta dos Cunhas, num total de 2609 análises. Este programa foi cumprido na íntegra quer no que diz respeito à frequência/periodicidade de amostragem quer ao número de parâmetros analisados. Para além deste programa, a AC, EM preparou e colocou em prática um Plano de Controlo Operacional (PCO) com o objetivo de avaliar e controlar a qualidade da água na rede geral de distribuição, implicando a realização de amostras em diversos locais

da rede pública de abastecimento de água (bocas de incêndio e reservatórios) e também em torneiras de consumidores. Para além das amostragens e análises planeadas foram ainda realizadas outras por vários motivos, nomeadamente acompanhamento e verificação de resolução de incumprimentos e valores anómalos, solicitações e reclamações de qualidade da água, verificação da eficácia da desinfeção de condutas novas de abastecimento de água antes da sua colocação em serviço, entre outras.

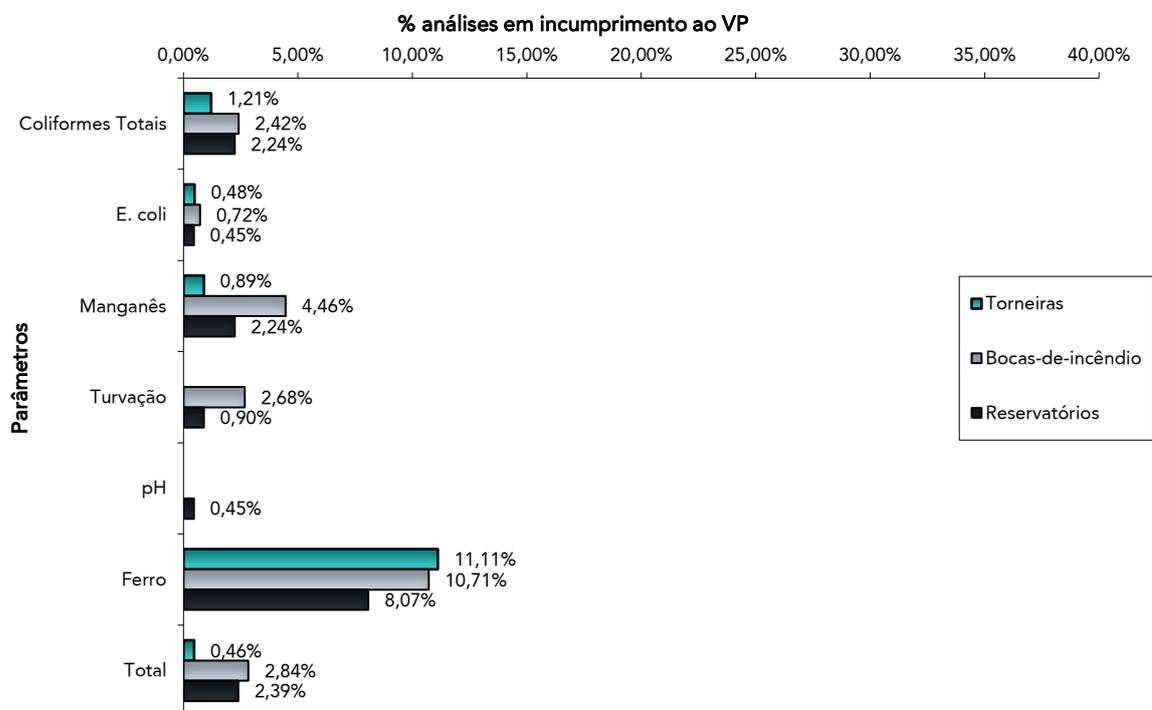
Tabela 1 – Contabilização de amostras, análises e incumprimentos

	PCQA	PCO		
	Torneiras	Torneiras	Bocas-de-incêndio	Reservatórios
Nº amostras planeadas	414	302	414	223
Nº amostras planeadas e efetuadas	414	302	414	223
Nº amostras extraplanos efetuadas	9	13	56	9
Nº análises exigidas pela legislação	2609	0	0	0
Nº de análises planeadas	2609	302	1582	2230
Nº de análises efetuadas	2609	302	1582	2230
Nº de análises planeadas com VP	1937	302	1164	1338
Nº de análises efetuadas com VP	1937	302	1164	1338
Incumprimentos / Valores Anómalos	9	0	33	32
Percentagem de Cumprimento	99,54%	100,00%	97,16%	97,61%

De acordo com o método de cálculo preconizado pela ERSAR, para a obtenção do valor de cumprimento de valores paramétricos da norma de qualidade da água para consumo humano, a AC, EM obteve, em 2016, 99,54% de análises (efetuadas em torneiras de consumidores) em conformidade com o Decreto-Lei nº 306/2007, de 27 de agosto. No âmbito do PCQA, há a realçar que a maioria das situações de incumprimento detetadas foram contaminações pontuais associadas à rede predial dos clientes (a AC, EM não é responsável por estas ocorrências) que não se confirmaram na realização de análises de verificação. No que diz respeito ao PCO, realça-se os valores anómalos dos parâmetros manganês, ferro e turvação, relacionados respetivamente com as características naturais (hidrogeológicas) da origem de água e a migração dos materiais de construção da rede de distribuição em particular nos pontos de colheita ou com ambas as causas.

No gráfico que se apresenta de seguida ilustra-se a percentagem de análises em incumprimento a Valor Paramétrico (VP) por parâmetro, nos vários tipos de pontos de amostragem.

Gráfico 1 – Percentagem de análises em incumprimento ao Valor Paramétrico



Nas extremidades de rede e pontos de cota baixa na rede geral de distribuição de água ocorrem, por vezes, acumulações de biofilme e sedimentos. Por este motivo e também devido a consumos reduzidos que levam a baixas velocidades e estagnação da água em algumas zonas da rede de abastecimento, a AC, EM realizou o seu Plano de Descargas de Água, num total de 519 Pedidos de Serviço realizados no período em análise, para evitar a degradação dos níveis de qualidade e promover a renovação da água.

A divulgação dos resultados das análises à água de demonstração da conformidade (relativos ao PCQA) foi efetuada publicamente de acordo com a legislação e normas em vigor.

Em 2016, foi acompanhada e gerida a aquisição de serviços para “análises de água para consumo humano e águas residuais, para o período de 1 de maio de 2015 a 31 de dezembro de 2016”; foram preparadas, também, as aquisições de serviços para “análises de água para consumo humano e águas residuais, para o ano 2017”; e, ainda, para “limpeza de condutas de abastecimento de água para consumo humano - 2016”, que se realizou em janeiro de 2017.

A AC, EM iniciou, em setembro de 2016, o desenvolvimento do seu Plano de Segurança da Água. Esta ferramenta permitirá gerir de forma integrada os riscos associados ao seu sistema de abastecimento de água para consumo humano, tal como recomendado pela ERSAR.

Controlo das descargas no meio hídrico dos sistemas de tratamento de águas residuais

No período em análise foi implementado o programa de autocontrolo para o único sistema de tratamento de águas residuais da responsabilidade desta entidade gestora, que se localiza na aldeia de Vale de Rosas, de acordo com a licença de utilização de recursos hídricos válida. Os resultados deste programa de autocontrolo demonstraram que os valores limite de emissão no meio hídrico definidos na referida licença foram cumpridos, tendo sido comunicados no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb), com periodicidade trimestral. Foram também monitorizados os descarregadores de tempestade existentes na rede e imediatamente a montante de sistemas elevatórios.

Equipa de Afluências Indevidas e Perdas de Água (EAIPA)

A EAIPA é responsável pela implementação de medidas ativas para redução de água não faturada no sistema de distribuição de água e para a redução das afluências indevidas no sistema de drenagem de águas residuais domésticas e industriais.

Redução de perdas de água

Durante o ano de 2016, para minimização das perdas reais, foram efetuados trabalhos de inspeção noturna às ZMC monitorizadas e campanhas de deteção de roturas não reportadas executadas pela EAIPA, gerando um total de 1207 reclamações confirmadas, realizando ensaios de setorização de rede e inspeção de condutas e ramais com recurso a geofones. Durante os trabalhos realizados, e sempre que detetadas, foram comunicadas as alterações de cadastro do sistema de distribuição de água, bem como as situações anómalas na rede (fraudes ou fugas de água). Foi ainda prestado apoio à gestão do parque de contadores, que consistiu no estudo e identificação dos contadores a substituir durante o ano de 2016, com o objetivo de minimizar o efeito de subcontagem e cumprir o prazo legal. Dos trabalhos resultantes de pedidos de serviço internos, num total de 281 solicitações, foram detetadas 233 anomalias. Foram ainda efetuados 94 trabalhos de deteção de roturas particulares (a pedido dos clientes), com a deteção de 66 roturas.

Não tendo sido efetuada em 2016, como previsto pela empresa Águas do Centro Litoral (AdCL), a separação do sistema inferior e a criação dos novos pontos de entrega de Carlos Seixas, Casas Novas, Chafariz, Espadaneira e Quinta da Portela, considera-se que o volume de perdas referente a esta zona partilhada (31 km de extensão na rede da AC,EM), e que imputava à AC,EM um valor de perdas de 37,58%, muito acima do valor registado nos outros sistemas e com um comprimento de rede bastante superior (1 162 Km), não reflete a realidade. Face ao exposto, para apuramento do volume total entrado na rede de distribuição, considera-se que o valor de perdas da responsabilidade da AC, EM deverá ser igual ao registado nos outros sistemas (24,96 %), tendo ainda sido descontado o valor de 36 506 m³, correspondente à média de um dia, porque o período de leitura nos pontos de entrega foi de 366 de dias.

Concluiu-se o ano de 2016 com perdas de 24,77%, um valor dentro dos objetivos da AC para garantir, como determina o Plano Nacional da Água, os 20% de perdas em 2020.

Gráfico 1 – Evolução dos volumes de água e percentagem de perdas entre 2006 e 2016.



O balanço hídrico do exercício de 2016 é o que se apresenta no próximo quadro:

BALANÇO HÍDRICO 2016				
Água entrada no sistema 13 289 932 [m³/ano]	Consumo autorizado 10 019 390 [m³/ano]	Consumo autorizado facturado 9 998 519 [m³/ano]	Consumo facturado medido 9 998 519 [m³/ano]	Consumo facturado 9 998 519 [m³/ano]
			Consumo facturado não medido 0 [m³/ano]	
	Perdas de água 3 270 542 [m³/ano]	Consumo autorizado não facturado 20 871 [m³/ano]	Consumo não facturado medido 4 671 [m³/ano]	Água não facturada (perdas comerciais) 3 291 413 [m³/ano]
			Consumo não facturado não medido 16 200 [m³/ano]	
	Perdas reais 2 620 638 [m³/ano]	Perdas aparentes 649 904 [m³/ano]	Consumo não autorizado 149 978 [m³/ano]	
			Perdas de água por erros de medição 499 926 [m³/ano]	
			Fugas nas condutas de adução e/ou distribuição 644 210 [m³/ano]	
			Fugas e extravasamentos nos reservatórios de adução e/ou distribuição 43 800 [m³/ano]	
			Fugas nos ramais (a montante do ponto de medição) 1 932 629 [m³/ano]	

Foram ainda realizadas auditorias às perdas de água nas Zonas de Medição e Controlo (ZMC) implementadas. Em resultado destas auditorias, apresentam-se de seguida alguns indicadores de desempenho (IWA – International Water Association), relativos a perdas de

água, nomeadamente: WR1 - Ineficiência de utilização dos recursos hídricos (Perdas reais em % da água entrada no sistema) e Op27 - Perdas reais por ramal (l/ramal/dia com sistema em pressão).

	2 006	2 007	2 008	2 009	2 010	2 011	2 012	2 013	2 014	2 015	2 016
WR1 (%)	27,93	26,11	21,28	21,93	18,41	18,33	16,47	19,09	18,83	19,54	19,72
Op27 (l/ramal/dia)	272	243	185	206	174	169	137	161	156	136	138

Redução de aflúências indevidas

Durante o ano de 2016, e aproveitando os dias de precipitação, foram efetuadas ações para identificação de caixas de ramal de águas residuais domésticas com problemas de entrada de água pluvial, na rede da SAR da Conraria e SAR das Torres do Mondego, num total de 215 e 150 ramais, respetivamente. Realizaram-se igualmente campanhas de medição de caudais nestas duas SAR.

Foi também prestado apoio operacional no desenvolvimento do projeto CENTAUR

Equipa de Apoio Técnico e Administrativo (EATA)

A EATA apoia principalmente atividades realizadas pelas áreas técnicas associadas ao planeamento, exploração, operação, manutenção dos sistemas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas, industriais, pluviais e, ainda, a gestão de ativos verticais. Destacam-se as atividades no apoio à gestão da contratação pública de empreitadas e aquisições de serviços, promovidas pelas áreas técnicas nas fases de elaboração dos projetos, de formação dos contratos, de tramitação procedimental dos concursos e de execução e encerramento dos contratos de empreitadas e aquisições de serviços, bem como no apoio às atividades de gestão dos projetos prediais e de loteamento, de gestão dos ramais e pedidos de prolongamentos, e de gestão das infrações das redes prediais. A dimensão e detalhe dessas atividades principais estão descritas nos textos relativos aos serviços SFMO e SRPPC.

Serviço de Fiscalização de Manutenção e Obras (SFMO)

Este Serviço tem como principal atividade a gestão da construção e manutenção de infraestruturas, executadas no âmbito de empreitadas de obras públicas e aquisições de serviços, promovidas pela AC, EM Complementarmente tem também as atribuições de fiscalização de obras de infraestruturas públicas de distribuição e drenagem de águas promovidas por particulares.

Nesse âmbito, desenvolveram-se intervenções relevantes, nomeadamente:

- ✓ Conclusão de obras iniciadas antes de 2016:
 - Remodelação da Rede de Abastecimento de Água no Sistema de Ceira;
 - Saneamento básico da freguesia de Almalaguês – 5.ª fase e remodelação da rede de água no sistema de Vale de Cântaros;

- Saneamento básico da freguesia de Almalaguês – 4ª fase – Rio de Galinhas e Monforte;
 - Reparação de deficiências da obra de saneamento básico de Andorinha;
 - Trabalhos de conclusão das redes de drenagem de águas pluviais em ruas da freguesia de Eiras, Santa Cruz e Torre de Vilela;
 - Reparações pontuais no sistema de drenagem de águas residuais do concelho de Coimbra - Fase 1;
 - Reposição de pavimentos betuminosos a quente - Fase 2;
 - Execução de Pequenos Prolongamentos de Rede e Ramais domiciliários - Fase 8;
 - Reforço da setorização do sistema de abastecimento de água – Construção de 19 novos pontos de medição.
- ✓ Conclusão de obras iniciadas em 2016:
 - Perfuração horizontal por cravamento na Mesura-Vale do Rosal;
 - Drenagem pluvial na rua 1º de Maio - Fala - S. Martinho do Bispo.
- ✓ Continuaram-se a executar as seguintes obras, já consignadas anteriormente a 2016 e que ainda se encontram em curso:
 - Drenagem de águas pluviais na rua dos Alcorredores - Fornos 2ª fase;
 - Trabalhos diversos de manutenção de redes - Fase 3.
 - Reabilitação pontual de condutas em diversos locais de Coimbra e da conduta de abastecimento ao HUC;
- ✓ Foram consignadas em 2016 as seguintes obras, cuja execução continua em 2017:
 - Reposição de pavimentos betuminosos a quente - Fase 3;
 - Execução de Pequenos Prolongamentos de Rede e Ramais domiciliários - Fase 9;
 - Coletor pluvial na Mesura - Vale do Rosal;
 - Reparações pontuais no sistema de drenagem de águas residuais do concelho de Coimbra - Fase 2;
 - Rede de drenagem de águas residuais em Casal do Lobo, Cova do Ouro, Dianteiro, Carapinheira e Serra da Rocha, e remodelação da rede de abastecimento de água em Casal do Lobo;
 - Reforço da setorização do sistema de abastecimento de água – Construção de 24 novos pontos de medição e modificações na rede de distribuição.

No total, decorreram, considerando as diversas fases e o desenvolvimento plurianual de alguns projetos, 20 empreitadas, destacando-se que todas as obras concluídas em 2016 não tiveram quaisquer trabalhos a mais, não ultrapassando os valores das adjudicações iniciais. Foram lançados concursos e realizada a inerente gestão e tratamento processual para a realização de 16 empreitadas e duas aquisições de serviços:

- ✓ Aquisições de terrenos, expropriações e servidões em várias zonas do concelho de Coimbra, para instalação de sistemas de Saneamento Básico - Fase 3;
- ✓ Aquisição de serviços de higienização de reservatórios e tanques - 2016;
- ✓ Execução de pequenos prolongamentos de rede e ramais domiciliários - Fase 9;
- ✓ Perfuração horizontal por cravamento na Mesura-Vale do Rosal;
- ✓ Drenagem pluvial na rua 1º de Maio - Fala - S. Martinho do Bispo;
- ✓ Execução de pequenos prolongamentos de rede e ramais domiciliários - Fase 10;
- ✓ Rede de drenagem de águas pluviais na rua do Pinhal - Bairro da Liberdade – Eiras;
- ✓ Reposição de pavimentos betuminosos a quente - Fase 4;
- ✓ Pavimentações de vias intervencionadas com instalação de redes de abastecimento e drenagem de águas;
- ✓ Reposição de coletores e terrenos em S. Romão;
- ✓ Melhoria da drenagem pluvial do rio Resmungão, junto às ruas do Mergulhão e da Fonte - Souselas;
- ✓ Drenagem pluvial na rua e travessa das Almoinhas – Souselas;
- ✓ Rede de drenagem de águas residuais em Casal do Lobo, Cova do Ouro, Dianteiro, Carapineira e Serra da Rocha, e remodelação da rede de abastecimento de água em Casal do Lobo;
- ✓ Reforço da setorização do sistema de abastecimento de água – Construção de 24 novos pontos de medição e modificações na rede de distribuição.
- ✓ Reabilitação dos reservatórios e estações elevatórias de água de Alcarraques, Quinta da Zombaria e Trouxemil;
- ✓ Alteração da rede de drenagem de águas pluviais na rua Manuel Madeira – Loreto;
- ✓ Execução de 4 descarregadores na rede/ETAR da Ribeira de Frades;
- ✓ Redes de drenagem de águas residuais e remodelação da rede de abastecimento de água nas Lagoas (2.ª Fase), Tapada e Eira Velha.

Foram geridas e acompanhadas três aquisições de serviços:

- ✓ Aquisições de terrenos, expropriações e servidões em várias zonas do concelho de Coimbra, para instalação de sistemas de Saneamento Básico - Fase 3;
- ✓ Aquisição de serviços de higienização de reservatórios e tanques - 2016;
- ✓ Desmatção e limpeza de espaços verdes em infraestruturas de abastecimento e drenagem de águas no concelho de Coimbra - 2015 e 2016.

Foram ainda acompanhadas 20 empreitadas promovidas por outras entidades, que envolveram execução ou remodelação de infraestruturas geridas pela AC, EM.

Foram igualmente executados diversos trabalhos relacionados com vistorias e acompanhamento de correções / reparações, em diversas empreitadas em fase de receção definitiva ou de libertação parcial de garantias.

Serviço de Redes Prediais, Projetos e Cadastro (SRPPC)

Setor de Licenciamento e Vistorias Prediais (SeLVP)

Este setor agrega todas as competências relacionadas com as redes prediais, tais como: gestão das descargas de águas residuais industriais, gestão das infrações nas redes prediais, parecer a loteamentos, gestão de projetos prediais (pareceres e vistorias), e gestão de ramais. O SeLVP tem também as competências da gestão de todo o processo de pré-contratação. Relativamente aos processos de redes prediais e loteamentos foram realizadas as seguintes atividades:

- ✓ 360 pareceres sobre projetos prediais entrados via AC, EM
- ✓ 96 pareceres sobre projetos prediais entrados via CMC
- ✓ 145 pedidos de projetos simplificados
- ✓ 145 comunicações de início de obra
- ✓ 143 comunicações de fim de obra
- ✓ 284 vistorias de final de obra aprovadas
- ✓ 429 novas instalações aprovadas para colocação de contadores
- ✓ 9 pareceres sobre projetos de infraestruturas de loteamentos e 1 informação prévia
- ✓ 28 obras fiscalizadas de execução de infraestruturas, com o apoio do SFMO
- ✓ Acompanhamento de 17 receções definitivas, das quais 10 estavam em condições de receções definitivas, de obras de infraestrutura, com o apoio do SFMO

No âmbito da emissão de pareceres, 91% dos projetos prediais entregues na AC, EM devidamente instruídos, foram emitidos no prazo máximo de 21 dias úteis. 95% de pareceres para os projetos prediais entregues na CMC, devidamente instruídos, foram emitidos no prazo máximo de 18 dias úteis. O tempo médio desde a receção das informações prévias, dos projetos de arquitetura e dos projetos de infraestruturas dos loteamentos, devidamente instruídos, até à emissão de parecer, foi de 10 dias úteis.

O trabalho de gestão da execução de ramais solicitados pelos particulares resume-se no seguinte quadro:

RAMAIS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DRENAGEM DOMÉSTICA	DRENAGEM PLUVIAL
Executados empreitada	63	55	33
Executados adm. direta	76	68	18
Anulados/arquivados	14	31	11

As várias outras atividades do SELVP resumem-se no seguinte quadro:

Realizado o acompanhamento e resolução de 123 pedidos dos clientes de interrupção de água, para reparação das redes prediais ou alteração da localização dos contadores
Analisados e informados 380 processos de roturas na rede predial de abastecimento de água
Verificadas 173 anomalias em redes prediais de distribuição na sequência de ordens de trabalho
Fiscalizadas 189 situações de ligações fraudulentas, comunicadas ao SeLVP
Verificados 8800 contratos de abastecimento de água de onde resultaram 124 anulações de tarifa variável do serviço de saneamento
Analisadas 29 reclamações de aplicação de tarifa variável do serviço de saneamento
Efetuada 92 notificações prediais
Verificadas 33 situações de reclamação
Verificados 141 processos de notificação
Assinados 16 contratos novos de Autorizações de Descarga de Água Residuais Industriais (ADARI), encontrando-se 84 autorizações de descargas de águas residuais industriais válidas

Setor de Estudos, Projetos e Cadastro (SeEPC)

As principais competências do SeEPC são a elaboração de estudos e projetos de distribuição de água e drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, a elaboração de orçamentos e projetos de prolongamentos de rede associados a processos prediais, o registo e manutenção com fiabilidade e rigor da informação cadastral de todas as infraestruturas de água e drenagem geridas pela AC,EM, o que inclui as instalações dos contadores no âmbito do sistema de gestão comercial, bem como o respetivo apoio a todos os serviços que necessitem de informação cadastral, elementos cartográficos e topográficos. Tem ainda a responsabilidade da execução da inspeção vídeo a infraestruturas de drenagem.

Foram elaborados internamente:

- ✓ 44 projetos (inclui 15 alterações de projetos antigos) cuja estimativa orçamental de obras foi de 6.043.966 €;
- ✓ 6 estudos prévios relativos a abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas e pluviais;
- ✓ 9 orçamentos e respetivos projetos de prolongamentos de rede associados a processos prediais.

A extensão da rede de água no final de 2016 é de 1192 km, dividida por 96 Zonas de Medição e Controlo. O número de ramais domiciliários de água é de 43 985, e o número de hidrantes é de 7116, totalizando 51101 ramais. O número de instalações localizadas geograficamente é de 92370 (82994 têm contrato ativo). O número de reservatórios geridos pela AC é de 54. As estações elevatórias de água, onde se incluem hidropressores são 36. O número de câmaras de perda de carga é de 21. O número de válvulas redutoras de pressão é de 104.

A extensão da rede de saneamento, no final de 2016, é de 891 km, dividida por 21 redes por ETAR. O número de ramais de saneamento é de 41.994. O número de estações elevatórias de saneamento é de 37. O número de ETAR é 1.

A extensão de rede de coletores de drenagem de águas pluviais é de 243 km, dividida por 25 bacias hidrográficas. O número de ramais pluviais é de 2507.

No âmbito do Sistema de Informação Geográfica (SIG), deu-se continuidade à validação da informação de cadastro. Em 2016, a prioridade do SIG, manteve-se na verificação da rede geométrica da rede de água, para todo o concelho de Coimbra, o que consiste na validação da conetividade entre todos os elementos, bem como do próprio cadastro existente. Este passo está englobado no desenvolvimento da pesquisa de clientes que são afetados sempre que ocorrem roturas na via pública, e na definição das válvulas a manobrar. Importa, ainda, referir que das 96 ZMC atualmente existentes, já estão concluídas e validadas 87 ZMC, numa extensão total de 985 Km. Desta forma, percebe-se que ainda faltam 9 ZMC, correspondendo a uma extensão total de 207 Km.

Juntamente com o trabalho já descrito, o SeEPC desenvolveu ainda as atividades de:

- ✓ Vectorização e organização de projetos de rede de distribuição de água e de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, considerando também o apoio à preparação de elementos para concursos de empreitadas, e criação de desenhos técnicos e plantas temáticas.
- ✓ Levantamentos topográficos, para apoio a projetos, a outros serviços e também para atualização da informação cadastral. É de salientar o levantamento de 36 km de cotas de tampas da rede de drenagem de águas residuais, recorrendo ao equipamento de GPS e da Estação Total.
- ✓ Atualização constante do ficheiro de localização de processos particulares e loteamentos.
- ✓ Atualização constante das instalações, a nível geográfico, para apoio a todos os serviços da AC, EM, sendo que 20 só foi possível através da ida ao terreno, com o apoio do SeMC. Foram criadas 365 instalações referentes a boletins de fiscalização, processos e instalações não migradas, 442 códigos postais, localizaram-se 460

processos (inclui processos novos, existentes e loteamento) e atualizaram-se cerca de 1132 instalações.

No que respeita ao equipamento de inspeção vídeo, no ano de 2016 executaram-se maioritariamente serviços de inspeção em redes novas, com 29 948 m de rede nova inspecionada e 12 441 m de rede antiga inspecionada. A inspeção de redes novas teve um aumento de cerca de 79%, enquanto a inspeção a redes antigas cresceu cerca de 121%, comparativamente com o ano anterior. No total de redes inspecionadas houve um crescimento de cerca de 90%, face ao ano transato. Foram ainda realizados 14 serviços externos. Em 2016 iniciou-se a classificação de coletores quanto ao seu estado de conservação estrutural (incluindo para os coletores inspecionados em anos anteriores), estando nesta fase classificados cerca de 13,80% da rede total de saneamento e 10,70% da rede total pluvial, permitindo assim o início de um trabalho planeado de reabilitação de redes de drenagem.



DIREÇÃO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (DOMI)

As atividades desenvolvidas nesta direção estabelecem-se segundo dois vetores principais: a garantia dos serviços de excelência no abastecimento de água e na coleta e transporte de efluente e a manutenção das infraestruturas existentes.

Na manutenção das infraestruturas da AC, EM, contamos com alguns planos de manutenção que têm sido criados e implementados sucessivamente com o propósito final de minimização dos serviços de manutenção curativa. Assim, em 2016, foi dada continuidade aos planos de:

- ✓ Manutenção, Recuperação e Impermeabilização de Reservatórios;
- ✓ Manutenção Eletromecânica que engloba:
 - Caudalímetros eletromagnéticos;
 - Câmara de Perda de Carga e Válvulas Redutoras de Pressão;
 - Estações Elevatórias de Água e Estações Elevatórias de Águas Residuais;
 - Quadros Analíticos do Controlo de Qualidade;
 - Reservatórios de Ar Comprimido;
- ✓ Inspeção e Limpeza das Estações Elevatórias de Água e de Águas Residuais;
- ✓ Manutenção de Infraestruturas de Saneamento – Limpeza e Desobstrução;
- ✓ Manutenção e Limpezas de Sarjetas e Sumidouros.

Atendendo à extensa rede de infraestruturas de água e de águas residuais, podemos afirmar que a manutenção preventiva não se esgota nos planos apresentados, por isso, dispomos de ferramentas informáticas como a Telegestão e a Telemetria, que determinam uma constante manutenção e atualização para permitirem uma gestão eficiente dos sistemas.

Compete ainda à DOMI a manutenção das redes de drenagem de águas pluviais e a manutenção de algumas linhas de água urbanas.

Salientamos, ainda, em 2016, a aquisição de um sistema informático para gestão de ordens de trabalho e de ativos, que inclui mobilidade, que permitirá uma otimização dos recursos operacionais, a desmaterialização de processos e a melhoria das gestões operacional e de manutenção dos ativos da empresa. Esta ferramenta irá permitir, ainda, a melhoria da informação contabilística de todas as atividades desenvolvidas pelos setores operacionais, e irá melhorar a informação cadastral de todos os ativos e fornecer dados credíveis para valoração patrimonial e avaliação da condição e estado de funcionamento de todas as infraestruturas da AC, EM. Prevemos, para meados de 2017, o final da implementação da ferramenta informática e o início da utilização do sistema por todas as equipas da DOMI.

Em 2016, demos continuidade à renovação do parque automóvel e de equipamentos da Empresa, de que salientamos, devido ao investimento significativo, a aquisição de uma nova viatura de limpeza de fossas e desobstrução de coletores.

Serviço de Operação e Infraestruturas (SOI)

Com o objetivo de prestar um serviço de qualidade aos nossos clientes, em quantidade e continuidade, este serviço dispõe de equipas em laboração contínua de modo a minimizar o impacto das avarias. Realiza, ainda, a manutenção preventiva de limpeza de sarjetas e sumidouros, a limpeza e desobstrução de coletores e a prestação do serviço de limpeza de fossas.

Setor de Água e Saneamento (SeAS)

Este setor executa todas as atividades de manutenção curativa do sistema de abastecimento de água e saneamento, a limpeza de fossas, a limpeza e desobstrução de coletores e manutenção sarjetas. A atividade do setor, entre 2012 e 2016, considerando as tarefas imprevisíveis mais representativas, como mostra o quadro seguinte:

Grupo Tarefas Imprevisíveis		2012	2013	2014	2015	2016	
		Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Variação (%)
Água	Na rede pública *	174	160	113	112	111	-0,9%
	Nos ramais domiciliários **	1744	1619	1526	1238	1450	17,1%
	Total	1918	1779	1639	1350	1561	15,6%
	Nos contadores	825	955	1290	1255	1158	-7,7%
	Nas bocas incêndio/rega	553	457	349	310	396	27,7%
Saneamento	Desobstrução de coletor	262	204	180	214	201	-6,1%
	Desobstrução de ramal	221	197	168	158	171	8,2%
	Desobstrução de rede predial	727	624	596	615	585	-4,9%
	Anomalia em sarjeta	92	115	157	125	157	25,6%
	Anomalia em tampas	100	121	149	92	112	21,7%
	Total	1402	1261	1250	1204	1226	1,8%

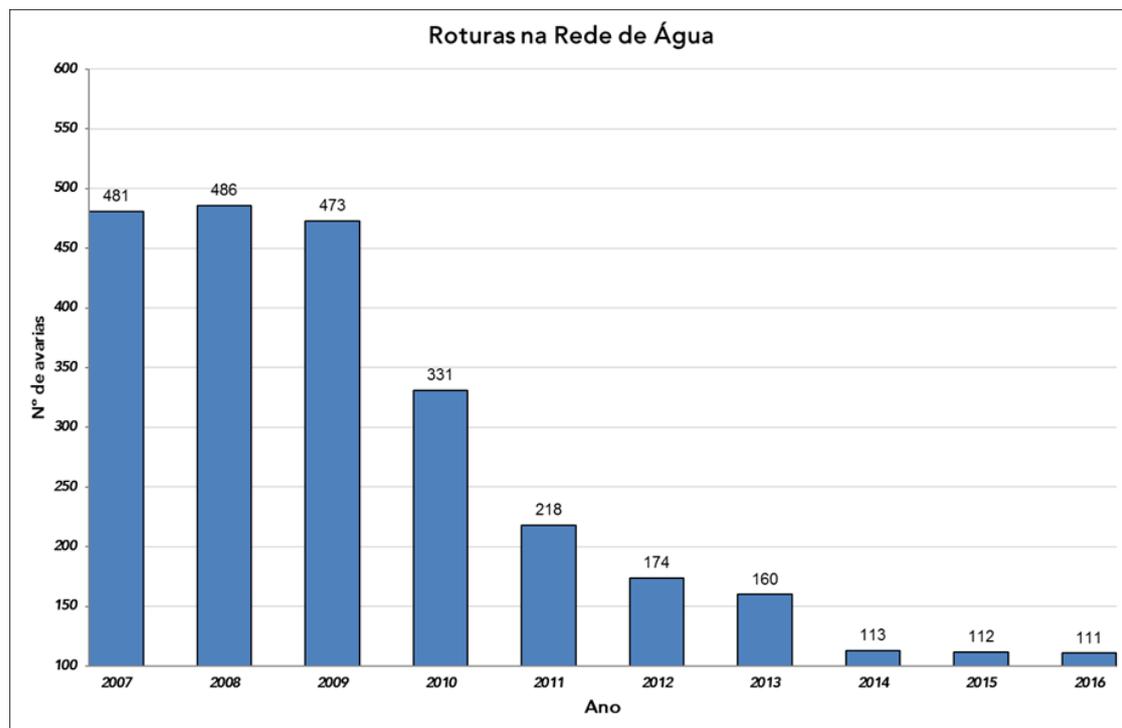
* Sem avarias detetadas no controlo ativo de fugas

** Com avarias detetadas no controlo ativo de fugas

Verificámos, em 2016, a continuidade do número de roturas na via pública que é o resultado da manutenção preventiva e, principalmente, do investimento da Empresa nas remodelações das redes de água nos últimos anos. Relativamente ao acréscimo significativo do número de roturas em ramais resulta do aumento da atividade no controlo ativo de fugas que foi promovido pelo DPES com a criação da segunda equipa.

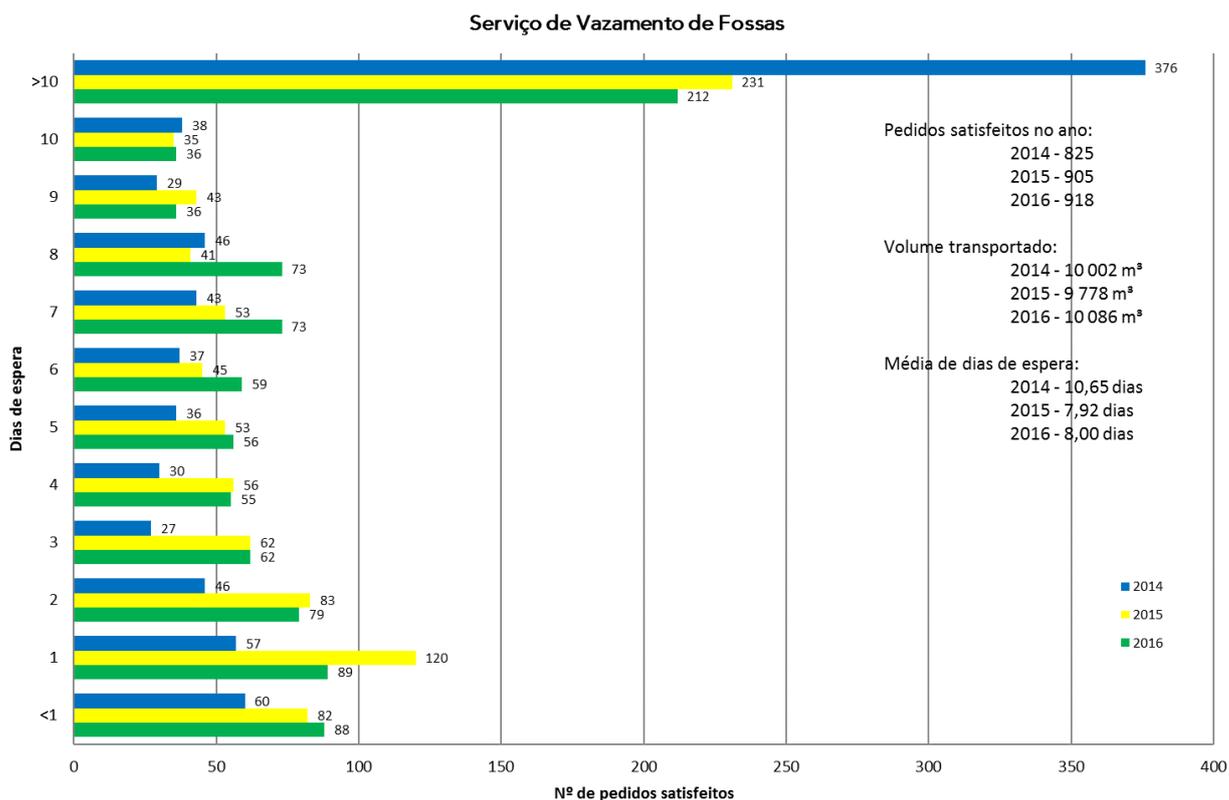
O número de solicitações de intervenção dos piquetes de água e de saneamento aumentou em 2016 onde registámos 5 565 reclamações de água (5 281 em 2015) e 1 933 reclamações de saneamento (1 841 em 2015).

O gráfico seguinte apresenta a evolução temporal do número de roturas em condutas da rede pública de abastecimento de água:



Em 2016, foram realizadas 474 intervenções em coletores, estações elevatórias de águas residuais, bacias de retenção enterradas e desareadores, no âmbito do Plano de Manutenção de Infraestruturas de Saneamento – Limpeza e Desobstrução, e 11 607 intervenções no Plano de Manutenção e Limpezas de Sarjetas e Sumidouros.

O serviço de vazamento de fossas, a pedido dos clientes, registou 889 vazamentos de 918 pedidos, que correspondeu a um volume de 10 886 m³ de efluente transportado e vazado (9778m³ no ano de 2015). O tempo de resposta às solicitações manteve-se nos mesmos valores apesar do aumento significativo do tempo de imobilização da viatura 148, afeta ao serviço (58 dias, em 2016, e 33 dias em 2015).



Serviço de Manutenção de Infraestruturas (SMI)

É competência deste serviço a realização dos trabalhos por administração direta de construção e de manutenção das infraestruturas de água e saneamento através dos seguintes setores:

Sector de Eletromecânica e Telegestão (SeETE)

A operação e manutenção de todos os equipamentos elétricos, mecânicos e *hardware* que estão instalados em 286 infraestruturas de água ou saneamento é assegurada por este setor, seja pelas ações de manutenção corretiva ou pelos planos de manutenção preventiva já apresentados. Assim, em 2016, registaram-se 2624 trabalhos.

O consumo energético nas 35 Estações Elevatórias de Água (EEA) que compõem o sistema, foi de 690,6 MWh de energia elétrica, menos 5,1% do que em 2015 (726 MWh) que é resultado, de um modo geral, de uma menor quantidade de água elevada.

Relativamente às estações elevatórias de águas residuais (EEAR) foi consumido cerca 198,7 MWh, que representa um decréscimo de 0,9% relativamente a 2015 (200 MWh). Este decréscimo encontra justificação na melhoria do rendimento na utilização da energia para elevação de água residual na EEAR da Casa do Sal II, devido à instalação de um novo grupo de bombagem. É ainda de referir que o consumo energético desta infraestrutura representa mais de 25% do total da energia consumida em todas as EEAR.

Assim, os indicadores de desempenho relacionados com bombeamentos (distribuição de água e drenagem de águas residuais) para o ano de 2016, tendo em conta os dados de exploração, são apresentados nos quadros seguintes:

Nome da variável	Código	Valor da variável		
		2014	2015	2016
Capacidade máxima de bombeamento das estações elevatórias (kW)	C7	423	423	419
Consumo de energia para bombeamento (kWh) - dAA26b	D1	714.812	725.764	690.558
Consumo máximo diário de energia para bombeamento (kWh)	D2	3.141	3.017	3.017
Factor de uniformização (m ³ x 100m) - dAA27b	D3	1.468.437	1.429.689	1.341.841
Consumo de energia reactiva (kVar) - dAA29b	D4	4.076	2.081	1.705
Potência nominal de bombeamento instalada na rede de drenagem (kW)	WC10	224	225	224
Energia consumida pelas bombas da rede de drenagem (kWh) - dAR29b		208.071	200.448	198.670
Energia consumida pelas bombas da rede de drenagem (potência nominal x horas de bombagem - kWh)	WD15	232.406	231.626	209.353
Duração do período de referência (dias)	WH1	365	365	365

Indicador de desempenho	Valores de referência			Valores calculados		
	Mín.	Méd.	Máx.	2014	2015	2016
Ph4 - Utilização da capacidade de bombagem (%)	---	---	---	30,91	29,69	30,00
AA15b - Consumo de energia normalizada (kWh/m3/100m)	0,27	0,4	0,54	0,51	0,51	0,51
Ph6 - Consumo de energia reactiva (%)	0	15	38	0,57	0,29	0,25
wPh8 - Potência de bombagem utilizada no sistema de drenagem (%)	0	5.2	26.7	11,86	11,38	10,68
AR11ab - Eficiência energética de instalações elevatórias (kWh/(m3 • 100 m)	0,27	0,45	0,68	1,21	1,14	0,99

O acréscimo do indicador Ph4 é demonstrativo da redução da elevação de água nas estações de águas e o decréscimo do wPh8 traduz a redução do consumo de energia nas Estações Elevatórias de Águas Residuais.

Nos edifícios da Rua da Alegria e do Estaleiro de Eiras registou-se um consumo total de 300 MWh que resulta num decréscimo de 6,7% relativamente a 2015 (321 MWh).

Setor de Manutenção e Obras (SeMO)

As equipas deste setor executam trabalhos por administração direta na manutenção de instalações (edifícios, reservatórios, estações elevatórias e linhas de água), na reposição de pavimentos e na execução de ramais domiciliários de água e de saneamento e prolongamentos de rede. No entanto, o número elevado de infraestruturas e a premência dos trabalhos tem determinado o recurso paulatino ao *outsourcing* em áreas que não fazem parte do *core business* da empresa. Como exemplo, as pavimentações com betuminoso a quente ou a manutenção e corte das áreas verdes das infraestruturas e linhas de água.

Relativamente ao Plano de Inspeção e Limpeza das Estações Elevatórias de Água e de Águas Residuais foram executadas 4 127 intervenções, que corresponde a 91 % do plano.

Em 2016, registaram-se 1 158 ordens de trabalho da equipa de reposição de pavimentos betuminosos a frio que correspondem a 3 956m² de pavimento e representa um acréscimo de 20% relativamente ao registado em 2015 (3 283m²).

Relativamente à reposição de pavimento em calçada registou-se 360m² de pavê, 419m² de calçada portuguesa e 1082m² de vidraço, totalizando 1 861m² em resposta a 587 pedidos. Este valor total representa um decréscimo de 4% comparativamente ao ano anterior (1 946m²).

Na execução de prolongamentos e ramais por administração direta, em 2016 foram executados 158 ramais de água num total de 737 metros de tubagem e, no saneamento, executaram-se 82 ramais de saneamento, que estabelece um comprimento total de 477 metros de tubagem. Assim, o número total de ramais decresceu 5,1% relativamente ao ano anterior.

Estas equipas específicas de ramais e prolongamentos realizaram, em 2016, outros trabalhos, 39 em água e 10 em saneamento, como a substituição ou a instalação de válvulas de seccionamento, sondagens, modificações e tamponamentos de ramais de saneamento, etc.

Setor de Viaturas e Equipamentos (SeVE)

As 59 viaturas ligeiras, 7 viaturas pesadas, 2 retroescavadoras, 3 miniescavadoras e 45 equipamentos industriais constituem o parque de viaturas e equipamentos da empresa que é mantido por este setor. Salienta-se ainda o crescente número de reparações mecânicas efetuadas *insourcing* devido ao apetrechamento de equipamento para a oficina auto.

Em 2016, o total de quilómetros percorridos pelas viaturas foi de 1 038 279km, que representa um decréscimo de 18 880km relativamente ao ano anterior (1.057.159km), e o número de horas de laboração dos equipamentos foi de 6640h, que representa um decréscimo de 282 horas de serviço relativamente ao ano anterior. No entanto, estes valores representaram um acréscimo no consumo de combustível que se justifica do seguinte modo:

- aumento do número de horas e de quilómetros nas viaturas de consumo médio mais elevado como a viatura especial pesada n°42 (Limpeza e desobstrução de coletores);
- troca das viaturas afetas às equipas de reforço de piquete de água por viaturas mais adequadas, tipo pick-up, que representam um consumo superior;
- aumento do número de horas de laboração dos equipamentos de escavação (minigiratórias).

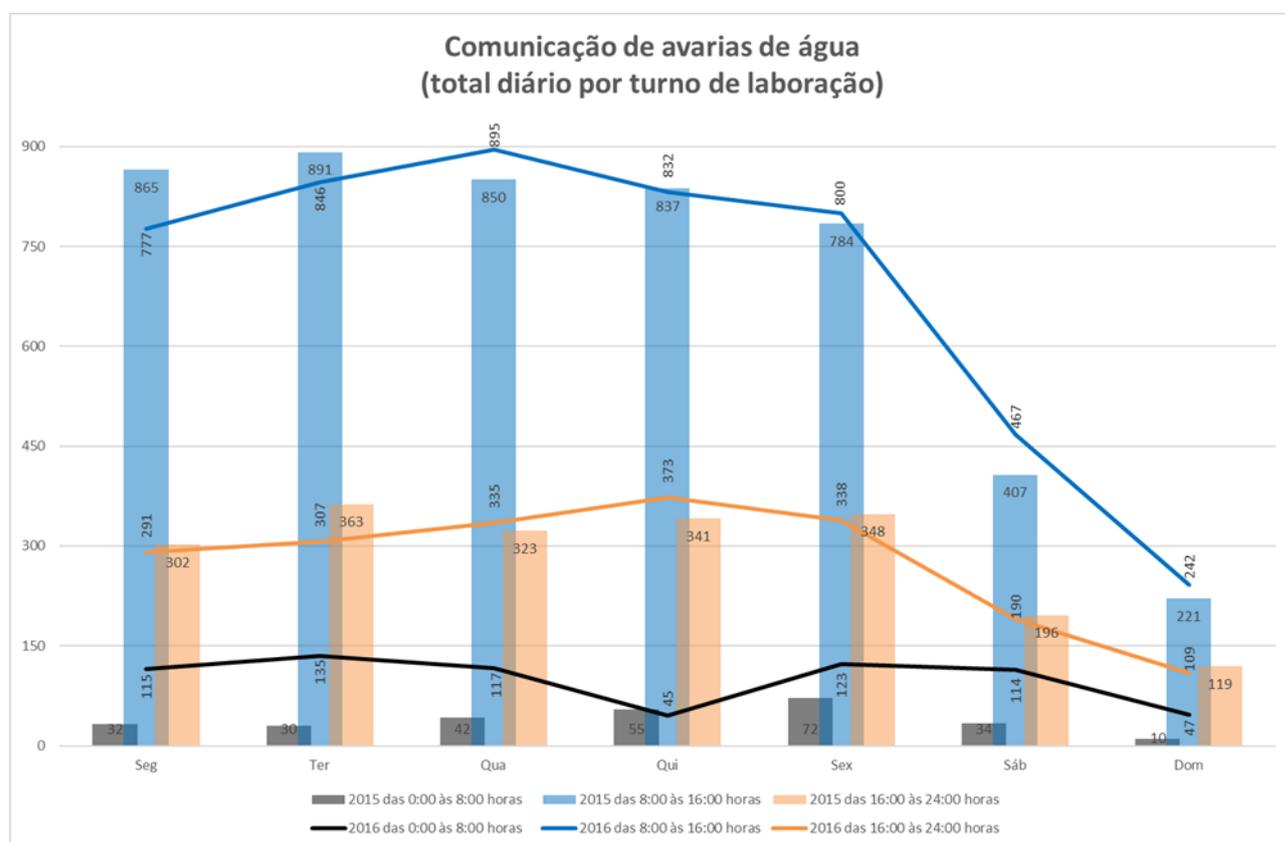
Assim, o consumo de combustível, em 2016, foi de 138.131 litros, que representa um acréscimo relativamente ao ano de 2015, de 1862 litros.

Setor de Ordens de Trabalho e Vigilância (SeOTV)

À semelhança do serviço de piquete de água, este setor pratica um período de trabalho ininterrupto de 24 horas por dia e 7 dias da semana, no serviço de vigilância das instalações da sede empresa, no atendimento telefónico do serviço de avarias e no apoio administrativo a todos os setores operacionais, seja na receção, no encaminhamento, no registo e no arquivo de toda a informação relativa as todas as intervenções operacionais da empresa.

No ano de 2016, registámos 7 498 comunicações de avaria de água e saneamento (7 122 em 2015) e 7 799 trabalhos operacionais de manutenção programada nas infraestruturas de água e saneamento.

Na análise específica aos registos das avarias de água, com o detalhe diário e por turno de laboração, salientamos o acréscimo significativo das avarias nos turnos da madrugada (das 0:00 às 8:00 horas), com exceção da quinta-feira, que traduz o resultado dos trabalhos das equipas do controlo ativo de fugas.





Gabinete de Apoio (GA)

Tarifário

Em 2016, manteve-se o tarifário que vigorou em 2015, tanto no serviço de abastecimento de água (AA) como no serviço de saneamento de águas residuais (AR), ao nível das tarifas fixas e variáveis e serviços auxiliares.

Em conformidade com a Recomendação Tarifária da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), procedeu-se à fixação da tarifa variável para Famílias Numerosas em função do número de elementos do agregado familiar, em substituição da Tarifa Especial Familiar que tinha apenas dois escalões, o 1º escalão de 0 a 5m³ e o 2º escalão superior a 5m³, e fixaram-se os parâmetros para VLE (valor limite de emissão) no efluente industrial (excesso de carga poluente), visando cumprir as disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o princípio do poluidor pagador.

Indicadores de Qualidade dos Serviços

Relativamente à qualidade dos serviços prestados aos utilizadores no âmbito dos referidos serviços de AA e de AR, apresentamos os indicadores apurados nos três últimos anos, que integram a 2ª geração do sistema de avaliação da ERSAR.

Como se pode observar nos respetivos quadros, mantem-se a boa qualidade do serviço de AA em todos os indicadores que evidenciam a boa adequação da interface com o utilizador, nomeadamente, ao nível da acessibilidade do serviço, quer física, quer económica, sendo de registar uma melhoria em relação ao ano de 2015, nos indicadores AA03b (Ocorrência de falhas no abastecimento) e AA04b (Água segura).

No âmbito da sustentabilidade da gestão do serviço, importa sublinhar o bom nível mantido nos três indicadores que revelam a sustentabilidade infraestrutural e a produtividade física dos recursos humanos. Quanto aos indicadores AA06ab (Cobertura de gastos totais) e AA08ab (Água não faturada) que, a par da Adesão ao serviço, contam para a apreciação da sustentabilidade económica, impõe-se esclarecer que o excesso de cobertura dos gastos se deve não a um aumento dos rendimentos e ganhos totais, que até diminuíram em relação a 2015, notar que se manteve o tarifário, mas sim à redução expressiva dos gastos totais resultante do pagamento do fornecimento em “alta” dos volumes de água reais entrados no sistema e não do pagamento dos volumes mínimos.

A não concretização da melhoria esperada para o indicador AA08ab (Água não faturada) ficou a dever-se a algum atraso no desenvolvimento das obras de setorização e na ligação de novos caudalímetros ao sistema de telegestão e ao facto de o sistema de medição nos sete pontos de entrega da Águas do Centro Litoral só ter ficado pronto no final do ano, com a primeira leitura registada a 29/12/2016.

Na esfera do serviço de AR importa salientar a melhoria expressiva dos indicadores AR14ab (Análise de águas residuais realizadas) e AR15ab (Cumprimento dos parâmetros de descarga), resultante da eliminação das fossas sépticas, que muito contribuiu para a melhoria da sustentabilidade ambiental, onde, apesar da ligeira melhoria na eficiência energética, ainda subsiste a necessidade de baixar os consumos de energia e melhorar o controlo das descargas de emergência.

Ao nível da adequação da interface com o utilizador, verificou-se uma melhoria na qualidade do serviço prestado aos utilizadores ao atingir-se de novo 100% no indicador AR04 (Resposta a reclamações e sugestões), mantendo o bom nível de acessibilidade do serviço aos utilizadores, quer em termos físicos, quer em termos económicos.

Na esfera da sustentabilidade da gestão do serviço, destaca-se a manutenção do bom nível nos indicadores AR05ab (Cobertura dos gastos totais), com 100%, e AR09ab (Adequação dos recursos humanos).

2ª GERAÇÃO DE INDICADORES

INDICADORES DE QUALIDADE DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

INDICADOR	AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.E.M.			ERSAR	
	2016 (Não Auditados)	2015 (Auditados)	2014 (Auditados)	VALORES DE REF ^a	
ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR					
Acessibilidade do serviço aos utilizadores					
AA01b	Acessibilidade física do serviço (%)	100	100	100	[90% a 100%] - Boa; [80 a 90[- Mediana; <80 - Insatisfatória
AA02ab	Acessibilidade económica do serviço (%)	0,33	0,33	0,33	[0 a 0,50%] - Boa; [0,50 a 1,00] - Mediana; >1,00 - Insatisfatória
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores					
AA03b	Ocorrências de falhas no abastecimento [nº/(1000 ramais.ano)]	0,0	0,1	0,1	[0,0 a 1,0] -Boa; [1,0 a 2,5] - Mediana; >2,5 - Insatisfatória
AA04ab	Água Segura (%)	99,6	99,5	99,8	[98,50 a 100] - Boa; [94,50 a 98,50[- Mediana; <94,50 - Insatisf.
AA05ab	Resposta a reclamações e sugestões (%)	100,0	100,0	100,0	100 - Boa; [85 a 100] - Mediana; <85 - Insatisfatória
SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO					
Sustentabilidade económica					
AA06ab	Cobertura dos gastos totais (%)	121	106	1,0 *	[100 a 110] Boa; [90 a 100[ou]110 a 120] Med.; [0 a 90[ou >120 Insatisf.
AA07b	Adesão ao serviço (%)	94,2	93,9	93,9	[95,0 a 100,0] - Boa; [90,0 a 95,0[- Med.; <90,0 - Insatisf.
AA08ab	Água não facturada (%)	24,8	24,6	24,5	[0 a 20,0] - Boa; [20,0 a 30,0] - Med.; >30 - Insatisfatória
Sustentabilidade infraestrutural					
AA09ab	Adequação da capacidade de tratamento (%)	NA	NA	NA	[90 a 100] -Boa; [70 a 90[- Mediana; <70 - Insatisfatória
AA10ab	Reabilitação de condutas (%/ano)	2,6	3,0	3,7	[1 a 4,0] - Boa; [0,8 a 1,0[ou]4 a 100] - Mediana; <0,8 - Insatisfatória
AA11ab	Ocorrências de avarias em condutas [nº/(100km . Ano)]	9	9	10	[0 a 30] - Boa; [30 a 60] - Mediana; >60 - Insatisfatória
Produtividade física dos recursos humanos					
AA12b	Adequação dos recursos humanos (nº/1000 ramais)	2,7	2,6	3,3	[2 a 3,5] - Boa; [1,5 a 2[ou]3,5 a 4,3] - Med.; <1,5 ou >4,3 - Insatisfatória
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL					
Eficiência na utilização de recursos ambientais					
AA13b	Perdas reais de água [l/(ramal.dia)]	141	138	152	[0 a 100] - Boa; [100 a 150] - Med.; >150 (litros /ramal /dia) - Insatisf.
AA14ab	Cumprimento do licenciamento de captações (%)	NA	NA	NA	100 - Boa; [90 a 100] - Mediana; <90 - Insatisfatória
AA15ab	Eficiência energética de instalações elevatórias [kwh/(m3.100m)]	0,51	0,51	0,51	[0,27 a 0,40] - Boa; [0,40 a 0,54] - Med.; > 0,54 - Insatisfatória
Eficiência da prevenção da poluição					
AA16ab	Destino das lamas do tratamento (%)	NA	NA	NA	100 - Boa; [95 a 100[- Mediana; <95 - Insatisfatória
NA - não aplicável (não há captações de água e toda a água entrada no sistema é importada à Águas do Mondego					
* Valores de referência [1,0 a 1,1] Boa; [0,9 a 1,0[ou]1,1 a 1,2] Med.; <0,9 ou >1,2 Insatisf.					

2ª GERAÇÃO DE INDICADORES					
INDICADORES DE QUALIDADE - SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS					
INDICADOR		AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.			ERSAR
		2016 (Não Auditados)	2015 (Auditados)	2014 (Auditados)	VALORES DE REFª
ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR					
Acessibilidade do serviço aos utilizadores					
AR01b	Acessibilidade física do serviço (%)	97,4	97,0	96,5	[85 a 100% - Boa; [70 A 85] - Médiana;<70 - Insatisfatória
AR02ab	Acessibilidade económica do serviço (%)	0,24	0,24	0,24	[0 a 0,50] - Boa;]0,50 a 1,00[- Médiana;>1,00 - Insatisfatória
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores					
AR03b	Ocorrências de inundações [n²/(1000 ramais.ano)]	0,60	0,36	0,44	0 a 0,25 - Boa; 0,25 a 1,0 - Médiana;>1,0 - Insatisfatória
AR04ab	Resposta a reclamações e sugestões (%)	100	98,15	100	100 - Boa; 85 a 99,99 - Médiana;<85 - Insatisfatória
SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO					
Sustentabilidade económica					
AR05ab	Cobertura dos gastos totais (%)	100	101	1,0 *	[100 a 110] Boa; [90 a 100[ou]110 a 120] Méd.; [0 a 90[ou >120 Insatisf.
AR06b	Adesão ao serviço (%)	93,4	93,2	93,6	100,0 a 95,0 - Boa; 95,0 a 90,0 - Méd.; <90% - Insatisfatória
Sustentabilidade infraestrutural					
AR07ab	Adequação da capacidade de tratamento (%)	NA	NA	NA	80 a 100 - Boa; 60 a 80 - Médiana; <60 - Insatisfatória
AR08ab	Reabilitação de colectores (%/ano)	0,2	0,2	0,2	1,0 a 4,0 - Boa; 0,8 a 1,0 ou 4,0 a 100,0 - Méd.; 0,0 a 0,8 - Insatisfatória
AR09ab	Ocorrência de colapsos estruturais em colectores [n²/(100 km.ano)]	0,2	0,5	0,7	0,0 - Boa; 0,0 a 2,0 - Méd.; >2,0 - Insatisfatória
Produtividade física dos recursos humanos					
AR10b	Adequação dos recursos humanos [n²/(100km .ano)]	10,4	10,9	10,3	5,0 a 11,0 - Boa; 2,5 a 5,0 ou 11,01 a 14 - Méd.; 0 a 2,5 ou >14 - Insatisfatória
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL					
Eficiência na utilização de recursos ambientais					
AR11ab	Eficiência energética de instalações elevatórias [kwh/(m³.100m)]	0,97	1,13	1,20	0,27 a 0,45 - Boa; 0,45 a 0,68 - Méd.; >0,68 - Insatisfatória
Eficiência da prevenção da poluição					
AR12ab	Destino adequado de águas residuais recolhidas (%)	100	100	100	100 - Boa; 100 a 95 - Méd.; <95 - Insatisfatória
AR13ab	Controlo de descargas de emergência (%)	57	57	57	90 a 100 - Boa; 90 a 80 - Méd.; < 80 - Insatisfatória
AR14ab	Análise de águas residuais realizadas (%)	100	67	67	100 - Boa; 100 a 95 - Méd.; <95 - Insatisfatória
AR15ab	Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	100	33	42	100 - Boa; 100 a 95 - Méd.; <95 - Insatisfatória
AR16ab	Destino das lamas do tratamento (%)	NA	NA	NA	100 - Boa; 100 a 95 - Méd.; <95 - Insatisfatória
NA - não aplicável (o tratamento de águas residuais é realizado pela Águas do Mondego)					
* Valores de referência [1,0 a 1,1] Boa; [0,9 a 1,0[ou]1,1 a 1,2] Méd.; <0,9 ou >1,2 Insatisf.					

Gestão de Ativos e Património

Em 2016, a AC, EM continuou a desenvolver uma nova valência de gestão que, ultimamente, em diferentes simpósios, tem vindo a ser designada por Gestão de Ativos Verticais.

Tal como noutras áreas e vertentes da sua área de negócio, é chegada a altura de abranger numa perspetiva da gestão patrimonial de infraestruturas (GPI), a gestão de ativos verticais, alicerçando-a num sistema de inspeções periódicas, que concerne na avaliação e monitorização da condição e criticidade, de modo a garantir uma exploração eficiente.

Em consonância com a referida GPI propõe-se a avaliação da condição dos Ativos/Instalações, numa perspetiva de longo prazo, com preponderância das componentes desempenho, risco e custo, alicerçado nas competências da informação, engenharia e gestão.

Com esta nova vertente, a AC, EM pretende realizar e manter um inventário dos seus ativos, proporcionar uma gestão e integração da informação relativa a estes ativos, avaliar a condição de laboração de cada instalação. No fundo, implementar a adoção de práticas e visão de longo prazo, realizar o planeamento, a manutenção e a reabilitação dos seus ativos, otimizar a amortização dos seus investimentos, identificar a criticidade e a gestão do risco.

Inventário

A Gestão de Ativos Verticais, enquanto parte da gestão do património dos ativos corpóreos, necessita de se alicerçar num inventário o mais fidedigno possível.

De realçar que, em termos práticos, embora importe determinar o estado de funcionamento da instalação (em atividade, fora de serviço, em remodelação), todas as instalações fazem parte do Património Municipal, pelo que todas constam do inventário.

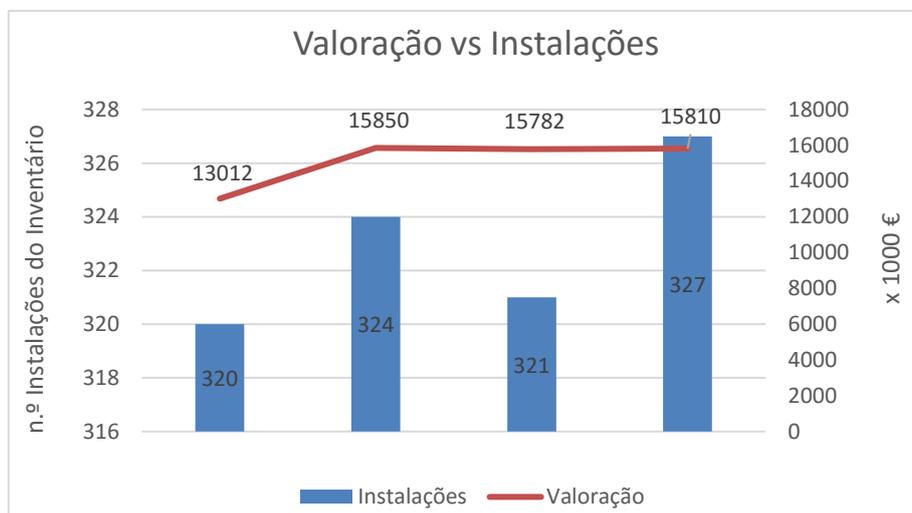
Ao longo de 2016, fruto do levantamento, monitorização e validação das instalações, fomos registando a evolução do inventário da AC, EM, obtendo-se os seguintes resultados:

data	CAP	RSV	EEA	VRP	CPC	EEAR	ETAR	FSC	RET	GAL	EDI	Totais
mar 2016	2	68	29	113	22	41	2	13	19	3	8	320
jun 2016	2	68	30	116	22	41	2	13	19	3	8	324
set 2016	2	68	28	117	22	41	2	13	17	3	8	321
dez 2016	2	68	29	117	23	41	2	17	17	3	8	327

De modo sistemático, continuámos a reunir as principais características dos nossos ativos (inventário), assente numa metodologia de avaliação e monitorização da condição física dos ativos de construção civil e equipamento, ao longo dos seus ciclos de vida.

Valoração Patrimonial

A Valoração Patrimonial é parte integrante do inventário, face à identificação de novas instalações e às obras de reabilitação efetuadas, determinamos um total de 15.810.608,92 €, para a valoração patrimonial da AC, EM correspondente às 327 instalações identificadas.

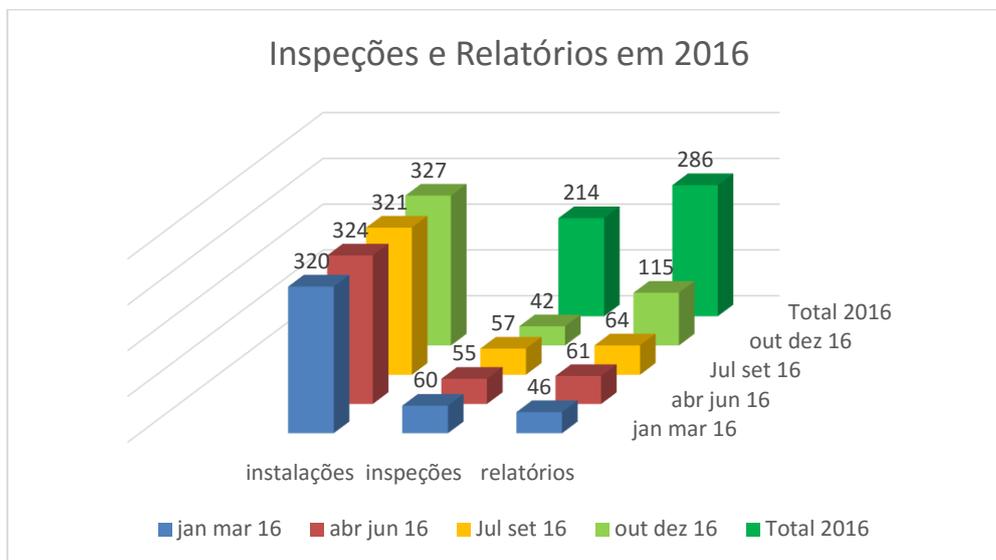


Inspeções

Foi dada especial ênfase à recuperação de Relatórios de Inspeção em atraso, tendo sido possível em 2016 concluir um número significativo de relatórios. A uniformização de procedimentos tem permitido um aumento da execução destes relatórios (e identificação de patologias), seguido do conseqüente envio ao setor responsável para correção.

Efetuámos, ao todo, 214 inspeções durante o ano de 2016, bem como 286 relatórios de inspeção, a que corresponde uma recuperação de 72 relatórios em atraso que provinham de 2015.

A evolução das inspeções, respetivos relatórios e valores globais para 2016, encontra-se patenteada no gráfico seguinte:

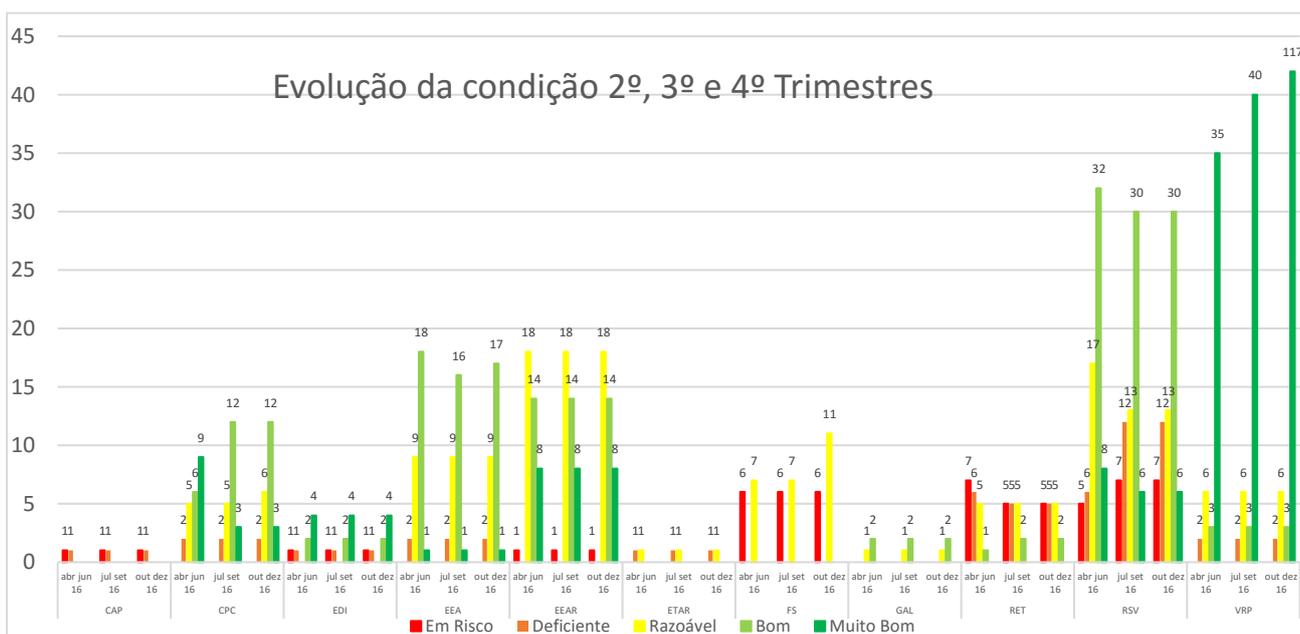


Avaliação da Condição

A consolidação de resultados para a Avaliação da Condição das instalações da AC, EM vai permitir no futuro uma melhor avaliação global do estado de conservação das instalações que compõem os diferentes Serviços.

No final de 2016, com a totalidade das instalações inspecionadas, é agora possível apresentar um gráfico comparativo e representativo da evolução da avaliação da condição.

Como seria de esperar, a uma maior idade das instalações sem investimento na reparação de patologias, corresponde uma pior escala de resultados na avaliação da condição.



Como resultado das inspeções efetuadas estão identificadas, em 2016, através das fichas de ações a desenvolver, custos de reabilitação e intervenção em alguns reservatórios, estando as obras já identificadas avaliadas em 168.164,84 € e vão ser objeto de intervenção em 2017.

Criticidade

A matriz de criticidade no sistema Municipal de Abastecimento de Água (SAS) ficou concluída em 2016.

A referida matriz foi obtida, ponderados os objetivos, as métricas e os indicadores, conforme quadro seguinte, necessários à implementação de uma análise de risco dos Ativos Verticais da AC, EM, nomeadamente:

 ANÁLISE DE RISCO ATIVO GLOBAL						
OBJETIVO	MÉTRICA	INDICADOR	PESO(%)	CRITÉRIO	VALOR	
Probabilidade/Condição	Inspeção	Estado de conservação geral da estrutura	0,7 (0,50*CEL+0,40*CM+0,10*REC)	Muito bom	1	
				Bom	2	
				Razoável	3	
				Deficiente	4	
				Em Risco	5	
	Estanquidade	Perda [(m ³ /dia)/m ²]	0,1	p ≤ 1	1	
				1 < p ≤ 2	2	
				2 < p ≤ 3	3	
				3 < p ≤ 4	4	
			p > 4	5		
Segurança	Vulnerabilidade de acesso (orgãos de manobra/água)	0,2	acesso difícil (CM e vedação/muro)	1		
			acesso limitado (CM e/ou eadeado)	3		
			acesso fácil (inexistente e/ou deficiente)	5		
Consequência/Criticidade	Concepção	Tipo de implantação	0,05	enterrado	1	
				semi-enterrado	2	
		N.º Células		0,15	Apoiado	4
					Elevado	5
	Relevância	Importância Estratégica	0,5	≥ 2	1	
				1	5	
	Capacidade	Capacidade de armazenamento (m ³)	0,15	Pouco importante	1	
				Muito importante	3	
				Imprescindível	5	
				V < 100	1	
		Caudal (m ³ /ano) (1)	0,15	100 ≤ V < 500	2	
				500 ≤ V < 1000	3	
1000 ≤ V < 2000				4		
V ≥ 2000				5		
			C < 120175	1		
			120175 ≤ C < 150219	2		
			150219 ≤ C < 200232	3		
			200232 ≤ C < 300438	4		
			300438 ≤ C < 700000	5		

Notas:

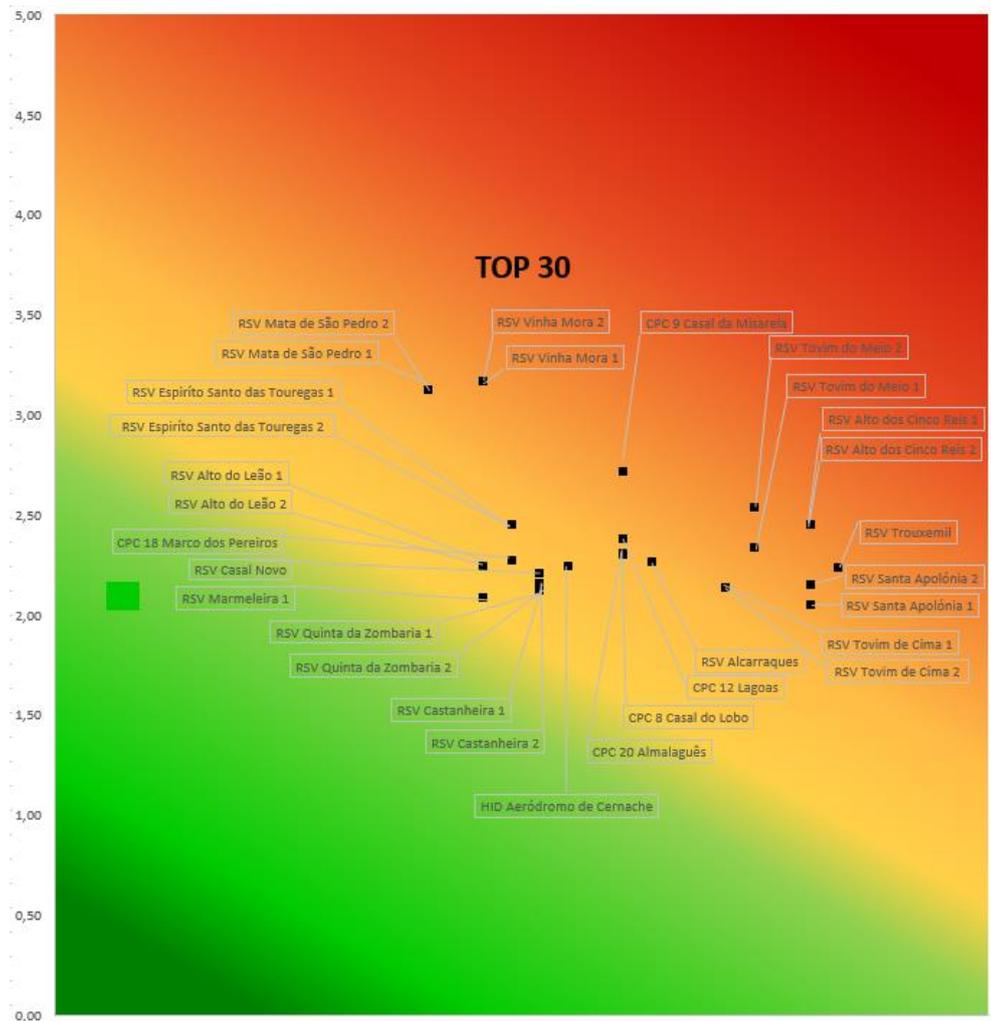
(1) Face à ausência de valores de caudais nas CPC e atendendo à relevância das mesmas, a classificação dos caudais é padronizada à métrica relevância. Ex: Relevância da CPC001=3 então Caudal da CPC001=3

(2) Nos ensaios de estanquidade, os resultados com variação de volume positiva, são considerados inválidos (regra geral é válvulas a carecer de substituição) e o valor da classificação adotado é 1.

De seguida, e de forma resumida, apresentamos os valores obtidos em 2016 na Gestão de Ativos Verticais, que se condensam na matriz de risco determinada para o Sistema Municipal de Abastecimento de Água.

Como sumula da matriz anteriormente referida, apresentamos ainda o TOP 30 2016 destes resultados, que representam as nossas 30 instalações com pior classificação e que, por esse facto, vão ser objeto de reparação das patologias que apresentam, na Empreitada de Reabilitação das Instalações.

Na figura seguinte, apresentamos a matriz TOP 30, com o resumo das nossas 30 piores instalações em termos de risco.



Desta matriz de risco podemos extrair a *risk ranking*, apresentada por grupos de instalações do mesmo tipo (RSV, EEA e CPC), apresentando-se como exemplo as EEA:

		RISK RANKING		30 09 2016
Estações Elevatórias de Água (EEA)				
ATIVO VERTICAL EEA	Criticidade	Condição	RISCO	
HID Vendas de Ceira	3,80	1,63	6,19	
HID Aeródromo de Cernache	2,75	2,24	6,16	
HID Quinta do Limoeiro	2,75	2,00	5,49	
EEA Dianteiro EE	2,60	1,99	5,17	
HID de Rio de Galinhas	2,75	1,70	4,67	
EEA Vale da Luz	3,80	1,23	4,66	
HID Zouparria	2,15	1,80	3,87	
HID Loureiro	2,75	1,39	3,84	
HID São João do Campo	2,00	1,72	3,43	
HID Abelheira	2,80	1,01	2,84	
EEA Monte de Bera	2,75	1,02	2,79	

Plano de Inspeções 2017

Após apresentação, em meados de 2016, da sinopse do Plano de Inspeções de Ativos Verticais, delineámos no final do referido ano o Plano de Inspeções 2017, que mereceu a aprovação do CA.

Trata-se de um plano quinquenal, necessário para diminuir o número de inspeções anual, aproveitando o facto de que não se justifica em instalações com boa classificação, manter a sua avaliação com periodicidade anual. O Plano de Inspeções de Ativos Verticais foi delineado de forma a cumprir com as seguintes premissas:

- ✓ Prever Inspeção para as Instalações pior classificadas;
- ✓ Prever Inspeção para as Instalações com patologias que carecem de monitorização;
- ✓ Prever Inspeção para Instalações acrescentadas ao Inventário;
- ✓ Prever possibilidade de Inspeções Principais nas Instalações em situação de risco;
- ✓ Prever possibilidade de Inspeção nas Instalações sujeitas a trabalhos de reparação.

Intervenções/Reabilitação de Edifícios

Para além dos trabalhos relativos à Gestão de Ativos Verticais, o Gabinete de Apoio tem ainda desenvolvido trabalho na manutenção, adequação e reabilitação dos diferentes Edifícios da AC, EM, incluindo, para além do Edifício Sede, o Edifício do Museu da Água, o Estaleiro e Parque de Estacionamento.

Dentro das diferentes ações de manutenção realizadas, em 2015, destacamos pela sua importância e/ou valor dos investimentos concretizados, as seguintes obras:

- ✓ Edifício da Portaria - edifício novo que inclui o fontanário da nova praça construída na Rua da Alegria;
- ✓ Empreitada de Reparação e Pintura das fachadas do Edifício Sede da AC, EM;
- ✓ Equipamento de Videovigilância AD/15-2016 - equipamento de videovigilância no conjunto do Edifício Sede, no Museu dos Transportes, no Estaleiro e no Parque de Estacionamento;
- ✓ Fonte Cibernética Flutuante - plataforma flutuante em aço inox com 4 m de diâmetro, três grupos electrobomba e iluminação LED.



Gestão Patrimonial de Infraestruturas:

A participação na Iniciativa Nacional de GPI 2015, na qual a AC participou no perfil de aperfeiçoamento, foi concluída em 2016 tendo a AC cumprido todos os objetivos, conforme relatório final remetido pelo consórcio promotor liderado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e que consistiam na revisão do Plano Estratégico de GPI, na monitorização do Plano Estratégico de GPI revisto, no desenvolvimento do Plano Tático, alargando o estudo a mais áreas de análise e monitorizando a implementação das táticas definidas no Plano Tático em vigor.

No final da iniciativa foi elaborado um poster de apresentação do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho.

Continuando com a metodologia já aplicada desde 2013, foi principalmente desenvolvido trabalho relativo ao Plano Tático, com a conclusão de 14 documentos de áreas de análise (2 relativas a sistemas de abastecimento de água (SAA) – Alto dos Barreiros/Cruz Morouços/Cernache e Adémia; 6 sistemas de drenagem de águas residuais (SAR) – Cartaxos/Anagueis, Taveiro, Vila Pouca de Cernache, Vale de Rosas, Pampilhosa e Conraria; e 6

sistemas de drenagem de águas pluviais (SAP) – Eiras, Coselhas, Cernache, Antanhol, Copeira e Bica) selecionadas com base na hierarquização e seleção efetuadas no final de 2012, na fase de macroplaneamento tático.

Prevê-se que até ao final de 2017 se possa englobar no Plano Tático a totalidade das 59 áreas de análise, hierarquizadas em 2012 e de que constam 13 SAA, 21 SAR e 25 SAP. Até ao final de 2016 foram analisados 12 sistemas de abastecimento de água em 13, que corresponde a uma percentagem de 92%, 15 sistemas de águas residuais em 21, que corresponde a uma percentagem de 71%, e 15 sistemas de águas pluviais em 25, que corresponde a uma percentagem de 60%.

Por outro lado, de modo a dar seguimento ao trabalho já desenvolvido e aprovado em termos táticos, para as primeiras áreas de análise, e no seguimento da comunicação das diferentes táticas aos setores, foi realizada a monitorização das referidas táticas, de onde resultaram vários documentos síntese, dando conta do seu estado de execução, em diferentes períodos do ano.

Com a implementação destas táticas aprovadas por área de análise, pretende-se contribuir para a melhoria do funcionamento dos diferentes sistemas geridos pela AC, com a consciência que sendo esta vertente transversal a toda a Empresa, as tarefas necessárias para o seu desenvolvimento nunca estão terminadas, antes constituem um constante desafio e uma constante procura da otimização do desempenho.

Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI)

No ano de 2016, o Plano de Comunicação da AC, EM centrou a sua atenção e recursos em ações de Responsabilidade Ambiental e Social, que tiveram por objetivos:

- Melhorar o indicador relativo à contribuição positiva para a sociedade;
- Aumentar a percentagem de clientes que utilizam a água da torneira para beber;
- Aumentar a percentagem de clientes que utilizam os serviços de Débito Direto e Fatura Eletrónica.

A AC, EM, no âmbito da Comunicação Externa, continuou com a divulgação da sua imagem junto dos municípios, através de meios que deram a conhecer a missão e os valores desta Empresa Municipal.

Destacamos o reforço da ação “gostamos da nossa água”, a realização da campanha “Gota de Solidariedade” e as comemorações, no espaço Museu da Água de Coimbra, do Dia Mundial da Água, do Dia e Noite Internacional dos Museus, do Dia Mundial do Ambiente e do Dia Nacional da Água.

Direcionado especialmente para a educação ambiental de crianças e jovens, o papel educativo do Museu da Água tem sido muito relevante. O Museu da Água de Coimbra registou, em 2016, 15135 visitantes.

Em 2016, o GCI, com o objetivo de fortalecer a coesão da equipa de colaboradores, levou a cabo, mais uma vez, a iniciativa “H₂O - Viver a Empresa”. Esta edição, que incluiu uma visita guiada e terminou com um almoço convívio no Refeitório da AC, permitiu efetuar uma ação de melhoria de condições no Jardim Botânico da Universidade de Coimbra.

No âmbito da Responsabilidade Social e Ambiental da Águas de Coimbra e dando cumprimento ao Dec. Lei 133/2014, Artigo 49.º, foram várias as ações implementadas pelo Gabinete de Comunicação e Imagem, de destacar:

- ✓ As atividades dinamizadas no Museu da Água de Coimbra, concebidas sob o conceito de educação para a sustentabilidade, neste âmbito merece destaque o projeto “Água e Poesia” e a iniciativa “32 dias no Museu da Água de Coimbra”, que envolveu parceiros como: Escola Superior de Enfermagem, Museu Académico, ACAPO, Escola de Hotelaria de Coimbra, PSP, Proteção Civil, Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, Fado ao Centro, Centro de Neurociências e Biologia Celular, entre outros;
- ✓ A colaboração com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra – APPACDM, que tem por objetivo a colaboração na manutenção dos espaços ajardinados da Empresa;
- ✓ A colaboração com a Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Centro, no âmbito da campanha “Gota de Solidariedade”.

Mas as ações de Responsabilidade Social e Ambiental da empresa não se ficam por aqui, sendo a AC uma empresa socialmente responsável, que tem em consideração a comunidade onde se encontra inserida e o ambiente onde se movimenta e opera, é sua política criar condições de apoio que permitam a recuperação e preservação do património associado à Água.

Destacamos, neste âmbito, a produção de uma exposição referente ao Património Industrial Comum ao Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e à Empresa Águas de Coimbra: um investimento importante no contexto sustentável que viabiliza a aproximação do Museu da Água de Coimbra instalado nas antigas captações de água do Parque Dr. Manuel Braga, ao Reservatório do Botânico (o primeiro que existiu na cidade) e promove o desenvolvimento turístico.

Gabinete de Sistemas de Informação (GSI)

Dando continuidade à organização implementada, durante o ano de 2016, as atividades do Gabinete de Sistemas de Informação, concentradas em quatro áreas (aplicações, infraestrutura, comunicações e suporte), focaram-se essencialmente nas áreas aplicacional e de infraestruturas.

Aplicações

Passaram de 15 para 20 as aplicações de apoio direto à execução das normais atividades da Administração, das Direções e dos Gabinetes. Este aumento resulta do assumir da gestão de aplicações pelo Gabinete, como também pela aquisição de novas ferramentas.

Com um investimento de 120.000€, durante o ano de 2016, atualizámos a aplicação de telegestão, a aplicação de gestão financeira e o portal do colaborador, implementámos uma nova ferramenta para controlo da informação proveniente de *dataloggers* e alterámos a aplicação de suporte aos procedimentos de contratação pública. Este investimento reflete a aposta que tem vindo a ser implementada para a uniformização e simplificação de processos, para eliminação de circuitos em suporte físico e para um controlo em tempo real e em sede de diagnóstico, da informação operacional, tática e estratégica.

Dentro do mesmo paradigma, organizámos o próximo ano, dando início aos processos de aquisição para a atualização da aplicação comercial e para a implementação de uma nova aplicação de gestão documental.

Comunicações

Em 2016, mantivemos os quatro pontos de entrega (edifício sede, loja do cidadão, estaleiro de eiras e museu da água) e aumentamos as instalações com gestão remota de 110 para 155. Renovamos o contrato de dados fixos com uma redução de 10% dos custos.

Para 2017, prevemos adicionar um novo ponto de entrega para contemplar a localização da solução de *Disaster Recovery*.

Infraestrutura

Mantivemos a infraestrutura comum, onde se conta com oito servidores físicos, 30 servidores virtuais e doze bastidores de rede, mas, consequência da renovação do parque de computadores pessoais e da aquisição de novas aplicações, aumentámos o número de postos de trabalho para 150.

Fruto da mudança de regras da Microsoft, em 2016, a AC, EM viu o custo do seu licenciamento duplicar. Procedemos à análise de todo o parque informático (servidores, aplicações e postos de trabalho) e, sem prejuízo do normal funcionamento e aumentando o número de postos de trabalho, reduzimos o âmbito do contrato, atingindo uma poupança de cerca de 40% no valor final acordado. Concluimos a renovação tecnológica dos servidores de virtualização, representando um investimento de 19.00,00€ e renovamos o contrato de impressão, aumentando o número de equipamentos e reduzindo a mensalidade fixa em 36% e a variável em 15%.

Preparando 2017, lançamos um concurso para implementação de uma solução de *Disaster Recovery* e *Backups* que irá abranger toda a infraestrutura principal da organização. Para 2017, prevemos ainda que se estude um cenário para a externalização do *Disaster Recovery*, para o qual contamos com parcerias locais.



SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Notas ao balanço, à demonstração dos resultados por naturezas e à demonstração de fluxos de caixa.

BALANÇO

ATIVO

Ativo não corrente

1. Ativos fixos tangíveis

As variações ocorridas ao nível dos ativos fixos tangíveis devem-se ao seguinte:

Aumentos

- Aquisição de novos investimentos.
- Construção de infraestruturas, por empreitada e por administração própria.
- Transferência de infraestruturas pelo Município de Coimbra.

Diminuições

- Depreciações do período, pelo registo dos gastos referentes ao desgaste dos ativos fixos tangíveis.

Movimentos em ativos fixos tangíveis	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação do período	Saldo final
Aquisições de ativos fixos tangíveis novos		601 145,07 €		601 145,07 €	
Construção de infraestruturas por empreitada		1 208 465,34 €		1 208 465,34 €	
Construção de infraestruturas por administração própria		85 415,27 €		85 415,27 €	
Transferências de infraestruturas pelo Município de Coimbra		94 605,00 €		94 605,00 €	
Depreciações de ativos fixos tangíveis			4 322 188,49 €	-4 322 188,49 €	
	61 122 025,41 €	1 989 630,68 €	4 322 188,49 €	-2 332 557,81 €	58 789 467,60 €

2. Ativos intangíveis

O ativo intangível apresenta o valor líquido de 24.914,45€. Os aumentos devem-se à aquisição de ativos intangíveis novos e as diminuições dizem respeito a amortizações, pela sua desvalorização.

Movimentos em ativos intangíveis	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Varição do período	Saldo final
Aquisição de ativos intangíveis novos		74 602,52 €		74 602,52 €	
Amortização de ativos intangíveis			72 236,63 €	-72 236,63 €	
	22 548,56 €	74 602,52 €	72 236,63 €	2 365,89 €	24 914,45 €

3. Ativos por impostos diferidos

As alterações ocorridas ao nível dos ativos por impostos diferidos no período dizem respeito a constituição e reversão de imparidades em dívidas a receber, conforme se pode observar no quadro seguinte:

Saldo inicial	44 546,52 €
Constituição de I.D. imparidades em dívidas a receber	13 020,23 €
Reversão de I.D. imparidades em dívidas a receber	-47 621,17 €
Saldo final	9 945,58 €

Ativo corrente

4. Inventários

O montante de 224.682,70€, observado nos inventários, reflete a valorização dos bens, mercadorias e materiais em 31 de dezembro de 2016. Naquele montante incluem-se os artigos para venda no Museu da Água que totalizam 32.807,07€.

5. Clientes

O saldo de clientes registado é de 3.657.748,35€, conforme se observa no quadro seguinte, por tipo de cliente:

Clientes	Clientes conta corrente	Clientes cobrança duvidosa	Valor bruto clientes	Clientes c/cauções	Perdas por imparidade acumuladas	Saldo líquido clientes
Clientes Gerais	2 204 008,39 €	1 129 948,30 €	3 333 956,69 €	49 417,37 €	1 054 283,41 €	2 230 255,91 €
Câmara Municipal de Coimbra	1 402 988,50 €		1 402 988,50 €			1 402 988,50 €
Juntas de Freguesia	13 374,55 €		13 374,55 €			13 374,55 €
SMTUC	11 129,39 €		11 129,39 €			11 129,39 €
	3 631 500,83 €	1 129 948,30 €	4 761 449,13 €	49 417,37 €	1 054 283,41 €	3 657 748,35 €

6. Estado e outros entes públicos

A favor da AC, EM a rubrica estado e outros entes públicos, apresenta o valor de 20.596,33€ e diz respeito a TRH relativa ao serviço de abastecimento de água.

7. Outras contas a receber

Os saldos desta rubrica dizem respeito ao seguinte:

Consumos de água e tarifas conexas pela CMC referentes a 2016, só faturados em 2017	43 496,12 €
Juros de depósitos bancários do período de 2016, a receber em 2017	1 915,69 €
Devedores diversos*	397 512,88 €
	442 924,69 €

*Inclui a dívida da CMC, pela construção de redes de águas pluviais pela AC, EM, que ascende a 253.082,25€.

8. Diferimentos

O montante de 99.707,67€ inscrito nesta rubrica diz respeito aos gastos a reconhecer em períodos futuros, relativos a seguros, renovação de assinaturas, contratos plurianuais e outras prestações de serviços.

9. Caixa e depósitos bancários

As disponibilidades da AC, EM são constituídas por valores monetários em caixa e depósitos bancários. Em 31 de dezembro apresentam o montante de 14.987.163,10€.

10. Capital próprio

Apresentamos de seguida os movimentos no capital próprio no período.

	Saldo início do período	Aumentos*	Diminuições*	Saldo fim do período
Capital realizado	40 000 000,00 €			40 000 000,00 €
Reservas legais	639 692,11 €	8 002,32 €		647 694,43 €
Outras reservas	3 676 193,79 €	152 044,09 €		3 828 237,88 €
Resultados transitados	317 344,91 €			317 344,91 €
Outras variações no capital próprio	17 343 336,77 €		1 033 421,21 €	16 309 915,56 €
Resultado do período de 2015	160 046,41 €		160 046,41 €	
Resultado do período de 2016		1 384 342,58 €		1 384 342,58 €
	62 136 613,99 €	1 544 388,99 €	1 193 467,62 €	62 487 535,36 €

*Os aumentos nas reservas legais e nas outras reservas dizem respeito à aplicação do resultado do período de 2015. As outras variações no capital próprio refletem os registos de subsídios ao investimento e a sua imputação a rendimentos do período.

PASSIVO

Passivo não corrente

11. Provisões

Esta rubrica apresenta o montante de 766.303,01€ e diz respeito ao valor provisionado para eventual condenação nos processos judiciais em curso em que a Águas de Coimbra é ré.

12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos de longo prazo obtidos pela AC, EM, apresentam o valor de 6.666.666,72€ e dizem respeito à dívida não corrente, do contrato de mútuo com o banco Dexia.

13. Outras contas a pagar

O montante apresentado de 1.498.306,42€ refere-se ao reconhecimento no passivo, pelo recebimento de subsídios para investimentos e pela respetiva imputação a rendimentos do período.

Saldo inicial	1 508 577,32 €
Por subsídios e participações recebidas	200 001,04 €
Por imputação a rendimentos do período	-210 271,94 €
Saldo final	1 498 306,42 €

Passivo corrente

14. Fornecedores:

O montante em dívida a fornecedores correntes ascende a 3.419.065,52€, sendo que o valor de 3.139.195,29€ diz respeito à dívida à Águas do Centro Litoral, S.A., pela faturação emitida por aquela entidade e ainda não vencida a 31 de dezembro.

15. Estado e outros entes públicos:

O saldo desta rubrica é constituído pelos seguintes valores a pagar:

Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas (IRC)	252 070,38 €
Retenção do imposto sobre o rendimento pessoas singulares (IRS)	46 810,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	5 452,24 €
Contribuições para a Seg. Social, CGA e Casa do Pessoal da CMC	115 959,20 €
Tarifa de resíduos sólidos urbanos (RSU)	159 382,00 €
Taxa de recursos hídricos (TRH) serviço de saneamento	94 148,79 €
	673 822,61 €

16. Financiamentos obtidos:

Esta rubrica apresenta o exigível de curto prazo, referente ao contrato de mútuo com o Dexia Sabadell: 666.666,66€

17. Outras contas a pagar:

A composição desta rubrica em 31 de dezembro é a seguinte:

Fornecedores de investimentos	704 972,56 €
Credores por acréscimos de gastos*	737 023,31 €
Depósitos de garantia	355 623,73 €
Outras contas a pagar**	281 164,57 €
	2 078 784,17 €

* Deste montante, 657.920,33€ diz respeito a remunerações e respetivos encargos, referentes a férias e subsídio de férias de 2016 a pagar em 2017.

** Este valor inclui o montante de 270.839,27€ que diz respeito a credores por responsabilidade de cobrança da tarifa de RSU.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

18. Vendas e serviços prestados:

O volume de negócios da AC, EM atinge os 24.887.243,38€, o que corresponde a um aumento de 1,97% relativamente ao período anterior.

19. Subsídios à exploração:

O montante de 7.216,47€, constante desta rubrica diz respeito a verbas recebidas do Instituto do Emprego e Formação Profissional como contrapartida dos estágios profissionais realizados na AC, EM.

20. Trabalhos para a própria entidade:

A AC, EM, construiu, por administração direta, ramais de água, de águas residuais e de águas pluviais, que foram valorizados em 85.415,27€, o que representa um decréscimo de 31%, relativamente ao período de 2015.

21. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é de 6.497.498,83€.

• A água comprada à Águas do Centro Litoral atinge os 6.291.782,48€, o que corresponde a menos 22%, que no período anterior. A variação ocorrida deve-se ao seguinte:

- O preço do m³ em 2016 é de 0,4709€. Em 2015, no 1º semestre foi de 0,4838€ e no 2º semestre de 0,4653€.
- A quantidade adquirida em 2016 situa-se nos 13.361.186m³, diz respeito à quantidade efetivamente medida (12.641.186m³) e à estimativa efetuada para os 7 pontos de entrega por concluir (60.000m³/ mês). Em 2015 registámos 17.061.200m³, que correspondia aos caudais mínimos do contrato de fornecimento subscrito entre

o Município de Coimbra e a sociedade Águas do Mondego, S.A., em 30 de dezembro de 2004.

- O custo com os materiais de conservação e manutenção de redes, requisitados aos armazéns, ascende a 167.256,19€. Em 2015 foi de 186.673,57€.

22. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam a seguinte evolução, quando comparados com o período anterior:

Fornecimentos e Serviços Externos	2016	2015
Recolha e tratamento de efluentes*	5 195 963,66 €	5 145 397,05 €
Outros subcontratos		45 303,65 €
Trabalhos especializados	324 204,36 €	339 868,13 €
Publicidade e propaganda	24 137,23 €	25 274,37 €
Vigilância e segurança	651,97 €	708,00 €
Honorários	486,47 €	5 810,88 €
Comissões**	190 950,18 €	264 974,77 €
Conservação e reparação	455 218,51 €	744 427,82 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8 157,37 €	9 179,22 €
Livros e documentação técnica	772,27 €	1 475,63 €
Material de escritório	3 956,87 €	6 142,63 €
Artigos para oferta		1 500,00 €
Eletricidade	216 052,09 €	204 793,05 €
Combustíveis	147 394,08 €	145 751,93 €
Água	33 140,42 €	42 231,67 €
Outros fluídos	270,39 €	399,10 €
Deslocações e estadias	2 448,95 €	3 342,65 €
Rendas e Alugueres***	22 141,86 €	15 475,30 €
Comunicação	496 778,34 €	493 016,17 €
Seguros	78 328,34 €	78 459,98 €
Contencioso e notariado	4 494,91 €	3 776,00 €
Despesas de representação	437,15 €	739,37 €
Limpeza, higiene e conforto	45 594,46 €	40 313,81 €
Outros fornecimentos e serviços****	149 748,38 €	96 478,92 €
	7 401 328,26 €	7 714 840,10 €

*A variação deste gasto face ao período anterior deve-se ao seguinte:

- Aumento do preço do m3 dos efluentes recolhidos e tratados (0,5195€ em 2015 e 0,5274€ em 2016).
- Acordo entre a AC e a AdCL, quanto à quantidade a faturar pela AdCL em 2016 (821.003m3/mês = 9.852.036m3/ano). Em 2015 contabilizamos 10.129.290m3, correspondente aos caudais mínimos do contrato de recolha subscrito entre o Município de Coimbra e a sociedade Águas do Mondego, S.A., em 30 de dezembro de 2004.

** A variação, para menos, nesta rubrica, deve-se à entrada em vigor, em 2016, dos contratos relativos a pagamentos de faturas de água e tarifas conexas, com os novos “brokers” de cobrança, que vieram diminuir o custo com as comissões de cobrança das faturas emitidas pela AC, EM.

*** A variação, para mais, deve-se, sobretudo, à renda do posto de atendimento e cobrança da AC, EM, na loja do cidadão de Coimbra.

**** O aumento em outros fornecimentos e serviços deve-se, fundamentalmente, à inclusão, nesta rubrica, dos gastos com a contratação de serviço de trabalho temporário que, em 2015, foram registados em outros subcontratos.

23. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução:

Gastos com o pessoal	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	47 563,10 €	80 233,00 €
Remunerações do pessoal	4 447 336,99 €	4 244 431,05 €
Benefícios pós emprego	717,76 €	1 255,07 €
Encargos sobre remunerações	979 623,60 €	927 024,07 €
Seguro de acidente no trabalho e doenças profissionais	61 006,27 €	58 393,36 €
Outros gastos com o pessoal	201 714,20 €	144 118,84 €
	5 737 961,92 €	5 455 455,39 €

24. Imparidade de dívidas a receber (perdas e reversões):

O saldo positivo de 55.081,86€, diz respeito à constituição e reversão de perdas por imparidade relativas a dívidas de clientes de cobrança duvidosa. As perdas ascendem a 82.668,12€ e os ganhos a 137.749,98€.

25. Provisões:

Foram constituídas provisões para processos judiciais movidos contra a AC, EM no montante de 747.276,58€.

26. Outros rendimentos e ganhos:

Em outros rendimentos e ganhos contabilizamos 1.646.585,26€, de onde se destaca a imputação de subsídios para investimentos, que ascende a 1.306.771,58€.

Os juros bancários obtidos atingem os 51.967,00€.

27. Outros gastos e perdas:

Esta rubrica regista o montante de 113.555,57€.

Destacamos:

Impostos	28 063,07 €
Dívidas incobráveis	21 951,78 €
Perdas em inventários	24 133,14 €
Correções relativas a períodos anter	17 659,34 €

28. Gastos/reversões de depreciação e de amortização:

Ao nível das depreciações e amortizações observamos uma diminuição de 3,79% em relação ao período anterior, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	2016	2015
Ativos fixos tangíveis	4 322 188,49 €	4 468 946,68 €
Edifícios e outras construções	137 439,43 €	123 240,76 €
Equipamento básico	3 907 322,15 €	4 193 549,83 €
Equipamento de transporte	94 198,36 €	50 160,10 €
Equipamento administrativo	111 057,93 €	62 121,74 €
Outros ativos fixos tangíveis	72 170,62 €	39 874,25 €
Ativos intangíveis	72 236,63 €	98 385,79 €
Programas de computador (software)	72 236,63 €	98 385,79 €
Gastos de Depreciação e amortização	4 394 425,12 €	4 567 332,47 €

29. Resultado antes de impostos:

O resultado antes de impostos é de 1.789.495,96€.

30. Imposto sobre o rendimento do período:

Em impostos sobre o rendimento, registamos o montante de 405.153,38€, que se divide em:

- Imposto estimado: 370.552,44€
- Imposto diferido: 34.600,94€.

31. Resultado Líquido do período:

O resultado líquido do período é de 1.384.342,58€.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para a demonstração dos resultados por funções, das atividades abastecimento de água (AA), saneamento de águas residuais (AR) e saneamento de águas pluviais (AP), tivemos em consideração os seguintes critérios de repartição, a seguir indicados, para distribuição dos gastos e rendimentos comuns:

- Os gastos comuns, com exceção dos gastos com o pessoal, são imputados na proporção dos gastos diretos de água, águas residuais e águas pluviais, ou seja, 50%, 46% e 4%, respetivamente.

- Os gastos com o pessoal comuns, sobre os quais não foi efetuada imputação direta às três áreas de negócio, foram distribuídos segundo os critérios de cálculo dos Indicadores de Qualidade dos Serviços (IQS 2016), nas percentagens de 44,40% para abastecimento de água, 42,77% para águas residuais e 12,83% para águas pluviais.
- Os rendimentos comuns são imputados na proporção rendimentos diretos gerados por cada atividade, isto é, 57% para abastecimento de água, 42% para águas residuais e 1% para águas pluviais.

32. Vendas e serviços prestados:

O volume de negócios no abastecimento de água atinge o montante de 14.425.867,75€, mais 1,66% que em 2015. Ao nível do saneamento de águas residuais registamos 10.222.012,84€, crescimento de 2,72%. No saneamento de águas pluviais apuramos 239.362,99€, o que representa uma diminuição de 9,36% em relação ao período anterior.

33. Custo das vendas e dos serviços prestados:

No custo das vendas e serviços prestados, assistimos a uma diminuição na atividade de abastecimento de água enquanto que nas atividades de saneamento de águas residuais e pluviais observamos um aumento desse custo. A variação ocorrida, face ao verificado no período anterior, deve-se, essencialmente, à afetação direta dos gastos com o pessoal administrativo às três atividades da Empresa. Em 2015, esses gastos não afetaram diretamente o custo das vendas e dos serviços prestados.

34. Resultado bruto:

O resultado bruto é positivo no abastecimento de água (2.778.669,98€) e negativo no saneamento de águas residuais e pluviais (-440.514,56€ e -780.222,73€, respetivamente).

35. Outros rendimentos:

A rubrica outros rendimentos apresenta os montantes de 728.895,85€ em abastecimento de água, 1.141.535,57€ em saneamento de águas residuais e 6.535,56€ em saneamento de águas pluviais.

36. Resultado operacional:

O resultado operacional é positivo na atividade de abastecimento de água (2.627.708,82€) e negativo nas atividades de saneamento de águas residuais e pluviais (-7.884,85€ e -830.328,01€, respetivamente).

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Atividades operacionais

37. Recebimentos de clientes:

A AC, EM recebeu dos seus clientes o montante de 26.713.328,63€.

Em 2015 recebemos 26.471.920,99€.

38. Pagamentos a fornecedores:

Os pagamentos a fornecedores ascendem a 21.478.578,89€. O valor tão elevado, quando comparado com o período anterior (12.641.309,44€), deve-se ao pagamento, à AdCL, do serviço de recolha e tratamento de efluentes, de todo o período de 2015, após o acordo, em 2016, com aquela entidade, sobre os caudais faturados.

39. Pagamentos ao pessoal:

Registamos o montante de 5.687.411,18€ de pagamentos ao pessoal.

Em 2015 pagou-se 5.451.143,48€.

40. Outros recebimentos:

Observamos nesta rubrica o montante de 3.379.192,32€, com destaque para os recebimentos consignados: 3.025.250,78€.

41. Outros pagamentos:

Os outros pagamentos ascendem a 3.201.775,41€.

Realçamos os pagamentos consignados no montante de 3.105.325,63€.

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Pagamentos respeitantes a:

42. Ativos fixos tangíveis

Registamos, nesta rubrica, o pagamento de 2.034.452,96€.

Em 2015, registámos 3.812.563,98€.

43. Ativos intangíveis

Pagamos, por ativos intangíveis, o montante de 84.501,30€.

Em 2015 pagámos 56.592,32€.

44. Outros ativos

O montante de 618.561,14€ registado nesta rúbrica diz respeito à reposição de parte dos fundos comunitários recebidos do QREN – POVT, no seguimento do encerramento e conclusões da auditoria aos EVEF (Estudos de Viabilidade Económico-Financeira) dos investimentos candidatados, que veio alterar a taxa de défice de financiamento inicialmente aprovada.

Recebimentos provenientes de:

45. Ativos fixos tangíveis:

Registamos o recebimento de 7.739,00€, proveniente do seguinte:

- Alienação de material informático.
- Alienação de 2 viaturas ligeiras de mercadorias, matrículas 79-90-ZS e 49-BB-97.
- Revisão de Preços, a favor da AC, EM relativa à empreitada “Remodelação da Rede de Água e Águas Residuais na Freguesia de Almalaguês/Sistema de Vale Cântaros - 5ª fase”.

46. Subsídios ao investimento:

Apresentamos o valor de 927.331,30€ que diz respeito a:

- Participações na construção de ramais e prolongamentos de rede de água e de saneamento, 148.827,52€;
- Fundos comunitários no âmbito do QREN – POVT, 778.503,78€.

Em 2015 recebemos de subsídios ao investimento 148.632,98€.

Pagamentos respeitantes a:

47. Financiamentos obtidos:

Observamos a amortização de 666.666,66€ referente ao contrato de mútuo com o banco Dexia Sabadell.

48. Caixa e seus equivalentes no fim do período:

O saldo registado em caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2016, é de 14.987.163,10€.

DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL

Declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, dando-se assim cumprimento ao estabelecido n.º artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

ARTIGO 62º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO

Declara-se que a AC, Águas de Coimbra, EM cumpre com o estipulado no artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, no que diz respeito à dissolução das empresas locais, conforme se pode observar nos mapas seguintes:

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 35º do CSC, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;

	2016	2015	2014
Vendas	9 659 269,80 €	9 586 574,28 €	9 417 024,58 €
Prestações de Serviços	15 227 973,58 €	14 819 732,92 €	14 445 568,80 €
	24 887 243,38 €	24 406 307,20 €	23 862 593,38 €
Gastos totais	24 974 714,40 €	27 630 512,85 €	27 068 023,25 €
Cobertura	99,65%	88,33%	88,16%

b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50% das suas receitas;

	2016	2015	2014
Subsídios à exploração E.P.	0,00 €	500 000,00 €	0,00 €
Recebimentos	31 027 808,61 €	30 661 912,25 €	30 111 119,00 €
Peso contributivo	0,00%	1,63%	0,00%

c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;

	2016	2015	2014
Resultado operacional	6 183 921,08 €	4 937 063,67 €	5 185 205,46 €
Amortizações e depreciações	4 394 425,12 €	4 567 332,47 €	5 025 364,56 €
RO - Amort.Deprec.	1 789 495,96 €	369 731,20 €	159 840,90 €

d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

	2016	2015	2014
Resultado líquido	1 384 342,58 €	160 046,41 €	88 152,98 €

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do art.º 22º dos Estatutos da Sociedade, propõe o Conselho de Administração que o Resultado Líquido positivo de 1.384.342,58€ apurado no período de 2016, tenha a seguinte aplicação:

Reservas legais	69 217,13 €
Reservas para investimentos	1 245 908,32 €
Reservas para fins sociais	69 217,13 €

Coimbra, 24 de março de 2017

O Conselho de Administração:

Presidente do Conselho de Administração

Victor Manuel Carvalho dos Santos

Administrador

José Maria Ferreira Nunes

Administrador não executivo

José Manuel Gonçalves

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do nº 3 do artigo 24º - Contabilidade e documentos de prestação de contas, dos estatutos da AC, Águas de Coimbra, EM, juntam-se os mapas para o efeito elaborados:

Anexo 1 Balanço;

Anexo 2 Demonstração dos resultados por naturezas;

Anexo 3 Demonstração dos resultados por funções;

Anexo 4 Demonstração das alterações no capital próprio;

Anexo 5 Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo 6 Anexo às demonstrações financeiras.

ANEXO Nº 1
Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.
BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1	58 789 467,60 €	61 122 025,41 €
Ativos intangíveis	2	24 914,45 €	22 548,56 €
Ativos por impostos diferidos	3	9 945,58 €	44 546,52 €
		58 824 327,63 €	61 189 120,49 €
Ativo corrente			
Inventários	4	224 682,70 €	249 400,52 €
Clientes	5	3 657 748,35 €	3 640 192,60 €
Estado e outros entes públicos	6	20 596,33 €	9 938,35 €
Outras contas a receber	7	442 924,69 €	412 649,72 €
Diferimentos	8	99 707,67 €	47 165,10 €
Caixa e depósitos bancários	9	14 987 163,10 €	17 910 406,10 €
		19 432 822,84 €	22 269 752,39 €
Total do ativo		78 257 150,47 €	83 458 872,88 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		40 000 000,00 €	40 000 000,00 €
Reservas legais	10	647 694,43 €	639 692,11 €
Outras reservas	10	3 828 237,88 €	3 676 193,79 €
Resultados transitados		317 344,91 €	317 344,91 €
Outras variações no capital próprio	10	16 309 915,56 €	17 343 336,77 €
Resultado líquido do período	10	1 384 342,58 €	160 046,41 €
Total do capital próprio		62 487 535,36 €	62 136 613,99 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	11	766 303,01 €	26 895,35 €
Financiamentos obtidos	12	6 666 666,72 €	7 333 333,38 €
Outras dívidas a pagar	13	1 498 306,42 €	1 508 577,32 €
		8 931 276,15 €	8 868 806,05 €
Passivo corrente			
Fornecedores	14	3 419 065,52 €	2 148 612,95 €
Estado e outros entes públicos	15	673 822,61 €	631 859,71 €
Financiamentos obtidos	16	666 666,66 €	666 666,66 €
Outras dívidas a pagar	17	2 078 784,17 €	9 006 313,52 €
		6 838 338,96 €	12 453 452,84 €
Total do passivo		15 769 615,11 €	21 322 258,89 €
Total do capital próprio e do passivo		78 257 150,47 €	83 458 872,88 €

ANEXO Nº 2

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31/12/2016	31/12/2015
Vendas e serviços prestados	18	24 887 243,38 €	24 406 307,20 €
Subsídios à exploração	19	7 216,47 €	519 683,60 €
Trabalhos para a própria entidade	20	85 415,27 €	123 814,67 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	-6 497 498,83 €	-8 321 203,65 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-7 401 328,26 €	-7 714 840,10 €
Gastos com o pessoal	23	-5 737 961,92 €	-5 455 455,39 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	24	55 081,86 €	-73 041,52 €
Provisões (aumentos/reduções)	25	-747 276,58 €	-26 895,35 €
Outros rendimentos	26	1 646 585,26 €	1 730 774,16 €
Outros gastos	27	-113 555,57 €	-252 079,95 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6 183 921,08 €	4 937 063,67 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	-4 394 425,12 €	-4 567 332,47 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 789 495,96 €	369 731,20 €
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			-432,95 €
Resultado antes de impostos	29	1 789 495,96 €	369 298,25 €
Imposto sobre o rendimento do período	30	-405 153,38 €	-209 251,84 €
Resultado líquido do período	31	1 384 342,58 €	160 046,41 €

Anexo N.º 3

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	Notas	2016				2015			
		atividades			total	atividades			total
		abastecimento de água	águas residuais	águas pluviais		abastecimento de água	águas residuais	águas pluviais	
Vendas e serviços prestados	32	14 425 867,75 €	10 222 012,64 €	239 362,99 €	24 887 243,38 €	14 190 478,81 €	9 951 737,85 €	264 090,54 €	24 406 307,20 €
Custo da vendas e dos serviços prestados									
Diretos	33	-10 858 898,99 €	-9 937 292,32 €	-956 521,82 €	-21 752 713,13 €	-12 240 947,09 €	-8 796 856,18 €	-373 859,29 €	-21 411 662,56 €
Indiretos	33	-788 298,78 €	-725 234,88 €	-63 063,90 €	-1 576 597,56 €	-1 366 921,74 €	-1 191 918,65 €	-276 968,45 €	-2 835 808,84 €
Resultado bruto	34	2 778 669,98 €	-440 514,56 €	-780 222,73 €	1 557 932,69 €	582 609,98 €	-37 036,98 €	-386 737,20 €	158 835,80 €
Outros rendimentos	35	728 895,85 €	1 141 535,57 €	6 535,56 €	1 876 966,98 €	2 046 587,79 €	1 541 634,22 €	5 281,89 €	3 593 503,90 €
Gastos de distribuição		-415 058,67 €	-313 114,43 €	0,00 €	-728 173,10 €	-445 488,86 €	-322 595,38 €	0,00 €	-768 084,24 €
Gastos administrativos		-389 409,30 €	-362 522,10 €	-51 743,64 €	-803 675,04 €	-1 111 661,45 €	-996 133,24 €	-254 649,62 €	-2 362 444,31 €
Gastos Investigação e Desenvolvimento									
Outros gastos		-75 389,04 €	-33 269,33 €	-4 897,20 €	-113 555,57 €	-146 809,42 €	-105 270,53 €	0,00 €	-252 079,95 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	36	2 627 708,82 €	-7 884,85 €	-830 328,01 €	1 789 495,96 €	925 238,04 €	80 598,09 €	-636 104,93 €	369 731,20 €
Gastos de financiamento (líquidos)									-432,95 €
Resultados antes de impostos					1 789 495,96 €				369 298,25 €
Impostos sobre o rendimento do período					-405 153,38 €				-209 251,84 €
Resultado líquido do período					1 384 342,58 €				160 046,41 €

Anexo N° 4

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2015

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE												
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período de 2014	1	40 000 000,00 €				635 284,46 €	3 592 448,46 €					18 591 715,58 €	88 152,98 €	62 907 601,48 €
Alterações no período														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						4 407,65 €	83 745,33 €	317 344,91 €				-1 248 378,81 €	-88 152,98 €	-931 033,90 €
	2					4 407,65 €	83 745,33 €	317 344,91 €				-1 248 378,81 €	-88 152,98 €	-931 033,90 €
Resultado Líquido do período	3												160 046,41 €	160 046,41 €
Resultado integral	4=2+3					4 407,65 €	83 745,33 €	317 344,91 €				-1 248 378,81 €	71 893,43 €	-770 987,49 €
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	5													
Posição no fim do período de 2015	6=1+2+3+5	40 000 000,00 €				639 692,11 €	3 676 193,79 €	317 344,91 €				17 343 336,77 €	160 046,41 €	62 136 613,99 €

(continua)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2016

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período de 2015	6	40 000 000,00 €				639 692,11 €	3 676 193,79 €	317 344,91 €			17 343 336,77 €	160 046,41 €	62 136 613,99 €
Alterações no período													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferença de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	10					8 002,32 €	152 044,09 €				-1 033 421,21 €	-160 046,41 €	-1 033 421,21 €
	7					8 002,32 €	152 044,09 €				-1 033 421,21 €	-160 046,41 €	-1 033 421,21 €
Resultado Líquido do período	8											1 384 342,58 €	1 384 342,58 €
Resultado integral	9=7+8					8 002,32 €	152 044,09 €				-1 033 421,21 €	1 224 296,17 €	350 921,37 €
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações	10												
Posição em 31 de dezembro de 2016	6+7+8+10	40 000 000,00 €				647 694,43 €	3 828 237,88 €	317 344,91 €			16 309 915,56 €	1 384 342,58 €	62 487 535,36 €

ANEXO Nº 5
 ENTIDADE: AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.
 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2016	31/12/2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes	37	26 713 328,63 €	26 471 920,99 €
Pagamentos a fornecedores	38	-21 478 578,89 €	-12 641 309,44 €
Pagamentos ao Pessoal	39	-5 687 411,18 €	-5 451 143,48 €
Caixa gerada pelas operações		-452 661,44 €	8 379 468,07 €
Recebimento do imposto sobre o rendimento		217,36 €	97 271,98 €
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-179 104,07 €	-72 598,20 €
Outros recebimentos	40	3 379 192,32 €	3 942 396,17 €
Outros pagamentos	41	-3 201 775,41 €	-3 782 822,55 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-454 131,24 €	8 563 715,47 €
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	42	-2 034 452,96 €	-3 812 563,98 €
Ativos Intangíveis	43	-84 501,30 €	-56 592,32 €
Outros Ativos	44	-618 561,14 €	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	45	7 739,00 €	1 690,13 €
Ativos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento	46	927 331,30 €	148 632,98 €
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1 802 445,10 €	-3 718 833,19 €
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	47	-666 666,66 €	-666 666,66 €
Juros e gastos similares			-525,78 €
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-666 666,66 €	-667 192,44 €
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		-2 923 243,00 €	4 177 689,84 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		17 910 406,10 €	13 732 716,26 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	48	14 987 163,10 €	17 910 406,10 €

ANEXO Nº 5

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DESENVOLVIMENTO DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	31/12/2016	31/12/2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</u>			
RECEBIMENTOS DE CLIENTES			
Venda de água e outras tarifas	37	26 713 328,63 €	26 471 920,99 €
PAGAMENTOS A FORNECEDORES	38	-21 478 578,89 €	-12 641 309,44 €
PAGAMENTOS AO PESSOAL	39		
Remunerações do conselho de administração		-47 330,97 €	-89 056,76 €
Remunerações do pessoal		-3 993 328,98 €	-3 825 307,17 €
Remunerações adicionais		-433 047,52 €	-401 133,34 €
Prestações complementares		-22 515,48 €	-28 835,15 €
Gratificações e prémios de produtividade			
Pensões		-717,76 €	-1 364,14 €
Encargos s/remunerações		-979 541,72 €	-925 949,09 €
Seguros de acidentes de trabalho		-63 480,75 €	-65 041,21 €
Gastos de ação social			
Outros pagamentos ao pessoal		-147 448,00 €	-114 276,62 €
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		-452 661,44 €	8 379 468,07 €
RECEBIMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		217,36 €	97 271,98 €
PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		-179 104,07 €	-72 598,20 €
OUTROS RECEBIMENTOS RELATIVOS À ATIVIDADE OPERACIONAL	40		
Recebimentos de serviços suplementares		42 561,49 €	123 075,32 €
Recebimentos de subsídios à exploração		7 216,47 €	519 683,60 €
Outros recebimentos operacionais		304 157,85 €	286 633,34 €
Recebimentos consignados			
Retenção de imposto sobre o rendimento		560 998,00 €	575 267,00 €
Restantes impostos		5,73 €	
Contribuições para segurança social e CGA		453 870,56 €	429 083,95 €
Tarifa RSU		1844 707,72 €	1824 375,87 €
Outros recebimentos consignados		165 674,50 €	184 277,09 €
OUTROS PAGAMENTOS RELATIVOS À ATIVIDADE OPERACIONAL	41		
Pagamentos de impostos directos		-1 007,10 €	-1 104,79 €
Pagamentos de impostos indirectos		-4 836,43 €	-4 447,09 €
Outros pagamentos operacionais		-90 606,25 €	-111 919,11 €
Pagamentos consignados			
Retenção de imposto sobre o rendimento		-565 844,06 €	-587 002,91 €
Restantes impostos			
Contribuições para segurança social e CGA		-452 686,67 €	-427 778,37 €
Tarifa RSU		-1843 674,57 €	-2 443 469,06 €
Outros pagamentos consignados		-243 120,33 €	-207 101,22 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		-454 812,4 €	8 563 715,47 €

(continua)

ANEXO Nº 5

Entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

DESENVOLVIMENTO DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NOTAS	31/12/2016	31/12/2015
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	42	-2 034 452,96 €	-3 812 563,98 €
ATIVOS INTANGÍVEIS	43	-84 501,30 €	-56 592,32 €
OUTROS ATIVOS	44	-618 561,14 €	
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Ativos fixos tangíveis	45	7 739,00 €	1690,13 €
Ativos intangíveis			
Outros ativos			
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO			
INAG			
Particulares	46	148 827,52 €	145 382,98 €
Outros			3 250,00 €
QREN - Mais Centro			
QREN - POVT	46	778 503,78 €	
QREN - Outros			
Outros subsídios ao investimento			
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES			
DIVIDENDOS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-1802 445,10 €	-3 718 833,19 €
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	NOTAS	31/12/2016	31/12/2015
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS			
REALIZAÇÕES DE CAPITAL E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO			
COBERTURA DE PREJUÍZOS			
DOAÇÕES			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	47	-666 666,66 €	-666 666,66 €
JUROS E GASTOS SIMILARES			-525,78 €
DIVIDENDOS			
REDUÇÕES DE CAPITAL E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-666 666,66 €	-667 192,44 €
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
(4) = (1) + (2) + (3)		-2 923 243,00 €	4 177 689,84 €
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		17 910 406,10 €	13 732 716,26 €
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	48	14 987 163,10 €	17 910 406,10 €

ANEXO Nº 6

Entidade: AC, Águas de Coimbra, EM

ANEXO

1. Identificação da entidade:

Designação da entidade: AC, Águas de Coimbra, E.M.

Sede: Rua da Alegria, nº.111, 3000-018 COIMBRA

Natureza da atividade: Distribuição de água

Designação da empresa-mãe: Câmara Municipal de Coimbra

Sede da empresa-mãe: Praça 8 de Maio, 3000 COIMBRA

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1. - Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A base de mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras é o custo histórico.

4. Fluxos de Caixa:

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	10 465,27 €	10 079,24 €
CGD	2 539 146,98 €	3 577 369,47 €
BPI - 01	104 721,07 €	39 348,68 €
BPI - 04	0,00 €	16 480,99 €
BPI - 05	0,00 €	13 176,51 €
BPI - 06	0,00 €	13 179,65 €
NOVO BANCO	15 991,12 €	16 849,16 €
MG	14 805,00 €	19 857,81 €
SANTANDER TOTTA	5 263 400,54 €	7 163 015,58 €
MILLENIUM	7 038 633,12 €	7 019 298,13 €
DEUTSCHE BANK		21 750,88 €
	14 987 163,10 €	17 910 406,10 €

7. Ativos intangíveis:

7.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) As vidas úteis dos ativos intangíveis são finitas, e foram usadas as taxas máximas anuais de amortização (3 anos vida útil);

b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas;

Foi utilizado o método das quotas constantes, para os ativos intangíveis.

As amortizações do período tiveram por base a quota anual de amortização.

RUBRICAS	VALOR BRUTO INÍCIO DO PERÍODO	AMORT.ACUMULADAS INÍCIO DO PERÍODO	AMORT.ACUM ALIENAÇÕES E ABATES	AUMENTOS	ALIENAÇÕES E ABATES	TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZ. DO PERÍODO	SALDO FINAL DO PERÍODO
ATIVOS INTANGÍVEIS:								
Programas de computador	1503 474,09 €	1480 925,53 €		74 602,52 €			72 236,63 €	24 914,45 €
Total	1503 474,09 €	1480 925,53 €	0,00 €	74 602,52 €		0,00 €	72 236,63 €	24 914,45 €

↓ ↓

1553 162,16 €

8. Ativos fixos tangíveis:

8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo método do custo, sendo que, quando adquiridos ao exterior são valorizados ao custo de aquisição e quando realizados por administração direta, são valorizados ao custo de produção.

b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados são os seguintes:

- i) Quotas constantes, para os bens que transitaram dos extintos SMASC;
- ii) Quotas decrescentes, conforme n.º 2 do art.º 4.º e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, para os bens adquiridos desde 1 de junho de 2003 até 31 de dezembro de 2007;
- iii) Quotas constantes, para os bens adquiridos a partir de janeiro de 2008:

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;

São utilizados os seguintes períodos de vida útil:

i) Período máximo de vida útil

- Bens adquiridos até maio de 2003 e adquiridos a partir de dezembro de 2007 (códigos: 1295, 1305, 1315, 1325, 2005, 2015, 2090, 2430, 2431).

- Viaturas ligeiras 6 anos, viaturas pesadas 8 anos

ii) Período mínimo de vida útil para os restantes bens.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Designação	Valor Contabilístico
Terreno em Vale Maceira - Lamarosa	14 055,00 €
Terreno para Reservatório e E.E.A do Dianteiro	520,00 €
Terreno para Poço de Bombagem - Vilela	2 751,00 €
Terreno em S. Facundo na Geria para E.E.A.R. - Antuzede	3 000,00 €
Terreno para E.E.A.R. em Espertina - Adémia	480,00 €
Terreno em Ribeira do Zorbal E.E.A.R. Cioga do Campo 1- S. João Campo	1378,70 €
Terreno para E.E.A.R. em Espertina 2 - Adémia	480,00 €
Terreno em Carregais - Cegonha para E.E.A.R. de Arzila	1 100,00 €
Terreno em Paúla p/instalação de Câmara perda de carga - Castelo Viegas	492,00 €
Terreno em Gaiteira para ETAR de Vale das Rosas - Lamarosa	480,00 €
Terreno para E.E.A.R. Casal das Hortas - Cruz Morouços	4 000,00 €
Terreno em Anaguéis para E.E.A.R. de Anaguéis - Almalaguês	132,50 €
Terreno para construção EEAR Rua Principal Casal Lobo	1360,00 €
	30 229,20 €

19. Inventários:

Utilizou-se o custo de aquisição nas existências entradas em armazém.

Nas saídas, utilizou-se o custo médio ponderado.

Movimentos	Mercadorias		Materiais Diversos de Conservação	Total Mercadorias e Materiais Diversos
	Água	Museu Água	Armazéns	
Existências iniciais		33 444,70 €	2 15 955,82 €	249 400,52 €
Compras	6 328 587,46 €	2 044,36 €	166 049,73 €	6 496 681,55 €
Regularizações Inventário		822,01 €	2 157,85 €	2 979,86 €
Abates			20 715,88 €	20 715,88 €
Ofertas		204,80 €		204,80 €
Existências finais	0,00 €	32 807,07 €	19 187,63 €	224 682,70 €
Gastos período (CEVMC)	6 328 587,46 €	1655,18 €	167 256,19 €	6 497 498,83 €

21. Rédito

Vendas e prestações de serviços

	Mercado Interno	
	31/12/2016	31/12/2015
Vendas		
Mercadorias	9 659 269,80 €	9 586 574,28 €
Sub Total	9 659 269,80 €	9 586 574,28 €
Prestações de Serviços		
Do setor de água	4 732 105,04 €	4 539 244,53 €
Do setor de saneamento	10 404 996,41 €	10 158 979,07 €
Serviços secundários	90 872,13 €	121 509,32 €
Sub Total	15 227 973,58 €	14 819 732,92 €
Total	24 887 243,38 €	24 406 307,20 €

Outros rendimentos e ganhos

	Períodos	
	31/12/2016	31/12/2015
781- Rendimentos suplementares	21 689,22 €	76 864,81 €
782- Descontos de pronto pagamento obtidos	1 787,92 €	2 982,62 €
783 - Recuperação de dívidas a receber	0,00 €	1 674,41 €
784 - Ganhos em inventários	608,64 €	3 813,59 €
787 - Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	650,40 €	7 290,74 €
788 - Outros	1 533 106,92 €	1 446 574,57 €
791- Juros dividendos e outros rendimentos similares	84 970,45 €	191 573,42 €
798 - Outros	3 771,71 €	
Total	1 646 585,26 €	1 730 774,16 €

22. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

22.1 – Provisões:

Descrição	Início do período	Aumentos	Reversões	Fim do período
Processos judiciais	26 895,35 €	747 276,58 €	7 868,92 €	766 303,01 €

22.2 – Passivos contingentes

Registo dos gastos com o serviço de recolha e tratamento de efluentes.

Relativamente à medição de efluentes, para recolha e tratamento, foi acordado com a Águas do Centro Litoral (AdCL), desenvolver ações conjuntas para a revisão do método de medição dos caudais até à resolução das divergências entre as partes. Neste contexto, acordou-se que a medição do caudal de efluentes urbanos seria estimada em 821.003 m³/mês, valor a ser faturado pela AdCL, até que se encontrem restabelecidas as condições de medição aferidas conjuntamente, após o que seria retomada a faturação pelos caudais reais, com estimativa de caudais com retroação a 1 de janeiro. Por outro lado, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), conhecedora das negociações em curso entre a AC e a AdCL defende uma metodologia de medição e faturação dos caudais entregues pela Águas de Coimbra, e até que as negociações sejam concluídas, a ERSAR considera como a melhor estimativa possível, uma partição do volume recolhido pela AdCL, em proporção da extensão total de coletores/interceptores/emissários associados a cada uma das entidades gestoras, AdC (Águas de Coimbra) e AdCL.

*“Assim, e de acordo com os dados reportados pela AdCL e auditados pela ERSAR, bem como os reportados pela AdCoimbra no âmbito da AQS 2015 temos que: ▪ Comprimento total de coletores da AdCL em Coimbra: 90,61 km; ▪ Comprimento total de coletores da AdCoimbra AdM/AdCL: 873,5 km; concluindo-se que o total de coletores/interceptores/emissários associados a Coimbra é de 964,11 km. Assim, temos que a AdCoimbra tem sob a sua gestão cerca de 90,6% do total de coletores em Coimbra e a AdCL tem os restantes 9,4%. Face ao exposto, na ausência de estudos aprofundados sobre a componente de infiltração em todo o sistema de drenagem de AR de Coimbra, o valor que deve ser considerado para o dado dAR23 é de: $0,906 * \text{Volume recolhido em Coimbra pela AdCL} + \text{Volume ETAR Vale Rosas} + \text{V. F. Almalaguês Nordeste} + \text{Volume F. Almalaguês Sul} = 0,906 * 13.046.026,53 + 977 + 8.050 + 6.562 = 11.835.510,14 \text{ m}^3/\text{ano}$ ”.*

No entanto, esta metodologia não acolhe aceitação por parte de AC, E.M. Embora apontando para um caudal de 11.835.510,14m³ (bastante inferior ao previsto a quando do fecho do 1º semestre de 2016, no qual resultaria um volume de 15.019.475,1m³/ano) é, ainda assim, um volume muito acima do que a Águas de Coimbra entende ser aceitável.

Deste modo, por não se encontrarem estabelecidas as condições de medição aferidas conjuntamente, e não havendo acordo com a AdCL, quanto aos caudais a faturar, entendemos dever divulgar um passivo contingente que variará entre os 146.224,21€ e os 1.046.084,21€, consoante forem considerados os valores correspondentes aos caudais mínimos do contrato de recolha, subscrito entre o Município de Coimbra e a Águas do Mondego SA, em 30 de dezembro de 2004 (5.342.187,55€), ou os volumes calculados pela ERSAR, com base nas AQS 2015 (6.242.048,05€).

23. Subsídios do governo:

23.1 - Subsídios à Exploração (indenização por perda de negócio)

Em 2009, pela revisão do contrato de adesão do Município de Coimbra ao Sistema Multimunicipal Baixo Mondego - Bairrada, ficou acordado entre a Águas do Mondego, S.A. e o Município de Coimbra, a redefinição do plano de pagamentos respeitante à perda de negócio (cláusula 5ª do contrato entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Águas do Mondego, S.A.).

O subsídio atribuído pelo Município de Coimbra, referente à "indenização por perda de negócio" é reconhecido pela Águas de Coimbra, no período do seu recebimento.

Em 2016, o subsídio não foi recebido pela AC, EM.

23.2 - Subsídios ao Investimento

Rubrica	Ano de concessão	Subsídios				Saldo
		Total atribuído	Transferência p/ rendimentos em períodos anteriores	Transferência p/ rendimentos 2016	Out.Var.Cap.Próprio - Tratamento Subsídios Inv.	
Imobilizações em curso INAG - Saneam.Souselas c/5932	2002 2003 - jun a dez	97 184,38 € 124 729,19 €	195 848,78 €	1533,24 €		24 531,55 €
INAG - Req.Amb.Z.Norte c/5932	2008 2009	1979 479,57 € 735 790,27 €	1852 849,32 €	81482,12 €		780 938,40 €
Sub-Total		2 937 183,41 €	2 048 698,10 €	83 015,36 €		805 469,95 €
Imobilizações em curso c/5931	1995 1996 1997 1998	643 112,70 € 1394 459,76 € 4 248 864,00 € 2 508 345,95 €	7 149 159,35 €	411 164,30 €		4 281 274,90 €
2º QCA – FEDER	1999 2000	1497 804,34 € 1549 011,80 €				
Sub-Total		11841598,55 €	7 149 159,35 €	411 164,30 €		4 281 274,90 €
QCA-III – FEDER c/5933	2001 2002 2003 - jan a maio 2003 jun a dez 2004 2005 2006 2007 2008 2009	2 124 047,70 € 3 943 683,01 € 898 657,82 € 1326 802,86 € 3 743 208,79 € 872 610,77 € 314 593,75 € 1001337,60 € 46 320,16 € 36 762,33 €	11534 342,83 €	223 528,20 €		2 550 153,76 €
Sub-Total		14 308 024,79 €	11534 342,83 €	223 528,20 €		2 550 153,76 €
Imobilizações em curso c/5934	2001	582 048,55 €	290 733,02 €	19 382,20 €		271933,33 €
2º QCA- Fundo Coesão						
Sub-Total		582 048,55 €	290 733,02 €	19 382,20 €		271933,33 €
c/5936	1990 1991 1992 1993 1995 1996	463 849,62 € 500 176,05 € 371575,98 € 211836,15 € 1038 477,27 € 68 510,53 €	463 849,62 € 500 176,05 € 371575,98 € 211836,15 € 987 903,61 € 62 070,62 €	47 043,04 € 3 103,52 €		0,00 € 0,00 € 0,00 € 0,00 € 3 530,62 € 3 336,39 €
1º QCA - FEDER						
Sub Total		2 654 425,60 €	2 597 412,03 €	50 146,56 €		6 867,01 €
c/5937 Mais Centro FEDER Supervisão Redes	2011 2016	523 302,20 € 52 838,75 €	376 123,42 €	108 894,65 €	84 973,66 €	6 149,22 €
Sub total		576 140,95 €	376 123,42 €	108 894,65 €	84 973,66 €	6 149,22 €
c/5937 Mais Centro FEDER COIMBRAIPARQUE	2011 2016	554 611,29 € 16 405,76 €	75 103,60 €	21433,04 €	129 088,91 €	345 391,50 €
Sub total		571017,05 €	75 103,60 €	21433,04 €	129 088,91 €	345 391,50 €

(continua)

Rubrica	Ano de concessão	Subsídios				Saldo
		Total atribuído	Transferência p/ rendimentos em períodos anteriores	Transferência p/ rendimentos 2016	Out.Var.Cap.Pró prio - Tratamento Subsídios Inv.	
c/5937 Mais Centro FEDER Lagoas 1ª Fase	2011	218 293,23 €				
	2012	496,63 €	23 374,31 €	8 351,37 €	55 316,44 €	157 657,06 €
	2016	25 909,32 €				
Sub total		244 699,18 €	23 374,31 €	8 351,37 €	55 316,44 €	157 657,06 €
c/5937 Mais Centro FEDER Almalaguês 3ª Fase	2011	722 252,11 €				
	2012	598 236,99 €	126 930,87 €	24 226,48 €	248 299,25 €	611 356,38 €
	2016 *	-309 676,12 €				
Sub total		1 010 812,98 €	126 930,87 €	24 226,48 €	248 299,25 €	611 356,38 €
c/5937 Mais Centro FEDER Obras Complementares	2011	1273 759,27 €				
	2013	54 440,62 €	143 493,05 €	26 054,75 €	261 772,96 €	655 678,71 €
	2016 *	-241 200,42 €				
Sub total		1 086 999,47 €	143 493,05 €	26 054,75 €	261 772,96 €	655 678,71 €
c/5937 Mais Centro FEDER Várias Zonas C.Coimbra 3ª Fase	2011	599 249,05 €				
	2012	90 810,66 €	87 486,64 €	32 280,01 €	160 789,44 €	482 982,37 €
	2016	73 478,75 €				
Sub total		763 538,46 €	87 486,64 €	32 280,01 €	160 789,44 €	482 982,37 €
c/5937 Mais Centro FEDER Várias Zonas C.Coimbra 4ª F	2012	663 916,65 €				
	2016 *	-67 684,60 €	53 097,50 €	14 292,97 €	141 581,96 €	387 259,62 €
Sub total		596 232,05 €	53 097,50 €	14 292,97 €	141 581,96 €	387 259,62 €
c/5930 POVT - Rem.Red.Ab.Água VZCBR 2F	2014	602 673,49 €				
	2016	28 777,20 €	113 001,28 €	19 058,38 €	114 979,07 €	382 838,21 €
Sub total		631 450,69 €	113 001,28 €	20 632,13 €	114 979,07 €	382 838,21 €
c/5930 POVT - Rem.Red.Ab.Água VZCBR 5F Sub.Inf. Parte B	2016	581 094,00 €		33 291,85 €	123 255,49 €	424 546,66 €
Sub total		581 094,00 €	0,00 €	33 291,85 €	123 255,49 €	424 546,66 €
Total Subsídios		38 385 265,73 €	24 618 956,00 €	1076 693,87 €	1320 057,18 €	11369 558,68 €

* Diz respeito a reembolsos de fundos comunitários pela alteração da taxa de défice de financiamento (no âmbito de auditoria aos EVEF) e contabilizado conforme previsto na NCRF 22 - parágrafo 25: Reembolso de subsídios do Governo: "... aplicado em primeiro lugar em contrapartida das componentes onde se encontrem refletidas as importâncias ainda não imputadas como rendimento."

23.3 - Comparticipações (investimento)

Rubrica	Ano de concessão	Comparticipações				Saldo
		Total atribuído	Transferência p/ rendimentos em períodos anteriores	Transferência p/ rendimentos 2016	Out.Var.Cap.Pró prio - Tratamento Compart.	
Imobilizações em curso c/5935 particulares	Anos anteriores	11687 416,52 €	6 441869,52 €	230 077,71 €	178 249,24 €	4 940 356,88 €
	2016	103 136,83 €				
Sub total		11790 553,35 €	6 441869,52 €	230 077,71 €	178 249,24 €	4 940 356,88 €
Total comparticipações		11790 553,35 €	6 441869,52 €	230 077,71 €	178 249,24 €	4 940 356,88 €

23.2 + 23.3 – Subsídios e Comparticipações

Rubrica	Ano de concessão	Total atribuído	Transferência p/ rendimentos em períodos anteriores	Transferência p/ rendimentos 2016	Out.Var.Cap.Pró prio - Tratam. Sub., e Compart.	Saldo
Total de subsídios e comparticipações	Total	50 175 819,08 €	31060 825,52 €	1306 771,58 €	1498 306,42 €	16 309 915,56 €

31. Outras informações

- Em 31 de dezembro de 2016, pendem sobre a AC, E.M., as seguintes ações em tribunal:
 - a) Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, proc.º 482/12.8 BECBR, intentada por João Carlos da Gama Dias Pacheco (impugna a deliberação do C.A. que fez cessar a cedência de serviço por interesse público na AC, Águas de Coimbra, E.M. A ação é de 30.000,00€;
 - b) Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos, proc.º n.º 888/14.9BECBR, que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, cujo autor é MIPAVI - Soc. Imobiliária de Construções e Urbanizações. A ação é de 78.508,23€;
 - c) Ação administrativa comum, proc.º n.º 2847/13.9BELSB, intentada pelo SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos, que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa. A ação é de 30.000.00€;
 - d) Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos, proc.º n.º 329/14.0BECBR, intentada pelo SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos, que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. A ação é de 30.000,00€;
 - e) Ação administrativa comum, que corre, em forma ordinária, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, proc.º n.º 210/13.0BECBR, em que é autor 3D - LAB, Comunicação e Gestão de Imagem, Lda. A ação é de 72.065,53€;
 - f) Ação acidente de trabalho (fase contenciosa), no Tribunal de Trabalho da Comarca de Coimbra – Juiz 1. Proc. n.º 1264/11.0TTTCBR, em que é autor Aires Oliveira Nunes. Pedido de 8.195,91€;

- g) Proc.º n.º 219/04.5BECBR - Ação administrativa comum, que corre, no Tribunal Central Administrativo Norte, tendo como autora Maria Preciosa Pereira Pratas do Vale e como réus o Município de Coimbra, a AC, Águas de Coimbra, E.M., a Estradas de Portugal e a Companhia de Seguros Fidelidade. O valor da ação é de 831.438,25€;

De acordo com informação jurídica, a probabilidade da AC, Águas de Coimbra, EM ser condenada em algum destes processos é muito baixa.

- h) Ação administrativa comum, que corre, em forma ordinária, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, proc.º n.º 988/13.1 BELRA, em que é autor Aquino Construções, S.A. - em liquidação. A ação é de 54.497,95€. A AC, E.M. reclama a importância de 35.471,52€. Existindo probabilidade de condenação, será pelo diferencial entre o valor da ação e o valor reclamado pela AC, E.M., deste modo, constituiu-se provisão em 2015, no montante de 19.026,43€.
- i) Ação de processo comum – créditos salariais, no Tribunal de Trabalho da Comarca de Aveiro – Juiz 1. Proc. N.º 3774/16.3T8AVR, em que é autora Ana Cláudia Cravo Nogueira. Pedido: 43.243,68€.
- Foi constituída provisão para esta ação.
- j) Ação administrativa comum – Liquidação de sentença que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Autora: Lusa Administradora. Proc.º n.º 50/05.0BECBR. Pedido: 47.674,68€.
- Foi constituída provisão para esta ação.
- k) Proc.º n.º 490/16.0BECBR – Procedimento Cautelar – Liberação de Garantia Bancária, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Autora: Marsilop, S.A. Pedido: 498.957,58€.
- Houve decisão, já em 2017, favorável à AC, E.M.
- l) Ação Administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc.º n.º 616/16.3BECBR. Autora: Marsilop, S.A. Pedido: 654.032,90€.
- Foi constituída provisão para esta ação.

A AC, EM tem à sua responsabilidade as seguintes garantias bancárias prestadas à Infraestruturas de Portugal, S.A.

Finalidade	Referência	Endidade	Valor
Garantia das condições de lic.p/const./instalação coletor IC2 Km 180+900	8308266	BPI	1 000,00 €
Garantia das condições de lic.p/ocup.s.solo p/R.San.Alm.3°F EN 110 Km 25 a 28	125-02-1642359	Millennium	90 000,00 €
Garantia das cond.de lic.p/ocup.s.solo z.estrada c/cond.IC2 Km 185+655 e outros	00371628	Nbanco	5 000,00 €
Garant.das cond.de lic.p/ocup.s.solo z.est.c/cond.EN 110-2 Km 20+860 a 21+110/E	00373670	Nbanco	7 500,00 €
Garant.das condições de lic.p/ocup.s.solo z.est.na IC2 PK 186+500	033-43.010233-6	MG	1 000,00 €
Garant.das condições de lic.p/ocup.s.solo z.est.na EN 110 Km 24+300	033-43.010235-1	MG	1 800,00 €
Garant.das condições de lic.p/ocup.s.solo z.est.no IC2 Km 179+850	00383097	Nbanco	1 000,00 €
Garant.das condições de lic.p/ocup.s.solo z.est.na EN 110 Km 24+750	00383729	Nbanco	1 000,00 €
Garant.das condições de lic.p/ocup.s.solo z.est.na EN 111 Km 28+150	00385367	Nbanco	1 000,00 €
Garant.das condições de lic.p/ocup.s.solo z.est.na IC2 Km 197+400/A	00385454	Nbanco	3 450,00 €
Garant.das condições de lic.p/ocup.s.solo z.est.na EN 110-2 Km 20+450 Ld.direito	00392396	Nbanco	1 000,00 €
Garant.das condições de lic.p/ocup.s.solo z.est.na EN 111 Km 38+000 a 36+300	9015.007983.293	CGD	27 240,00 €
Garant.das condições de lic.p/ocup.s.solo z.est.na EN 111 antigo troço - Cidreira	00394554	Nbanco	1 000,00 €
Garant.das condições de lic.p/San.básico Almalaguês 5F na EN 110-2 Km 19+600	00395197	Nbanco	1 000,00 €
Garant.das condições de lic.p/Ramal dom.Água na EN 234-1 Km 14+400/E	00396797	Nbanco	1 000,00 €
Garant.das condições de lic.p/Ocup.S.Solo Z.Estrada na EN 110-2 Km 17+600	00397454	Nbanco	1 000,00 €
Garant.das condições de lic.p/Exec.2 ram.domic. na EN 111 Km 30+400/E	00400779	Santander	1 000,00 €
Garant.das condições de lic.p/Ocup.S.Solo Z.Estrada na EN 17 ao Km 9+950 lado direito	00400145	Nbanco	1 000,00 €
Garant.das condições de lic.p/Ocup.S.Solo Z.Estrada na EN 110-2 Km 19+600	00397454	Nbanco	1 000,00 €
			147 990,00 €

RELATO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO PERÍODO

Da execução orçamental no período, destacamos o seguinte:

Ao nível dos rendimentos e gastos

- As vendas e os serviços prestados, no seu conjunto, apresentam níveis de execução em linha com o orçamentado.
- Os ramais de água, de saneamento e pluviais, construídos por administração própria, apresentam 85,42% de execução.
- Os outros rendimentos e ganhos, onde destacamos a imputação de subsídios para investimentos, superam o previsto em orçamento. Os juros, dividendos e outros rendimentos similares ficam-se pelos 43% execução.
- O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal apresentam percentagens de execução dentro do orçamentado (98,20%, 86,60% e 97,17%, respetivamente).
- Os outros gastos e perdas apresentam uma execução de 77,19%.
- Nos gastos/reversões de depreciação e de amortização verifica-se a execução de 98,87%.

Descrição	Real	Orçamento a)
Vendas	9 659 270 €	9 427 680 €
Prestações de serviços	15 227 974 €	15 438 933 €
Trabalhos para a própria entidade	85 415 €	100 000 €
Subsídios à exploração	7 216 €	30 €
Reversões	137 750 €	50 050 €
Outros rendimentos e ganhos	1 646 585 €	1 456 583 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6 497 499 €	6 616 700 €
Fornecimentos e serviços externos	7 401 328 €	8 546 420 €
Gastos com o pessoal	5 737 962 €	5 905 020 €
Gastos de depreciação e de amortização	4 394 425 €	4 444 474 €
Perdas por imparidade	82 668 €	500 500 €
Outros gastos e perdas	113 556 €	147 110 €
Gastos e perdas de financiamento		700 €

a) Após alterações orçamentais do período

Ao nível dos fluxos de caixa:

- Os recebimentos de clientes ultrapassam ligeiramente o valor previsto em orçamento (+109.654€).
- Os pagamentos a fornecedores atingem 85,73% do total orçamentado.
- Foi pago ao pessoal 95,92% do total previsto.
- Registamos em pagamentos de ativos fixos tangíveis, 40,38% do total previsto e em pagamentos de ativos intangíveis 77,94%.
- Em pagamentos de outros ativos, relatamos a reposição de fundos comunitários no montante de 618.561,14€ devidamente suportados pela 1ª revisão aos Instrumentos de Gestão Previsional 2016.
- Quanto aos subsídios ao investimento, o nível de execução situa-se nos 53,74%.

Descrição	Real	Orçamento a)
Recebimentos de clientes	26 713 329 €	26 603 675 €
Pagamentos a fornecedores	21 478 579 €	25 054 523 €
Pagamentos ao pessoal	5 687 411 €	5 929 395 €
Imposto sobre o rendimento	178 887 €	185 406 €
Outros recebimentos	3 379 192 €	3 389 440 €
Outros pagamentos	3 201 775 €	3 309 810 €
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	2 034 453 €	5 038 833 €
Pagamentos de ativos intangíveis	84 501 €	108 417 €
Pagamento de outros ativos	618 561 €	620 000 €
Recebimentos provenientes de ativos fixos tangíveis	7 739 €	720 100 €
Subsídios ao investimento	927 331 €	1 725 553 €
Pagamentos de financiamentos obtidos	666 667 €	666 667 €
Juros e gastos similares		700 €

a) Após alterações orçamentais do período

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

EXECUÇÃO DO PLANO, DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Código			Valor realizado			Dotação anual prevista	Gasto total previsto	Nível de execução	
			Anos anteriores	2016	Total			No período em análise (a)	Global (b)
2 1			INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - SETOR DE ÁGUA						
2 1 3			Remodelação de equipamento						
2 1 3 1			146 298,71€	8 643,91€	154 942,62€	23 000,00€	220 000,00€	37,58%	70,43%
2 1 3 2			814 265,66€	153 164,62€	967 430,28€	300 000,00€	1265 000,00€	51,05%	76,48%
2 1 3 3						1200 000,00€	2 100 000,00€		
2 1 4			Reservatórios e estações elevatórias						
2 1 4 3			349 629,24€		349 629,24€	30 000,00€	530 000,00€		65,97%
2 1 4 4			1443 235,48€		1443 235,48€	2 000,00€	1446 000,00€		99,81%
2 1 5			Ampliação e reabilitação da rede existente						
2 1 5 5			1633 791,89€	48 541,07€	1682 332,96€	50 000,00€	1684 300,00€	97,08%	99,88%
2 1 5 11			1614 813,07€	60 642,65€	1675 455,72€	100 000,00€	2 015 000,00€	60,64%	83,15%
2 1 5 13			544 878,03€	121 170,89€	666 048,92€	195 000,00€	1040 000,00€	62,14%	64,04%
2 1 5 16			423 060,89€		423 060,89€	1000,00€	2 845 000,00€		14,87%
2 1 5 17						50 000,00€	350 000,00€		
2 1 5 18						20 000,00€	80 000,00€		
2 1 5 23			1507 086,03€		1507 086,03€	10 000,00€	1518 000,00€		99,28%
2 1 14			Saneamento básico a montante das captações da Boavista						
2 1 14 5			75 873,37€		75 873,37€	100,00€	76 400,00€		99,31%
2 1 14 6			150 306,40€		150 306,40€	100,00€	276 100,00€		54,44%
			Sub-total 2.1 - Ativos fixos tangíveis - setor de água			1981200,00€	15 445 800,00€	19,79%	58,89%

(continua)

**EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Código			Valor realizado			Dotação anual prevista	Gasto total previsto	Nível de execução	
			Anos anteriores	2016	Total			No período em análise (a)	Global (b)
2 3									
2 3 1									
2 3 1 1			1482 211,20 €	311992,64 €	1794 203,84 €	720 000,00 €	2 953 000,00 €	43,33%	60,76%
2 3 1 2			18 633,60 €	64 237,70 €	82 871,30 €	70 000,00 €	209 000,00 €	91,77%	39,65%
2 3 2									
2 3 2 1			9 196,41 €	42 554,47 €	51750,88 €	100 000,00 €	410 000,00 €	42,55%	12,62%
2 3 2 2			754,78 €	1438,71 €	2 193,49 €	5 000,00 €	21000,00 €	28,77%	10,45%
2 3 2 3						5 000,00 €	20 000,00 €		
			1510 795,99 €	420 223,52 €	19310 9,51 €	900 000,00 €	3 613 000,00 €	46,69%	53,45%
2 4									
2 4 1 1			863 175,51 €	117 214,66 €	980 390,17 €	150 000,00 €	1314 000,00 €	78,14%	74,61%
			863 175,51 €	117 214,66 €	980 390,17 €	150 000,00 €	1314 000,00 €	78,14%	74,61%
3									
3 1									
3 1 1 1				1360,00 €	1360,00 €	25 000,00 €	100 000,00 €	5,44%	136%
3 1 1 2				19 633,43 €	19 633,43 €	25 000,00 €	100 000,00 €	78,53%	19,63%
3 1 1 3				331731,47 €	331731,47 €	370 000,00 €	670 000,00 €	89,66%	49,51%
3 1 1 4				4 652,70 €	4 652,70 €	25 000,00 €	100 000,00 €	18,61%	4,65%
3 1 1 6				3 900,66 €	3 900,66 €	125 000,00 €	500 000,00 €	3,12%	0,78%
3 1 1 8				872,58 €	872,58 €	20 000,00 €	80 000,00 €	4,36%	10,9%
3 1 1 9				78 022,33 €	78 022,33 €	100 000,00 €	400 000,00 €	78,02%	19,51%
3 1 1 10				160 971,90 €	160 971,90 €	210 000,00 €	390 000,00 €	76,65%	41,27%
				601 145,07 €	601 145,07 €	900 000,00 €	2 340 000,00 €	66,79%	25,69%

(continua)

**EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Código		Valor realizado			Dotação anual prevista	Gasto total previsto	Nível de execução		
		Anos anteriores	2016	Total			No período em análise (a)	Global (b)	
3 2		ATIVOS INTANGÍVEIS							
3 2 1 1			74 602,52 €	74 602,52 €	150 000,00 €	450 000,00 €	49,74%	16,58%	
3 2 1 2					100,00 €	400,00 €			
			74 602,52 €	74 602,52 €	150 100,00 €	450 400,00 €	49,70%	16,56%	
		Sub-total 3.2 - Ativos intangíveis							
		SÍNTESE DO PLANO							
2		INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS							
2 1		8 703 238,77 €	392 163,14 €	9 095 401,91 €	1981200,00 €	15 445 800,00 €	19,79%	58,89%	
2 2		8 021404,30 €	278 864,02 €	8 300 268,32 €	1555 400,00 €	17 299 200,00 €	17,93%	47,98%	
2 3		1510 795,99 €	420 223,52 €	19310 19,51 €	900 000,00 €	3 613 000,00 €	46,69%	53,45%	
2 4		863 175,51 €	117 214,66 €	980 390,17 €	150 000,00 €	1314 000,00 €	78,14%	74,61%	
3		INVESTIMENTOS EM ATIVOS DIVERSOS							
3 1			601145,07 €	601145,07 €	900 000,00 €	2 340 000,00 €	66,79%	25,69%	
3 2			74 602,52 €	74 602,52 €	150 100,00 €	450 400,00 €	49,70%	16,56%	
			19 098 614,57 €	1884 212,93 €	20 982 827,50 €	5 636 700,00 €	40 462 400,00 €	33,43%	51,86%
		TOTAL							

a) Quociente entre o valor realizado no período em análise e a dotação anual prevista corrigida das alterações efetuadas.

b) Quociente entre o total do valor realizado e o gasto total previsto.

c) Para os investimentos: 31 - Investimentos em ativos fixos tangíveis diversos: 32 - Ativos intangíveis, o gasto total previsto diz respeito ao investimento para os anos de 2016, 2017 e 2018.

DELIBERAÇÃO

N.º: 11/2017 /AC de 24 de março

ASSUNTO: Aprovação do Relatório de Gestão, do Balanço, das Contas do Exercício referentes a 2016, da Proposta de Aplicação de Resultados e o Parecer do Fiscal Único

O Conselho de Administração delibera, por unanimidade:

1. Submeter à apreciação da Assembleia Geral, nos termos da alínea g), do n.º 4, do artigo décimo dos Estatutos da AC, Águas de Coimbra, E.M., o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, as Contas do Exercício referentes a 2016, a Proposta de Aplicação de Resultados e o Parecer do Fiscal Único, tendo em vista a sua aprovação.
2. Propor à Assembleia Geral, nos termos do n.º 5, do artigo vigésimo segundo dos Estatutos da Sociedade, que o Resultado Líquido positivo de 1.384.342,58 €, apurado no período de 2016, tenha a seguinte aplicação:

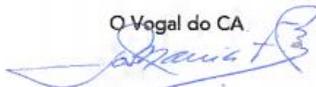
Reservas legais	69.217,13 €
Reservas para investimentos	1.245.908,32 €
Reservas para fins sociais	69.217,13 €

O Presidente do CA



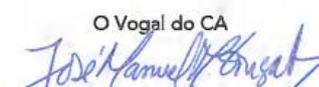
Victor Manuel Carvalho Santos

O Vogal do CA



José Maria Ferreira Nunes

O Vogal do CA



José Manuel Monteiro Gonçalves

DF

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AC, Águas de Coimbra EM, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 78 257 150.47 euros e um total de capital próprio de 62 487 535.36 euros, incluindo um resultado líquido de 1 384 342.58 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AC, Águas de Coimbra EM em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Tal como referido no Anexo, apesar dos esforços envidados pela entidade, subsistem terrenos que estão registados nas suas demonstrações financeiras (transferidos para ativos fixos tangíveis em curso) e cuja escritura não foi ainda realizada.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

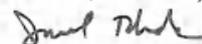
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 24 de Março de 2017



Daniel Taborda, ROC 1479

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exma. Administração
Exmo. Acionista,

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente na qualidade de Fiscal Único, apresenta-se o Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da AC, Águas de Coimbra, EM, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

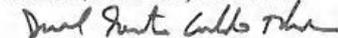
Ao longo do exercício, o Fiscal Único acompanhou as actividades da entidade, participou em assembleias gerais, fez inspeções físicas aos ativos, elaborou pareceres e relatórios de acompanhamento trimestral, nos quais incluiu sugestões e recomendações, verificou os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte, averiguou do cumprimento da lei e dos estatutos, inteirou-se dos actos do Conselho de Administração, do qual sempre recebeu as informações solicitadas, e fiscalizou a eficácia do sistema de controlo interno. Confirmou a adequação do relatório de gestão e das contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, tendo sido emitida a certificação legal das contas.

Face ao exposto, o Fiscal Único é de parecer que:

1. Devem ser aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.
2. Deve ser aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por fim, expressa-se o maior agradecimento aos serviços da AC por toda a colaboração recebida.

Coimbra, 24 de março de 2017



Daniel Martins Geraldo Taborda, ROC 1479

